



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCAIE)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE (CCHLA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO

MEMÓRIAS E IMAGENS EM CONFRONTO:

Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá

João Pessoa, 2013

JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO

MEMÓRIAS E IMAGENS EM CONFRONTO:

Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em Antropologia do programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.
Orientador: Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça.

João Pessoa, 2013.

P379m Peixoto, José Adelson Lopes.

Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá / José Adelson Lopes Peixoto.-- João Pessoa, 2013.

140f. : il.

Orientador: João Martinho Braga de Mendonça

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCAECCHL

1. Torres, Luiz de Barros, 1926- 2. Tibiriçá, Lenoir.
3. Antropologia. 4. Índios Xucuru-Kariri. 5. Memória. 6. Imagem.
7. Fotografia. 8. Identidade.

UFPB/BC

CDU: 39(043)

JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO

**MEMÓRIAS E IMAGENS EM CONFRONTO:
Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em Antropologia do programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.

Aprovada em ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça. (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Estevão Martins Palitot
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dr^a. Fernanda Rechenberg
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Dedico ao povo Xucuru-Kariri da Aldeia Indígena Mata da Cafurna, especialmente
ao ex-pajé Lenoir Tibiriçá.

AGRADECIMENTOS

Concluir qualquer etapa da vida traz um misto de alívio e saudosismo. Alívio, pela concretização de um ideal, de um sonho, de um desafio... Saudosismo pelo fim de um ciclo, pela separação e pelo corte dos laços que foram construídos ao longo das atividades desenvolvidas. Apesar da certeza de que as relações foram construídas e solidificadas numa convivência fantástica, agradável, respeitosa e muito irreverente, fica um vazio provocado pela pequena possibilidade do reencontro com as pessoas que caminharam comigo e fizeram parte da importante tarefa de sermos os pioneiros no PPGA - UFPB.

Agradeço especialmente ao meu orientador Professor Dr. João Martinho Braga de Mendonça pelos ensinamentos e discussões em cada momento da orientação. Este trabalho não podia ter tido outro orientador. Você me ensinou a caminhar no mundo da Antropologia e da imagem. Seu profissionalismo e sua dedicação fizeram dessa pesquisa uma atividade fascinante. Obrigado por tudo.

Ao povo Xucuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna meu profundo respeito, amizade e gratidão. Com vocês aprendi a transformar sonhos em metas e a acreditar na força dos encantados.

Ao amigo Siloé Amorim pelas discussões e experiências compartilhadas sobre a questão indígena em Alagoas, pela forma como abriu as portas da sua residência em João Pessoa onde aprofundamos vários debates sobre Antropologia e imagem e pela amizade que construímos, agradeço profundamente.

Aos colegas de curso com quem dividi as apreensões iniciais e os conhecimentos construídos em cada disciplina... São muitas lembranças de Adriano de Léon, Elizângela, Antonio, Emanuel, Raimundo, Elizabete, Jobson, Darling, Elisa, Ranieri, Aldo, Andreia e Eduardo. De cada um ficou muito. Obrigado pela parceria, pelo convívio e pela cumplicidade nessa jornada. Fomos pioneiros no programa, fomos únicos... Saudades dos Antropomofados do kula virtual.

Aos professores Patrícia Goldfarb, João Mendonça, Ednalva Maciel, Adriano de Léon, Flávia Pires, Marco Aurélio, Mônica Franch, Luciana Chianca e Silvana Nascimento, obrigado por nos ter proporcionado grandes discussões ao longo dessa

convivência. A ousadia na construção do programa e a competência no exercício da profissão fazem de vocês grandes exemplos para nós.

Aos professores Estevão Palitot e Antonio Mota pelas sugestões apresentadas na banca de qualificação e aos professores Estevão Palitot e Fernanda Rechenberg por terem me dado a honra de compor a banca de avaliação desta pesquisa.

A minha família Geíza, Túlio e Eloíse sou eternamente grato pelo incentivo, apoio e companheirismo. Ficar longe de vocês foi o grande desafio nesse curso onde a saudade passou a ser a presença diária. Viajar toda semana exigiu algumas renúncias de cada um de nós, mas fortaleceu o nosso amor e nossa união, confirmando que sem vocês minha vida não existe. É mais uma etapa que concluímos juntos.

A minha mãe, Lourdes Lopes, por ter me ensinado a buscar o conhecimento e pelos grandes incentivos e lições de vida. Pena que você partiu para outra vida antes de me ver realizar alguns sonhos, mas sei que cada conquista minha tem sido festejada por você aí.

A Zalitéia Oliveira, Tiago Barbosa e Ana Cristina Moreira pela grande ajuda com o acervo fotográfico, pelo incentivo e partilha de conhecimentos, além de fazerem parte do meu convívio diário como verdadeiros irmãos.

Agradeço a Irmã Maria Antonia Franco, aos colegas do Centro Educacional Cristo Redentor e aos parceiros do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena: João Ferreira, Iraci Nobre, Mary Selma Ramalho e Margarete Paiva, pela compreensão das minhas limitações de horários durante a realização do curso.

A amiga Francisca Neta, companheira do Curso de História, na UNEAL, agradeço, de forma especial, por ter compartilhado comigo das primeiras leituras no universo da Antropologia, pelas críticas ao projeto, pela leitura atenta dos meus escritos ao longo das disciplinas do curso e pela companhia sempre agradável nas viagens até Recife.

Ao amigo Mário Agra parceiro de uma jornada na direção do Campus III da UNEAL, aos companheiros do Curso de História (especialmente Luziano Lima e Roberto Calabria) pela organização dos meus horários, o que me permitiu dispor de tempo para estudar.

Finalmente agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	IX
Resumo.....	X
Abstract.....	XI
Introdução.....	12
Capítulo 1 Elementos teóricos e metodológicos.....	18
1.1 Teorias da etnicidade e os índios do nordeste.....	22
1.2 Patrimônio cultural e museus: objetos e mitos das raças formadoras....	25
1.3 Antropologia visual, diálogo, elicitación e memória coletiva.....	27
1.4 Entrevistas com os Xucuru-Kariri.....	29
Capítulo 2 Imagem projetada do índio nas narrativas e documentos locais..	32
2.1 Breve histórico e cronologia de Palmeira dos Índios.....	32
2.1.1 Os Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios.....	36
2.2 Quem são os Xucuru-kariri.....	41
2.3 Os principais autores e obras.....	43
2.4 Imagem do índio nas obras de Luiz Torres e Ivan Barros.....	46
Capítulo 3 A Aldeia Indígena da Mata da Cafurna e os estudos antropológicos dos Xucuru-Kariri.....	53
3.1 A Aldeia Indígena Mata da Cafurna.....	53
3.1.1 O processo das retomadas.....	55
3.2 Pesquisas de Clóvis Antunes, Sílvia Martins e Siloé Amorim.....	61
Capítulo 4 Palmeira dos Índios e suas imagens.....	65
4.1 Arquivos e imagens de Luiz de Barros Torres.....	65
4.1.1 As escavações de Luiz Torres: a visão arqueológica do índio.....	69
4.2 Das fotografias e objetos à criação do museu: a visão do índio no passado formador da nação.....	82
Capítulo 5 Etnografia e imagens de Palmeira dos Índios na Mata da Cafurna	95
5.1 O acervo de Lenoir Tibiriçá.....	95
5.2 Diálogos e reflexões compartilhadas na aldeia Mata da Cafurna.....	119
Conclusão.....	121
Bibliografia.....	125
Anexos	
Anexo 01 – Lenda da fundação de Palmeira dos Índios.....	130
Anexo 02 – Escritura de doação de terras ao Frei Domingos de São José.....	134
Anexo 03 – Mapa das escavações de Luiz B. Torres.....	136
Anexo 04 - Palmeira dos Índios pode mudar de nome.....	137
Apêndice	
Apêndice 01 - Cronologia de Luiz de Barros Torres.....	138

LISTA DE FIGURAS

Prancha 1 – Escavações realizadas por Luiz Torres em 1970 (04 fotos).....	73
Prancha 2 – Descoberta de marcos definidores de limites territoriais (08 fotos)...	76
Prancha 3 – Igaçabas são descobertas (07 fotos).....	78
Prancha 4 – Índio Francelino participa das escavações (06 fotos).....	80
Prancha 5 – Museu Xucurus de História, Artes e Costumes (04 fotos)	84
Prancha 6 – Acervo do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes (05 fotos)..	86
Prancha 7 – Acervo composto de artefatos indígenas (03 fotos).....	88
Prancha 8 - Acervo composto de artefatos indígenas (05 fotos).....	90
Prancha 9 – Símbolos locais (03 fotos).....	92
Prancha 10 - A Mata da Cafurna (07 fotos).....	97
Prancha 11 – Primeira retomada territorial na Mata da Cafurna (04 fotos).....	100
Prancha 12 - Última retomada territorial na Mata da Cafurna (04 fotos).....	102
Prancha 13 – Indianidade: a transmissão da construção? (06 fotos)	104
Prancha 14 – Pintura corporal: traços da indianidade (06 fotos).....	107
Prancha 15 – Plumagem, pintura e nudez (05 fotos).....	109
Prancha 16 – Cenas do cotidiano (04 fotos).....	111
Prancha 17 – Apresentações públicas (06 fotos).....	113
Prancha 18 – Apresentações e indianidade (05 fotos).....	115
Prancha 19 – Passeatas e debates: a luta pelo reconhecimento (03 fotos)	117

RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise da imagem dos índios Xucuru-Kariri de Alagoas (AL-Brasil) com base em dois acervos fotográficos. O primeiro, formado por Luiz de Barros Torres, ainda em meados do século XX, constitui uma vasta documentação imagética sobre a cidade de Palmeira dos Índios, hoje sob a guarda do Núcleo de Estudos Políticos Estratégicos e Filosóficos (NEPEF) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). O segundo acervo, formado pela coleção particular do ex-pajé da aldeia Mata da Cafurna, Lenoir Tibiriçá, reúne registros de acontecimentos políticos e culturais relativos aos movimentos mais recentes de retomada territorial. O trabalho é acompanhado de uma revisão de obras já produzidas sobre os Xucuru-Kariri e procura, através de trabalho de campo realizado na aldeia Mata da Cafurna, entender como estes índios se percebem nas imagens destes acervos. As imagens dos índios veiculadas na cidade de Palmeira dos Índios oferecem ainda outras perspectivas que ajudam a questionar o modo como o índio é visto fora da aldeia. As fotografias são apresentadas em forma de pranchas, organizadas a partir do método desenvolvido por Gregory Bateson e Margaret Mead. Enfim, as imagens e as memórias mobilizadas pelos dois acervos suscitam diferentes olhares e revelam caminhos diversos da “indianidade” Xucuru-Kariri, num diálogo com pesquisas antropológicas e históricas já realizadas.

Palavras – Chaves: Memória. Imagem. Fotografia. Identidade.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the image of Indians Xucuru Kariri from Alagoas State (AL-Brazil) based on two photographic collections. The first, formed by Luiz de Barros Torres, still in the mid-twentieth century, is an extensive imagery documentation of Palmeira dos Índios city, and it is today under the responsibility of the Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos (NEPEF) of State University of Alagoas (UNEAL). The second collection formed by the private collection of the former shaman of the village Mata da Cafurna, Lenoir Tibiriçá gathers registers of political and cultural movements of the latest resumption of lands. This work is based on a literature review ever produced about Xucuru Kariri, and tries to, through a fieldwork in the Mata Cafurna village, understand how these Indians perceive themselves in the images of these collections. The Indians' images broadcasted in Palmeira dos Índios city also offer other perspectives that help questioning how Indians are perceived outside the village. The photographs are presented in the form of boards, and organized from the method developed by Gregory Bateson and Margaret Mead. Anyway, the images and memories in the two collections raise different views and reveal various ways of being Xucuru-Kariri indians in a dialogue with historical and anthropological research ever conducted in other works.

Key Words: Memory. Images. Photograph and Identity.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada nasceu de uma série de inquietações que me acompanham desde o início do ano de 2001¹ quando visitei pela primeira vez uma aldeia indígena no município de Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, distante 130 km da capital do Estado. Apesar do interesse em visitar a aldeia, minha ida foi adiada várias vezes pelo fato de procurar companhia e não encontrar alguém com a mesma curiosidade que eu. Falo de curiosidade porque queria conhecer de perto o povo que ocupava as terras em volta da cidade e que era o centro das discussões e das controvérsias sempre que se falava da fundação da cidade.

Inquietava-me ver difundida na região e propagada nas escolas uma lenda sobre o amor de um casal de índios (Tilixi e Txiliá²) que morreu em consequência de um amor proibido. No local da sua morte nasceu uma palmeira frondosa, fato narrado na historiografia local³ como fundante da cidade, tão relevante que o casal tem sua imagem gravada no escudo e na bandeira do município, ocupando a parte central dos referidos símbolos. Além da imagem nos símbolos oficiais, o principal museu da cidade é denominado de Museu Xucurus de História, Artes e Costumes numa referência ao povo indígena local que também nomeia vários estabelecimentos comerciais.

É uma presença indígena visível em várias as partes do município e ao mesmo tempo negada em discursos recorrentes na região que classificam os índios como vagabundos, preguiçosos, desordeiros, aproveitadores e tantos outros adjetivos pejorativos. Aqueles que negam o índio (na maioria fazendeiros) tentam se sustentar na afirmação de que estes não mais existem, pois desapareceram com a

¹ Na ocasião estava assumindo, como professor substituto, a disciplina Introdução aos Estudos Históricos, na Universidade Estadual de Alagoas.

² Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios - anexo 01.

³ Autores como Luiz B. Torres e Ivan Barros, pioneiros na escrita sobre a história de Palmeira dos Índios colocam a lenda como marco inicial da fundação da cidade. Suas obras serão referenciadas em vários momentos dessa pesquisa, citando: TORRES Luiz de Barros. Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios. In **Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, 1973. (Vol. 30) e **A terra de Tilixi e Txiliá – Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973. BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios: terra e gente**. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

colonização do Brasil e restam apenas alguns caboclos e mestiços que tentam se autoafirmar no intuito de conseguir as vantagens que o governo pode lhes oferecer.

As inquietações e desejo de conhecer os Xucuru-Kariri me impulsionaram a fazer uma visita à aldeia, mas esta visita não podia acontecer sem um conhecimento prévio sobre a história daquele povo. Numa primeira busca de informações (ainda em 2001) fui à prefeitura, mas não consegui acesso a nenhum documento ou referência sobre os indígenas, fui informado da inexistência, na prefeitura, de quaisquer informações além das que estão disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que o povo Xucuru-Kariri vive em conflito interno e externo e não recebe visitas. A negativa só fez aumentar o desejo de ir conhecê-los. Como existem oito comunidades, escolhi a de melhor acesso, a aldeia indígena Mata da Cafurna e fui a campo.

A região serrana em volta da cidade de Palmeira dos Índios abrigava, à época, sete (07) aldeias⁴. O acesso as Terras Indígenas é feito por estradas de chão batido, barro vermelho e escorregadio quando chove, em péssimas condições de conservação, o que me levou a escolher a aldeia mais próxima da cidade, o que me permite ir a pé ou de motocicleta em caso da impossibilidade de acesso a carro. Assim, escolhi a Aldeia Indígena Mata da Cafurna, distante seis (06) km do centro da cidade, como alvo da minha investida inicial e pesquisas posteriores.

O primeiro contato foi rápido, uma vez que não tinha um conhecido na aldeia e esse fator é indispensável para conseguir uma entrevista e autorização para visitar os espaços da aldeia e conversar com moradores, mas foi suficiente para ver que enquanto os habitantes da cidade eram avessos aos índios, aqueles também o eram em relação a nós não índios. Apresentei-me ao pajé, Sr. Lenoir Tibiriçá, e numa conversa rápida ele me explicou que a razão da rixa estava na questão da posse da terra e na própria edificação da cidade, mas não podia naquele momento me oferecer detalhes da contenda, por ser uma longa história. Não consegui mais

⁴ Esse número aumentou para oito (08) em 2008 devido a organização de mais um grupo, os Xucuru-Palmeira, composto por índios que viviam na periferia da cidade e não encontravam espaço e acesso em nenhuma das aldeias existentes. Este grupo ainda não é reconhecido pelos seus pares e ocupa uma área invadida, distante 15 km do centro da cidade. A propriedade está situada nos limites das terras reivindicadas pelos Xucuru-Kariri e estes não reconhecem os Xucuru-Palmeira como índios. Esse conflito será aprofundado no Capítulo 4 quando discutirei o processo de retomadas territoriais na região.

informações, mas essa visita resultou num convite para retornar a aldeia nas festividades da semana do índio, em abril.

Esperei os dois meses e retornei para as festividades, momento em que a aldeia se abre para visitas de estudantes e curiosos para assistir a dança do toré e comprar artesanato. Não consegui conversar com nenhuma liderança ou ancião, mas a visita me deu a sensação de estar criando algum tipo de vínculo com o povo da Mata da Cafurna.

Enquanto aguardava uma nova oportunidade de retornar a aldeia continuei as leituras sobre índios do Brasil e retomei as buscas por fontes sobre os Xucuru-Kariri e Palmeira dos Índios. Até então era o desejo de satisfazer uma curiosidade pessoal, mas levei a discussão sobre a presença e a negação do índio na cidade para a Universidade Estadual de Alagoas e criei um grupo de estudos, em 2002, sobre a temática indígena, desenvolvendo então, um interesse de pesquisar a trajetória dos Xucuru-Kariri no processo de formação de Palmeira dos Índios.

A curiosidade assumiu um caráter de pesquisa acadêmica e, juntamente com 10 alunos da graduação que compunham o referido grupo de estudos iniciei uma busca por informações sobre a fundação da cidade em documentos cartoriais, paroquiais e em atas da prefeitura e da câmara de vereadores. As informações eram negadas e quando conseguíamos algo era muito vago. Tal dificuldade só fazia aumentar a minha determinação em buscar preencher as lacunas entre o discurso e os poucos documentos a que tive acesso.

Uma questão se solidificava em minhas concepções, o índio era enaltecido como ícone folclórico para atrair turistas à cidade principalmente nas apresentações dos torés nas comemorações do dia do índio, em 19 de abril, mas era negado enquanto partícipe no processo de formação da cidade.

A percepção da exposição do índio como elemento folclórico tornava-se gritante à medida que passei a observar a forma como o mesmo era apresentado ou se apresentava na cidade. Procurei participar de cada atividade realizada com e sobre os Xucuru-Kariri, no intuito de me apropriar das respostas que precisava sobre a história daquele povo e, num segundo plano, para estabelecer laços com algum índio que pudesse facilitar ou autorizar minha visita à aldeia para fazer pesquisas. Quanto mais participava das atividades, mais crescia a dúvida sobre a imagem do índio na cidade e evidenciava a lacuna existente na historiografia sobre esse povo.

Após participar do evento na aldeia, fazer leituras de textos de Manuela Carneiro da Cunha, Julio Cezar Melatti e Hans Staden e participar de algumas discussões no grupo de estudos na Universidade, o desejo de conhecer mais sobre os nativos das serras de Palmeira tornou-se um objetivo de pesquisa acadêmica.

Minhas visitas à aldeia foram se tornando frequentes e à medida que conversava com antigos moradores da cidade e com alguns poucos índios com quem tive contato naquela época, percebi o quanto precisava ampliar meu campo de atuação, descortinar novas metodologias e fazer novas leituras para conseguir encontrar as respostas que buscava.

Entre 2002 e 2008 o grupo de estudos foi se consolidando na Universidade, ampliando a sua atuação e estreitando os laços com os Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna. Nos eventos realizados no Campus, nesse período, a presença dos índios era frequente, alguns chegaram a prestar vestibulares e tornaram-se alunos da UNEAL, facilitando sobremaneira a nossa interlocução com a aldeia. Desse modo, conseguimos publicar, em 2008, o primeiro resultado da pesquisa do grupo, o livro *Mata da Cafurna: ouvir memória, contar história – tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri*, do qual sou coautor. O livro, já em sua 2ª edição, em 2010, foi muito bem aceito tanto entre os colegas como pelos índios sendo adotado como paradidático em algumas escolas de Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema (no sertão alagoano).

Outro evento que veio a estruturar os rumos das pesquisas sobre Palmeira dos Índios se deu em 2006 com a morte do filho de Luiz de Barros Torres, o comerciante Luiz Byron Passos Torres. Este tinha se encarregado de cuidar do acervo criado pelo pai (que falecera em 1992), chegando inclusive a ampliá-lo com fotografias e gravações de depoimentos em vídeo⁵. Com a morte de Byron, a sua viúva (Sr^a Ivani de Holanda Torres) me entregou todo o acervo, pois afirmou que não tinha interesse algum naquele material.

De posse do acervo da família Torres as atividades ganharam incremento e o Grupo de Estudos sobre os Xucuru-Kariri foi assumindo um caráter maior na Universidade, pois passou a agregar professores de outras áreas como Geografia, Pedagogia e Letras, além de História. Com esse crescimento, o acervo começou a ser catalogado e copiado e à medida que isso ia acontecendo às inquietações

⁵ Das fotografias que compõem o acervo, são apresentadas nesta dissertação as que têm relação com a questão indígena e com o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes.

iniciais sobre os Xucuru-Kariri no processo de formação e evolução de Palmeira dos Índios foram sendo ampliados e redimensionados em busca de mais aprofundamento sobre a história de Palmeira dos Índios e dos Xucuru-Kariri. Essa busca me levou a Universidade Federal da Paraíba, como candidato a uma vaga no recém-criado Curso de Pós-Graduação em Antropologia. Naquele momento ainda não tinha certeza dos caminhos a trilhar, mas com o início das aulas fui encontrando as bússolas necessárias para delinear a caminhada. Percebi que o acervo por si só não respondia as questões e que precisava também realizar pesquisa de campo na aldeia e no museu da cidade. Os resultados são apresentados nesta dissertação, em cinco capítulos.

O capítulo 1 apresenta os elementos teóricos e metodológicos abordando as teorias da etnicidade e os índios do nordeste, faz uma breve discussão sobre patrimônio cultural e museus, Antropologia visual e sua íntima ligação com os conceitos de memória, além de descrever a pesquisa de campo realizada na Aldeia Indígena Mata da Cafurna.

O capítulo 2 aborda a imagem projetada do índio nas narrativas e documentos locais, a partir da apresentação de um breve histórico de Palmeira dos Índios ao tempo em que traça um relato sobre as origens dos grupos indígenas que habitam o lugar e apresenta uma descrição sobre organização familiar dos Xucuru-Kariri, além de apresentar os principais autores locais e as obras publicadas por eles sobre o povo indígena que habita as serras de Palmeira. Neste capítulo utilizo três (03) mapas e uma (01) fotografia para situar o leitor no espaço geográfico da cidade de Palmeira dos Índios.

O Capítulo 3 traz uma breve descrição da Aldeia Indígena Mata da Cafurna, destacando as retomadas territoriais que ampliaram seu território. Após apresentar o locus da pesquisa, traço um breve relato das pesquisas antropológicas realizadas por Clóvis Antunes, Silvia Martins e Silóé Amorim, principais profissionais que desenvolveram estudos sobre os Xucuru-Kariri.

O capítulo 4, com o título Palmeira dos Índios e suas imagens, destina-se a descrever as imagens que formam o acervo produzido por Luiz Torres, as escavações realizadas por ele em cemitérios indígenas dos Xucuru-Kariri e o desdobramento de tais trabalhos com a criação do Museu Xucuru de História, Artes e Costumes e a construção de uma imagem do índio. Neste capítulo são

apresentadas nove (09) pranchas fotográficas com imagens que descrevem o acervo citado.

O estudo é encerrado com o capítulo 5 que apresenta parte do acervo criado pelo ex-pajé Lenoir Tibiriçá que colecionou fotografias e fotografou vários momentos da vida cotidiana da aldeia. Nesse capítulo, apresento as impressões dos índios entrevistados sobre a imagem projetada por Lenoir Tibiriçá no acervo que colecionou com fotografias do cotidiano da aldeia e da vida dos Xucuru-Kariri fora dela. O capítulo dialoga com entrevistas e fotografias distribuídas em dez (10) pranchas.

Outras imagens são apresentadas como anexos a esta dissertação, tais como uma cópia do documento de doação das terras da Sesmaria de Burgos, o mapa, produzido por Siloé Amorim, das escavações de Luiz B. Torres e uma reportagem sobre um projeto apresentado por um deputado palmeirense propondo a modificação do nome da cidade, retirando a referência aos índios.

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Esta dissertação apresenta uma análise das coleções de imagens fotográficas que compõem dois acervos particulares, o primeiro produzido por Luiz B. Torres e o segundo produzido pelo ex-pajé Lenoir Tibiriçá. Ambos apresentam a imagem do índio em Palmeira dos Índios, a partir da ótica desses colecionadores, o que justificou a realização de uma pesquisa de campo na aldeia indígena Mata da Cafurna, do povo Xucuru-kariri, no município de Palmeira dos Índios - Alagoas para estabelecer o diálogo sobre a forma como o índio se percebe enquanto imagem construída nos dois acervos.

Tal análise encontrou amparo nos métodos da Antropologia Visual, nos conceitos de patrimônio cultural e etnicidade articulados ao trabalho de campo na dinâmica que Banks descreve como a atividade onde “pesquisadores deixando o gabinete e a biblioteca para levantar material empírico pela interação direta com seus sujeitos de pesquisa” (BANKS, 2009, p.80). Tal interação se efetiva com a utilização de imagens fotográficas como propulsoras de discursos a partir da memória.

Entendendo a fotografia como elemento de grande relevância para a produção antropológica o acervo criado por Luiz Torres ao dialogar com o passado estático da imagem permite estabelecer uma interpretação do presente. Da mesma forma, o acervo de Lenoir permite realizar um diálogo da imagem com a memória e com a história, num processo constante de ir e vir no intuito de encontrar a forma como cada um pensou e/ou ajudou a construir uma imagem do índio. Conforme afirma Etienne Samain

Mais do que a “história” no seu “eterno retorno”, as imagens não existiriam nas suas plenitudes sem esse necessário retorno, elas que perpassam, formam, moldam, fecundam e renovam o grande tempo da história humana. As imagens nos causam medo talvez por essa razão: porque elas carregam, precisamente, os arquivos-vivos de saberes e de correntes telúricas diante dos quais perdemos a força de “gritar” (de novo, nossos pathoi) por falta de tempo, ou antes, por falta de talento. (SAMAIN, 2012, p. 59)

As fotografias, como registro visual, trazem consigo certo grau de interpretação do fato representado, pois são recortes dessa realidade e permitem, ao espectador, múltiplas idas e retornos temporais e não é por si só capaz de produzir um sentido único, necessitando de uma articulação com outras imagens e/ou com um texto para que possa produzir uma narrativa. Por isso, nessa dissertação faço o uso de fotografias como recurso de estímulo à memória dos informantes para entendimento do seu significado, do sentido que comunicam e da imagem que ajudam a construir.

Mesmo não sendo vista como instrumento de resgate de uma época, traduzindo apenas uma interpretação desta, a fotografia e os registros visuais em geral, são utilizados como fonte importantíssima para a análise antropológica. Achutti (1997) destaca que a fotografia surgiu num momento bastante propício, pois nesse período os teóricos estavam preocupados em estudar a evolução humana, do ponto de vista das variedades culturais e etnológicas e faltavam-lhes elementos e/ou instrumentos que pudessem trazer dinamismo e entusiasmo ao trabalho.

Corroborando com esse pensamento Kossoy (2001, p.55) destaca a importância da fotografia para o estudo de diversas áreas do conhecimento.

(...) as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica.

Nessa perspectiva citada por Kossoy as imagens desempenham o salutar papel de contribuir para descrever eventos que muitas vezes encontram-se guardados na memória ou que foram capturados na fotografia, mas se apresentam com pouca ou nenhuma legenda que permitam descrever o seu contexto. Assim, as imagens que são apresentadas nessa dissertação e que fazem parte do acervo que se encontra sobre a minha guarda no NEPEF, Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos, do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL foram utilizadas na pesquisa com o intuito de impulsionar a memória e discutir a imagem que constroem, deixando de ser apenas elemento do acervo e se tornando uma porta para o diálogo sobre a imagem do índio na cidade e a sua presença na história local. Essas fotografias estabelecem um diálogo com as

fotografias do acervo pessoal do ex-pajé, no sentido de descrever a imagem que o índio produziu de si na aldeia indígena Mata da Cafurna.

As fotografias são utilizadas como um caminho, uma janela aberta para descortinar aspectos de uma realidade invisível que se oculta por trás de uma narrativa que tem silenciado ou relegado o índio em alguns momentos do processo histórico da cidade de Palmeira dos Índios. Com essa perspectiva da fotografia como recurso interpretativo caracterizado pela busca de identidade, um ato de descrever um período ou evento, uma maneira de viajar temporalmente pela história de um povo ou de uma localidade, estabeleço um diálogo entre a imagem e a memória, descrevendo como o índio é visto e como se vê nos acervos produzidos por Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.

As imagens são dispostas em forma de pranchas, seguindo o método desenvolvido por Mead e Bateson em *Balinese Character* e analisadas de modo que ajudem a reconstituir eventos do passado para que estes sejam testemunhos no presente.

Essa apresentação do registro visual desempenha um papel fundamental sobre o trabalho de escavações nas serras de Palmeira dos Índios e a consequente criação do museu por Luiz B. Torres⁶, além de servir como argumento para ilustrar o objetivo da minha investigação sobre a imagem construída do índio a partir das fotografias produzidas durante tais atividades. É salutar destacar que à medida que busco entender a imagem e participação do índio no processo de formação da cidade, busco também destacar a visão desse povo sobre a imagem construída de si. Para isso, o acervo do ex-pajé permite um segundo olhar sobre tal imagem.

Assim, as fotografias servem para estabelecer um diálogo entre passado e presente como propulsoras do ato de rebuscar na memória os elementos que permitem encontrar o lugar do índio como ator no processo de construção da identidade local. Esta tarefa se dá partindo da concepção de que

(...) a fotografia é um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor [...] é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho. (KOSSOY, 1999, p.33 apud ANDRADE, 2002, p.42.).

⁶ Imagens apresentadas no Capítulo 4, item 4.2.

Sob a ótica do uso da fotografia como testemunho, interpretação e resquício de uma época, esta pesquisa desencadeou uma viagem na literatura e na memória a Palmeira dos Índios com o intuito de investigar a forma como os índios Xucuru-Kariri participaram desse processo. Esta viagem utilizou as fotografias dos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá para identificar a forma como os Xucuru-Kariri aparecem enquanto atores desse processo.

Ao longo da história de Palmeira dos Índios, os nativos foram espoliados das suas propriedades, aprenderam a língua e vários costumes do não índio, de modo que sua imagem foi sendo folclorizada e até exotizada à medida que iam criando mecanismos de resistência e adaptação frente à colonização. Assim, à medida que aconteceram os empréstimos culturais de ambos os lados, o índio foi sendo relegado a uma condição de exclusão e invisibilidade que o anulou enquanto grupo social, chegando a ser discriminado, perseguido e até mal visto e mal recebido em espaços públicos da cidade. Com este processo, tornou-se visível em momentos pontuais dos festejos da emancipação política do município ou de exibições folclóricas do dia do índio como engodo para atrair turistas, condição que vem sendo alterada desde a segunda metade do século XX quando começaram a recuperar a posse de alguns lotes de terra, a ter seus nomes estampados em fachadas de estabelecimentos comerciais e sua presença física voltou a ser constante na cidade e no cotidiano local.

Refutando a ótica de ícone folclórico, a imagem e a memória serão utilizadas como elementos para estudar como os índios percebem a cidade e como são percebidos por ela. Assim, é necessário observar o que é significativo nesse processo, considerando que “os traços (diacríticos de identidade) não são a soma de diferenças objetivas, senão somente aqueles que os atores mesmos consideram significativos” (BARTH, 1979, p. 18). Nessa perspectiva da significação, tem se destacado em Palmeira dos Índios o traço ou a questão de pertencimento étnico como elemento chave do processo de aceitação ou de negação dos indígenas.

A presença do índio no entorno da cidade, a imagem na bandeira e no brasão, os nomes em fachadas de estabelecimentos comerciais, não são por si só garantia de afirmação da etnia na região ou na cidade. Tal garantia só se consolida com a manutenção das características da comunidade, inclusive de sua identidade cultural (destacando-se a religião como elemento que estabelece uma fronteira entre índios e não índios), resultado de uma luta intensa do grupo, inclusive contra o

Estado em determinadas situações⁷ para proteger-se como grupo específico e assegurar o direito a tratamento específico e diferenciado.

Lutar por direito e tratamento diferenciado tem ocupado a pauta dos movimentos indígenas e indigenistas nos últimos anos como fator indispensável para assegurar o ressurgimento de uns grupos e a sobrevivência de outros. Nesse contexto, a imagem construída dos índios tem se convertido em elemento definidor do discurso contrário ou favorável a luta desse povo.

Uma vez que a imagem construída no passado parece solidificar-se no presente, é necessário entender como ela foi construída. Para isso, esta pesquisa apresenta fotografias dos acervos de Luiz Torres e de Lenoir Tibiriçá com o intuito de discutir a forma como eles construíram a imagem do índio e como esta imagem dialoga com a presença histórica do povo Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios. A pesquisa foi ancorada no método inaugurado por Mead e Bateson, sendo que a análise das imagens fotográficas e da memória coletiva foram tomadas como forma de legitimação da presença dos índios Xucuru-Kariri na história de Palmeira dos Índios de modo que tal presença seja visível além da lenda, dos símbolos oficiais e dos nomes presentes nas fachadas de estabelecimentos comerciais.

1.1 Teorias da etnicidade e os índios do nordeste

A tarefa de discutir a imagem do índio se revestiu da necessidade de um amparo teórico sobre a noção de etnias. Tal amparo foi encontrado em Max Weber que as define como

(...) aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem mera crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A 'comunhão étnica' distingue-se da 'comunidade de clã' pelo fato de aquela ser apenas um elemento que facilita relações comunitárias. (WEBER, 1994, p. 270)

Observa-se, no conceito de Weber, que etnia é entendida como fator imprescindível para a comunicação entre os grupos ao longo da sua existência, sendo, inclusive, mais forte do que a comunicação sanguínea, o que leva a

⁷ Ver RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.e CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

discussão sobre etnicidade, discussão que aparece nos estudos antropológicos desde os anos 70 do século XX em Barth e Cohen, mas já eram discutidos pela sociologia antes dessa época. Porém os antropólogos já estudavam grupos étnicos há bastante tempo. Os Nuer foram estudados como grupo que possui descendência, similaridades físicas e tradição comuns que os diferenciava dos outros grupos, mas não eram descritos como etnias porque eram estudados sob a ótica dos conceitos de tribos com um conjunto de traços observados de fora e funcionando em regime fechado. Este paradigma começa a declinar com a descolonização, pois a ideia de tribo passa a ser considerada politicamente incorreta devido às conotações negativas que o termo encerra. Surgem então os termos etnia, grupo étnico e etnicidade em substituição. Há um deslocamento do paradigma tribal para o paradigma étnico. Os anos finais do século XX são marcados por questionamentos da visão de fora e a autonomia cultural.

Nessa ótica, encontrei impulso para questionar a imagem de índio associada à tribo nos relatos das memórias e nas publicações em Palmeira dos Índios e abri uma janela para pesquisar os Xucuru-kariri sob a ótica do grupo étnico descrito como patrimônio cultural ou elemento cultural nessa cidade.

Em um rápido olhar os Xucuru-kariri não apresentam diferença dos não índios do município de Palmeira dos Índios. Falam a mesma língua, usam as mesmas vestimentas, frequentam escolas, feiras, igrejas... Já em um olhar mais minucioso pode-se captar as fronteiras existentes e estas residem em aspectos culturais como a religião, materializada nas práticas ritualísticas desenvolvidas na aldeia.

Em algumas regiões do Brasil a diferença se dá pela língua, mas no nordeste⁸ o contato com o branco fez com que o português fosse sendo aprendido e falado de modo que a língua já não é mais elemento fronteiro. Dentre os estudiosos da temática linguística, Nimuendaju (1981) destaca que os índios da região nordeste pertenciam a uma família linguística específica no período anterior ao contato com o europeu, mas não consegue classificá-la no quadro das línguas ameríndias. Contudo, Antunes (1965) supõe que muitos dos vocábulos pronunciados nas cantigas do toré são originários do tupi. Diante da impossibilidade de classificá-los por língua, a religião passa a ser o elemento mais próximo para agrupá-los.

⁸ Entre os índios do Nordeste, apenas o povo Fulni-ô de Águas Belas, em Pernambuco ainda é considerado falante da língua nativa, o iate.

Os Xucuru-Kariri definem a dança do toré e o ritual do ouricuri como elementos culturais fronteiriços com o não índio. O toré é uma dança de roda caracterizada pela pisada forte, ritmada pelo som de maracás com entoação de canções que congregam versos em português com poucas palavras de origem indígena. O ouricuri é o ritual que acontece secretamente em um terreiro localizado em lugar reservado na mata. Nesse ritual só os índios podem entrar. Assim como há interdição da entrada do não índio, há um silêncio sobre o que acontece nesse evento religioso.

Pouco se pesquisou sobre a religião dos Xucuru-Kariri, em virtude do silêncio dos índios quando a questão envolve toré e ouricuri. As poucas informações que se tem estão associadas às apresentações públicas promovidas na aldeia e nas festividades nas escolas, universidades e praças da cidade. Porém os torés apresentados ao público não tem a finalidade religiosa dos torés executados nos rituais fechados da aldeia. O professor de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande, Rodrigo de Azeredo Grunewald, organizou uma publicação intitulada: *Toré regime encantado do índio do nordeste* que reúne doze ensaios, tratando os diferentes aspectos da dança indígena. Os artigos foram escritos por Antropólogos, Sociólogos e especialistas em Direitos Humanos, Etnologia e Etnomusicologia e procuram descrever as práticas dos torés públicos e as músicas e cantos executados em alguns desses torés. É uma das poucas obras destinadas a esta manifestação da vida cultural indígena e deve ser tomada como contributo para o entendimento das múltiplas finalidades do toré enquanto atividade religiosa e enquanto atividade folclórica. Os estudos apresentados na obra permitem observar o toré como prática identitária dos povos indígenas do nordeste e o quanto para eles esta prática os liga aos antepassados.

Entre os Xucuru-kariri o toré enquanto ritual religioso é preservado como segredo cultural e mantido longe dos olhos do não índio. É esse segredo que vai fortalecer o discurso indígena da diferença com o não índio e serve de fronteira cultural entre os Xucuru-Kariri e a sociedade envolvente ao tempo em que representa para eles uma ligação com os seus troncos originários e com a língua dos antepassados.

O toré foi durante muito tempo, em Palmeira dos Índios, visto como manifestação folclórica gerando uma valorização cultural na região, sendo apropriado por políticos que incluíam tais apresentações nas festas cívicas e

religiosas locais. A partir da década de 80 do século XX, os Xucuru-Kariri passaram a se organizar politicamente para reivindicar direitos a demarcação e a tratamento diferenciado no estado, fato que acentuou o conflito pré-existente com o não índio, especificamente com os políticos e fazendeiros locais e com isso, o toré foi sumindo das praças da cidade⁹ à medida que os índios diminuíram as visitas a cidade e os não índios, por sua vez foram evitando promover atividades públicas que congregassem a participação indígena. Assim, o toré foi sendo lentamente politizado nas últimas décadas e assumindo a característica de expressão cultural e identitária dos Xucuru-Kariri. À medida que sumia da cidade, era executado nas aldeias entre os seus pares.

No fim do século XX, o toré tornou-se a principal manifestação cultural diacrítica dos Xucuru-Kariri que passaram a se apropriar de um campo semântico singularmente poderoso para a definição da etnicidade e combinação de elementos culturais de perfil étnico. Há um amplo campo de ideias, representações e categorias para definir etnicidade a partir da prática ritualística. Mesmo com a reclusão das atividades religiosas do ouricuri com a proibição da participação e presença de não índios no ritual, o toré passou a assumir um dualismo de sentidos: um real, religioso e fechado e um sentido folclórico, exibido ao público nos eventos fora da aldeia. Mesmo com o período em que o índio pouco se apresentou na cidade e manteve o toré recluso na aldeia, não deixou de existir o compartilhamento de muitos aspectos da sua cultura com os grupos sociais envolventes, inclusive com aqueles grupos antagônicos com os quais disputam a posse das terras locais.

1.2 Patrimônio cultural e museus: objetos e mitos das raças formadoras

Patrimônio vem se convertendo, nos últimos anos, em campo de reflexão de muitos antropólogos, com notado destaque para Antonio Augusto Arantes Neto, que publicou , em 1984, o livro *Produzindo o passado* e José Reginaldo Gonçalves com o livro *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996). Essas obras são consideradas fundantes da reflexão antropológica sobre o patrimônio no Brasil por apresentar uma visão livre de um campo marcado por emoções nacionalistas. A partir deles surgem os elementos teóricos para discutir

⁹ Informação colhida em conversas com Lenoir Tibiriçá e com Dona Salete Santana durante minhas visitas a aldeia.

memória e identidade nacionais, abrindo novas perspectivas e abordagens nos estudos sobre patrimônio.

A noção de Patrimônio, concebida pela moderna sociedade ocidental filia-se a noção de herança particular, porém não deixa de ser dinâmica no processo de lembrar e esquecer, elementos constitutivos da memória. Assim, essa noção é atualmente concebida como um bem coletivo, um legado através do qual um determinado grupo social pode se reconhecer. É com essa noção de legado que possibilita reconhecimento de um grupo que esta pesquisa vai abordar a etnicidade do povo Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

A sociedade é construída por múltiplos sujeitos e múltiplas memórias, consequentemente a sua escrita é resultante de olhares factualistas e até contraditórios que tem o poder de excluir, silenciar, marginalizar ou até mesmo enaltecer ou elevar alguns personagens a condição de heróis e outros a condição de malfeitores. Isso pode criar uma narrativa equivocada dos fatos gerando a necessidade de ir além da escrita para promover outras interpretações de um mesmo evento. O estudo do patrimônio cultural através da leitura dos acervos fotográficos e de museu vem criar a possibilidade de (re)escrever vários eventos da história, o que torna o museu um lugar de destaque enquanto espaço privilegiado que guarda memórias de grupos silenciados como negros e índios. Assim como a identidade nacional é abordada por diferentes estudiosos sob diferentes óticas, a identidade local também é definida diversamente.

DaMatta (1986) faz uma abordagem muito pertinente sobre a questão da identidade nacional, mostrando dois Brasis, com B e com b, o primeiro relacionado a fronteira, espaço geográfico, nação; o segundo designando uma madeira que não se reproduz como sistema. Porém a grande pertinência da sua obra está em descrever O Brasil como um mix de culturas e religiões, de cor de pele misturada. Um Brasil que designa um povo, uma nação, um conjunto de valores ou dois "Brasis" homogêneos que formam uma realidade chamada identidade construída de afirmativas e de negativas diante de certas questões.

A partir das reflexões de DaMatta, entendendo a cultura como característica de um povo, expressa num estilo, modo e jeito de fazer coisas, o que envolve costumes, condutas, hábitos, família, política, festas... Somos levados a refletir acerca da sociedade que encontramos na rua, com seus preconceitos e as regras que não podem ser quebradas. Este é, segundo o autor o Brasil com b onde a

posição de negros, índios e brancos ainda é definida conforme a hierarquia das raças.

Temos, portanto um triângulo racial que bloqueia a visão histórica e social da formação da nossa sociedade. Temos um mito de três raças formadoras. Fato inegável, mas o mito, uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. Nessa ótica do mito e da classificação Sérgio Buarque de Holanda (1973), discute que a mistura de raças era um modo de esconder as injustiças sociais contra o negro, índio e mulato, e a ideia de democracia racial não passava de um mito.

Enfim, numa multiplicidade de caras, cores e costumes que se dá a construção de uma identidade permeada por silêncios, esquecimentos e memórias, lembranças, elementos muito significativos nessa pesquisa para discutir imagem do Xucuru-Kariri elemento cultural presente na imagem dos acervos, no museu e na cultura de Palmeira dos Índios.

1.3 Antropologia Visual, diálogo, elicitación e memória coletiva.

Esse trabalho é fruto de uma investigação que utiliza dados de observações diretas realizadas numa abordagem etnográfica, além de dados obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica buscou aprofundar aspectos teóricos e metodológicos, além de buscar instrumentalização teórica que permitiu realizar uma melhor coleta de dados e análise das informações relativas ao campo estudado, considerando o preceito de Cicourel pelo qual a pesquisa de campo “[...] é um método no qual as atividades do pesquisador exercem um papel crucial na obtenção dos dados” (CICOUREL, 1990, p. 87). Essa etapa da pesquisa buscou compreender a utilização de métodos e técnicas de coleta de dados e criar um aparato teórico para a interpretação dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

O método de trabalho com imagens fotográficas, oriundo de Mead e Bateson, foi tomado como base para analisar as fotografias produzidas por Luiz Torres e as do acervo de Lenoir Tibiriçá para produzir uma discussão sobre a imagem do índio nos dois acervos, apresentado a forma como cada um desses acervos apresenta a imagem dos Xucuru-Kariri da aldeia Mata da Cafurna.

A memória foi, nesta pesquisa, empregada para discutir os elementos referentes à etnicidade presente nas fotografias dos acervos fotográficos sobre os Xucuru-Kariri conferindo-lhe legitimidade e atualizando-a enquanto linguagem fundamental para dialogar com as pranchas fotográficas que são apresentadas nesta dissertação.

Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva é uma reconstrução do passado à luz do presente, apoiando-se continuamente em suportes sociais e morais e em princípios coletivos.

É necessário ressaltar, no caso de Palmeira dos Índios, que a aproximação da memória se dá duas formas: uma, através da leitura dos livros publicados contendo relatos de pessoas que participaram da experiência do passado e da análise dos acervos fotográficos da época, e, a outra, através do contato com pessoas que conviveram com aquelas que participaram diretamente da experiência do passado, assim, em Halbwachs (2006) e Michael Pollack (1989) encontrei elementos teóricos para aplicar os conceitos de memória, etnicidade, conflito e patrimônio cultural necessários para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao primeiro caso, da memória histórica presente nas publicações sobre a fundação da cidade, somam-se as fotografias que fazem parte do acervo de Luiz Torres, sobre a minha guarda na UNEAL e o documento de doação de um lote de terras da Sesmaria de Burgos. Tais documentos são pouco conhecidos da maioria dos moradores da cidade e dos índios da Mata da Cafurna apesar de serem fundamentais no processo de discussão sobre a imagem do índio na historiografia local. Ao segundo caso, daqueles que participaram da experiência do passado, temos as fotografias do acervo de Lenoir Tibiriçá e os relatos obtidos na aldeia Mata da Cafurna. As fotografias fizeram o papel de incentivo à memória e a narrativa, apesar de expressarem as visões de seus colecionadores, o que pode ou não divergir da visão de outras pessoas, inclusive dos próprios índios.

A memória coletiva foi estudada por Michael Pollack (1989) no intuito de definir o sentimento de pertencimento a uma localidade. Assim, é fator de estabilidade e continuidade da vida social e afetiva promovendo a delimitação de fronteiras sociais. Dessa forma Pollack defende que o estudo considera os atores e os processos de consolidação da memória coletiva como indissociáveis. A importância da memória para relembrar e elucidar as lacunas da escrita sobre o

passado é salutar por permitir um diálogo com o presente e, com isso, encontrar a imagem do índio na construção da identidade local e na memória coletiva.

Ao colocar o termo lacunas da escrita, está se afirmando com isso que todo e qualquer ato de registrar um evento incorre na abertura de lacunas promovidas pelos lapsos da memória, pela supervalorização de um evento ou pelo simples fato de delimitar uma área a ser capturada por uma lente fotográfica. É a ótica do escritor ou olhar do fotógrafo que vão gerar o conflito entre o momento registrado e a posterior interpretação aplicada ao fato por quem se debruça sobre ele.

1.4 Entrevistas com os Xucuru-Kariri

A coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas com alguns moradores da aldeia indígena Mata da Cafurna, do povo Xucuru-Kariri, entre os quais, o Sr. Heleno Manuel (cacique), Sr. Antonio e D. Salete Santana (primeiros moradores da aldeia), Tânia Souza, Eliete, Korã, Nino (lideranças no conselho tribal), Tanawy, Idyarony e Kawyanã (jovens envolvidos no processo de retomadas territoriais), Luciete, Hildérica, Selma e Suyane alunas da graduação (Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNEAL e professoras na Escola Indígena Mata da Cafurna). No que diz respeito às questões específicas da pesquisa, a coleta de dados bibliográficos e as entrevistas¹⁰ ocorreram entre o mês de dezembro de 2011 e dezembro de 2012, num total de 21 visitas.

As primeiras incursões foram apenas para observações e conversas informais, nas quais procurei apresentar minha intenção de realizar a pesquisa e observar aspectos do cotidiano da aldeia, além de assistir algumas atividades realizadas na escola da aldeia por alguns anciãos. Essas atividades observadas aconteceram no pátio da escola onde os mais velhos falavam às crianças sobre a história do seu povo, suas lutas por reconhecimento e por demarcação territorial. Nessas atividades ocupei o papel de observador, não fiz comentários nem interferi na atividade.

Em visitas posteriores conversei com o cacique, Sr Heleno Manuel e sua esposa sobre a administração dos problemas e conflitos existentes na aldeia, bem como iniciei os primeiros diálogos sobre a formação da aldeia e as retomadas

¹⁰ Fragmentos das entrevistas são apresentados no V Capítulo quando estabeleço um diálogo sobre como o índio se vê nos acervos fotográficos.

territoriais que aconteceram posteriormente. Preferi não fazer gravações das conversas, para que a mesma acontecesse mais livremente, pois em conversas anteriores com alguns índios eles me disseram que quando gravam entrevistas tendem a ser mais cuidadosos com a fala para evitar abordagens que possam causar algum mal estar com os seus pares, além de colocarem que muitos se inibem diante de filmadoras, microfones ou gravadores. Essas duas primeiras etapas em campo ocorreram em novembro e dezembro de 2011.

Em janeiro de 2012 fiz poucas visitas porque é o período em que acontece o ritual do ouricuri e a aldeia fica praticamente deserta. Apenas os que são interditados no ouricuri ou os poucos que não participam do ritual por opção ficam na aldeia. Mesmo com essa dificuldade, realizei entrevistas com algumas das lideranças mais velhas da aldeia. Ouvi Seu Antonio e Dona Salete Santana (casal descendente de uma das primeiras famílias a se estabelecer em terras de Palmeira dos Índios e pioneiros na formação da aldeia Mata da Cafurna). Seus relatos sobre o processo de demarcação de terras, as retomadas territoriais e a compra de uma propriedade denominada Fazenda Canto (local onde se estabeleceram os Xucuru-Kariri nos anos de 1940 quando a propriedade foi adquirida pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI) foram o centro da conversa. Nessas entrevistas perguntei sobre as pesquisas de Luiz Torres, Ivan Barros e Clóvis Antunes. As respostas me causaram certo estranhamento, pois afirmaram que Luiz Torres visitava a aldeia com frequência, era amigo do cacique e do pajé e de algumas famílias, o que também aconteceu com Clóvis Antunes que chegou a se hospedar em algumas casas durante as pesquisas, mas Ivan Barros quase não ia à aldeia e que suas pesquisas aconteciam na cidade quando o escritor encontrava algum índio ou quando os convidava para alguma conversa na sua casa ou em bares da cidade, nos dias de feira.

Entre fevereiro e março conversei com as índias Hildérica, Tânia e Luciete (professoras da escola indígena da aldeia) foram apenas cinco visitas durante os dois meses. Falei sobre o trabalho de Luiz Torres e os acervos que ele e Lenoir Tibiriçá produziram; em seguida, mostrei as fotos. As considerações que fizeram são apresentadas nesta dissertação à medida que apresento as pranchas com as fotografias.

De abril a julho, devido às chuvas e as consequentes impossibilidades de acesso à aldeia, fiz apenas quatro visitas, mas diferente das anteriores passei o dia

inteiro na aldeia em cada uma dessas incursões. Nessas ocasiões conversei com o máximo possível de pessoas, sem categorizá-las por idade, gênero ou posição na aldeia. Nas conversas, perguntei apenas como eles se concebem sua imagem em confronto com a imagem dos não índios e ainda, como é sua relação com esses últimos fora da aldeia.

Nas visitas seguintes, entre agosto e dezembro de 2012 procurei conversar separadamente com o maior número possível de índios adultos. Nessas ocasiões expus fotografias das escavações de Luiz Torres e Clóvis Antunes, do acervo indígena do museu e as fotografias produzidas por Lenoir. O objetivo dessas seções foi captar as reações diante das imagens, enfocando a forma como eles percebem a imagem que cada um desses acervos construiu do seu povo e, provocar os relatos que as fotografias vão buscar na memória dessas pessoas. Os comentários e relatos proferidos durante a exibição das fotos serão discutidos posteriormente no corpus desta dissertação.

As entrevistas me ajudaram a compor o um diálogo entre a forma como o índio vê a sua imagem no trabalho de Luiz Torres e nas fotografias de Lenoir. Confrontando, sempre que possível esta percepção com a imagem atual no cotidiano da aldeia.

As fotografias usadas nesta pesquisa são apresentadas em forma de pranchas e estabelecem um diálogo entre dois tempos: o primeiro tempo remete as escavações que Luiz Torres realizou em terras indígenas, a criação do Museu (acreditando que essa ação colocaria o índio em evidência ao criar para ele um lugar como protagonista na história local) e aos ensaios e livros que escreveu sobre eles e um segundo tempo, presente, apresenta a imagem construída por Lenoir Tibiriçá a partir dos eventos que ele elencou com significativos. O confronto dos dois olhares é importantíssimo para a compreensão da imagem que se construiu do índio na cidade de Palmeira dos Índios e da forma como o índio se percebe em tais imagens.

Os informantes, entrevistados para essa pesquisa foram fundamentais e tratados cada um conforme suas especificidades, pois cada um trazia o discurso da categoria social ou interesse que representava. Assim, procurei ouvi-los sem generalizar suas falas, consciente de que suas memórias foram selecionadas e elencadas conforme seus interesses pessoais ou coletivos.

CAPÍTULO 2

A IMAGEM PROJETADA DO INDIO NAS NARRATIVAS E DOCUMENTOS LOCAIS

2.1 Breve histórico e cronologia de Palmeira dos Índios

A História de Palmeira dos Índios, cidade do interior de Alagoas é marcada por disputas pela posse das terras habitadas por índios Xucurus e Kariris e pela população envolvente. A literatura sobre a fundação da localidade é escassa e se encontra em poucos acervos preservados por particulares¹¹, no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em documentos cartoriais e paroquiais na referida cidade.

As terras ocupadas pelo município de Palmeira dos Índios formavam inicialmente “um aldeamento dos índios Xucuru, que ali se estabeleceram no fim da primeira metade do século XVII” (TORRES, 1973 p.28). O território era formado de matas nas serras e palmeiras na região do vale.

O nome do município¹² veio, pois, em apologia aos seus primeiros habitantes e a abundância de palmeiras em seus campos. “Os nativos formaram seu aldeamento entre um brejo chamado Cafurna e a Serra da Boa Vista.” (TORRES, 1973, p.27).

A vila de Palmeira dos Índios foi criada em 1835 através da resolução Nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província, José Joaquim Machado. O fato atendia aos anseios dos moradores que acreditavam num florescimento em curto prazo, mas não previam que esse passo rumo à liberdade política do povoado traria uma série de disputas pelo poder e pela posse territorial, rompendo com as

¹¹ Nos levantamentos que fiz sobre os acervos de Palmeira dos Índios identifiquei a existência de um acervo composto por fotografias, atas, cartas e jornais, de propriedade do Jornalista Ivan Barros; um acervo documental e fotográfico arquivado na Casa Museu Graciliano Ramos (não disponível para pesquisas); um acervo digital na página Palmeira dos Índios das Antigas, que disponibiliza fotografias da cidade, dos eventos e das famílias tradicionais do município; um acervo de posse do Museu Xucurus de história, Arte e Costumes e de um acervo existente na catedral diocesana de Palmeira dos Índios (composto pelos relatos e fotografias produzidos ao longo da história da religião católica em Palmeira dos Índios), além do acervo produzido por Luiz Torres, do qual possuo a guarda de uma parte.

¹² Não encontrei registros na cidade sobre quem lhe atribuiu o nome Palmeira dos Índios, nem quando isso se deu. Os documentos da prefeitura e da paróquia, bem como os livros publicados por Luiz Torres e por Ivan Barros fazem referência Espíndola quando citam a data da criação da freguesia em 1798, porém a criação da vila de Palmeira dos Índios data de 1835 e a elevação à categoria de cidade é de 1889.

bases da cultura fundante do lugar que passaria a condição de figurante no processo que se iniciou a partir então.

A data exata da criação da freguesia não é conhecida. Segundo Espíndola, é 1798. Outros autores, como Barros, Torres e Brandão enfatizam o ano de 1789, o que indica haver entre eles uma troca nos dois últimos algarismos. Apesar da criação da vila pela resolução nº 10, de 10 de abril de 1835, desmembrada da vila de Atalaia, sua instalação só tornou-se válida depois da Resolução nº 27, de 12 de março de 1838 e esta foi suprimida pela Lei nº 43, de 23 de junho de 1853 e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1113, de 20 de agosto de 1889. Seu termo fazia parte, desde a criação, da comarca de Atalaia, passando, em 1838, para a de Anadia. Em 1872, pela Lei nº 624, de 16 de março, foi criada à sua comarca com o seu termo.

Os mapas e a fotografia apresentados a seguir tem o objetivo de apresentar a localização física de Palmeira dos Índios de modo que o leitor possa situar geograficamente o lócus dessa pesquisa. O mapa 01, é um recorte do mapa político de Alagoas, apresenta o município de Palmeira dos Índios e os municípios que fazem fronteira com o seu território. No mapa 02, elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura, aparece em destaque à região do agreste, 3ª região do Estado, composta por Palmeira dos Índios e outros 18 municípios. Em toda essa região existem registros ou relatos da passagem e/ou estabelecimento de índios na época da colonização do interior de Alagoas. A fotografia aérea da cidade de Palmeira dos Índios apresenta a sua posição no vale entre as serras. Observando a imagem pode-se perceber a localização privilegiada da cidade, que possui dois açudes de médio porte e é cercada por rica vegetação no seu entorno. As serras que cercam a cidade são habitadas por pequenos agricultores, alguns latifundiários e por sete comunidades indígenas do povo Xucuru-Kariri.

MAPA 01 – Mapa Regional de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento

Fotografia 01- Palmeira dos Índios



Fonte: Acervo do NEPEF

MAPA 02 – Mapa Político do Estado de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura

Segundo Antunes (1965, p 11) em 1770 chegou à região frei Domingos de São José com o objetivo de converter os índios ao cristianismo. Posteriormente, em 1773, o franciscano obteve de D. Maria Pereira Gonçalves (herdeira da Sesmaria de Burgos) e dos seus herdeiros a doação de meia légua de terra para patrimônio da capela que aí foi construída, sendo consagrada ao Senhor Bom Jesus da Morte. A

escritura¹³ foi lavrada pelo tabelião Manoel Pereira da Rocha em 27 de junho de 1773 no cartório da comarca de Garanhuns.

Conforme descrito no texto da escritura, a doação foi feita para frei Domingos de São José, para que este desenvolvesse o trabalho missionário de catequese indígena e a edificação de uma capela. Com o processo de catequese em desenvolvimento, foi construída uma segunda capela na parte mais alta da planície, no sopé da serra, com o intuito de fazer desenvolver uma povoação naquele local. O padroeiro da capela do alto, Bom Jesus da Boa Morte foi substituído por Nossa Senhora do Amparo e um padre foi nomeado para dirigir os trabalhos na nova igreja, o Padre João Morato Rosas.

A criação da igreja e o estabelecimento do padre na região foram elementos propulsores para um considerável fluxo de pessoas no vale, entre elas alguns comerciantes e tropeiros que foram lentamente estabelecendo residência no entorno da capela, criando, desse modo um pequeno aglomerado populacional de não índios no sopé da serra enquanto que a parte mais alta do território era habitada pelo povo Xucuru-Kariri.

À medida que o povoado crescia, os comerciantes iam se estabelecendo e trazendo suas famílias enquanto os índios assistiam esse estabelecimento do progresso, algumas cercas começavam a ser erguidas, delimitando posses, cercando nascentes d'água, e criando a privatização de um espaço que o índio estava habituado a usar livremente. Nos anos seguintes, os limites foram ficando mais sólidos e o índio já não mais podia andar pelo território que lhe pertencera. Nesse aspecto, Ivan Barros (1969) é enfático quando afirma que o índio foi expropriado do seu patrimônio e submetido a humilhações à medida que a vila surgia. Destaca que,

(...) de 1821 a 1822 os indígenas, depois de muitas humilhações e explorações, conseguiram recuperar as terras invadidas pela horda de 'cara-pálidas', numa campanha chefiada por Diogo Pinto, que, desfrutando de um sólido prestígio junto do Presidente e da Assembleia Provincial, logrou êxito em seus objetivos, quando o Juiz das Sesmarias, sargento-mór José Gomes da Rocha, lavrou o termo demarcando o "Rio Pau da Negra a Panelas", conforme reivindicação dos próprios indígenas. (BARROS, 1969, p.28)

¹³ Cópia da escritura anexo 02.

Vale destacar que a reivindicação dos indígenas só foi atendida graças à política clientelista existente e tão fecunda no Brasil, fazendo com que já naquela época se estabelecesse entre os nativos e o colonizador alguns laços de dependência, de contratualismo e de reciprocidade. Dessa forma, o direito que lhes era assegurado ecoava como que troca de favores e necessidade de efetivação de laços de dependência com algum não índio poderoso na sesmária. Nasceu, assim, o processo de exclusão do povo indígena dentro do seu próprio território, de modo que os mesmos passam a ser pouco evidenciados na história da cidade, apesar da sua presença física nas matas que a circundam.

Conhecida como a Princesa do Sertão por se localizar na faixa de transição entre o agreste e o sertão, Palmeira dos Índios tem também sua origem explicada por uma lenda sobre o amor proibido entre um casal de índios Xucuru-Kariri, os primos Tilixi e Tixiliá¹⁴. Esta lenda é amplamente divulgada na região e foi publicada em várias versões, desde a original pelo seu criador, Luiz Torres, até versões contemporâneas adaptadas para crianças e até mesmo como história em quadrinhos, o que fortalece a imagem dos nativos enquanto presença viva na história local.

2.1.1 Os Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios

Em Palmeira dos Índios habitam índios aldeados na Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Serra da Capela, Cafurna de Baixo, Serra do Amaro, Coité e Boqueirão. Encontram-se divididos em sete (07) aldeias reconhecidas pela Fundação Nacional de assistência ao Índio – FUNAI e uma (01) aldeia na Fazenda Monte Alegre ainda não reconhecida pelos seus pares, pelos órgãos de tutela e pela sociedade envolvente.

Os indígenas das sete aldeias reconhecidas são da etnia Xucuru-Kariri e os que habitam a Fazenda Monte Alegre se autodenominam Xucuru-Palmeira, mas se dizem pertencentes ao mesmo grupo dos primeiros, porém não são reconhecidos por eles. Na cidade, são todos conhecidos como Xucuru. Contudo, os atuais índios principalmente os mais velhos afirmam que ouviram seus avós dizerem que “eles

¹⁴ Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios – Anexo 01.

não são Xucuru, mas sim índios Kariri da tribo Wakonã”. O termo Xucuru é um apelido, afirmam.

O mapa a seguir apresenta a localização das aldeias no município de Palmeira dos Índios. Este mapa foi produzido para compor o Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xucuru-Kariri/AL e se encontra como anexo do referido relatório. Para melhor visualização das aldeias, circulei em azul a Aldeia Mata da Cafurna (lôcus dessa pesquisa), em verde a Aldeia Monte Alegre e em vermelho as demais aldeias. É necessário, porém, salientar que todas as aldeias ficam ao norte da cidade e ocupam as serras em sua volta. Essa localização deve-se, segundo os índios, à possibilidade de visualização do vale o que lhes permitia no passado identificar qualquer ameaça de invasão a suas terras.

MAPA 03 – Terras indígenas de Palmeira dos Índios



Fonte: Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Xucuru-Kariri/AL. Disponível em <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 10/10/2012.

Segundo alguns estudiosos alagoanos, entre eles Antunes, Torres, Barros, Amorim, Almeida e Cunha, os Xucuru palmeirenses são oriundos da Serra do Ororubá em Cimbres, atual município de Pesqueira em Pernambuco.

Contam os atuais indígenas palmeirenses que uma família Xucuru de Cimbres (Pesqueira) em Pernambuco saiu das suas terras devido a uma grande seca no sertão pernambucano e solicitou abrigo aos Kariri de Palmeira, recebendo autorização para se fixarem na entrada da Serra da Cafurna, onde hoje existe um bairro e um açude chamados Xucuru. Quando os kariri desciam da Serra da Cafurna, da Serra da Capela, em direção à cidade, visitavam os Xucuru e algumas vezes chegavam a pernoitar em suas casas. Assim, os Xucuru tornaram-se influentes e hospitaleiros. Aos poucos, tornou-se costume do lugar chamar todos os índios que habitavam Palmeira dos Índios de Xucuru, em lugar de Kariri-Wakonã. Daí tornou-se comum e muito generalizado aos moradores da cidade dizerem: “Palmeira dos Índios, terra de Xucuru”, quando deviam afirmar que é terra dos Kariri-Wakonã.

A cidade de Palmeira dos Índios foi fundada em terras que pertenciam a Sesmaria de Burgos, doada em 23/12/1661¹⁵, ao desembargador Cristovam de Burgos e outros. (TORRES, 1973, p.37). Em 26/07/1712, parte das terras dessa sesmaria foi vendida ao português Manuel da Cruz Vilela que tomou posse no ano seguinte. O sesmeiro foi assassinado em 1729 e a viúva Maria Pereira Gonçalves e os demais herdeiros fizeram a doação, em 1773, de meia légua de terras a frei Domingos de São José, com a condição de que o frei erguesse uma capela ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte. Este ano é considerado pela literatura e documentos paroquiais¹⁶ como início do processo de catequese dos índios que já viviam na região. (ANTUNES, 1973, p.47).

Como a igreja foi construída no alto da serra, num local de difícil acesso, denominado Igreja Velha, pouco propício à edificação de uma vila, o frei decidiu transferir a igreja e para isso utilizou-se de uma estratégia para convencer os índios.

¹⁵ A doação se deu através de Alvará de Doação e Sesmaria emitido pelo governador Afonso Furtado de Castro de Rio de Mendonça.

¹⁶ Informações deixadas no livro de atas da paróquia pelo vigário José de Maia Mello, cujo vicariato ocorreu de 1847 a 1899.

Retirava ou mandava retirar a imagem¹⁷ da capelinha de palha e a fazia aparecer numa fenda existente no tronco de uma árvore exatamente no local onde atualmente se ergue a igreja Matriz. (TORRES, 1974, p.13).

A povoação da Mata da Cafurna, e ocupação do local conhecido como igreja Velha é confirmado em um Laudo antropológico de 1990, que descreve a realização de algumas escavações a 40 cm de profundidade nas quais encontraram vestígios de cachimbos, discos de pedra polida, lascas de sílex e quartzo, cacos cerâmicos de panelas e urnas funerárias. (HOFFNAGEL, LIMA; MARTINS, 1990, p.11).

No Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios encontra-se a referência mais antiga aos índios de Palmeira. O documento com o título História da Palmeira, de autoria do vigário José de Maia Mello faz referência a uma índia Xukuru, de nome Izabel Maria da Conceição, nascida em 1762. Segundo o Vigário, “os índios Xukuru, teriam migrado da aldeia de Cimbres de Pernambuco em 1740, em função da grande seca ocorrida em todo o nordeste. A migração de Cimbres para Palmeira dos Índios é também referenciada em Hohenthal (1960) que fala da convivência dos Wakonã com os Xucuru como casamento interétnico comum à época. Já Antunes acrescenta que “os índios Xukuru teriam se aldeado à margem do ribeiro Cafurna, entre as terras da fazenda Olhos d’Água do Accioly (atual município de Igaci) e a serra da Palmeira” (ANTUNES, 1973, p. 45) . Os índios Cariri, segundo o arquivo, são da etnia conhecida como Wakonã, da aldeia de Colégio (atual Porto Real do Colégio, às margens do rio São Francisco, na divisa de Alagoas com Sergipe), que teriam se aldeado na Serra do Cariri onde construíram uma pequena igreja, de palha de palmeira, no atual sítio chamado "Igreja Velha" (ROCHA, 1978, p.11).

A busca por referência sobre a origem desses indígenas nos levou a outros autores que descrevem a ocupação nativa das serras de Palmeira e não divergem nos relatos sobre a migração de Cimbres - PE e Colégio - AL. Aires de Casal fala dos Wakonã e os identifica em Porto Real do Colégio como uma etnia distinta que se originou do distrito de Lagoa Comprida em Penedo – AL (CASAL, 1947, p.182, tomo II), Saint-Adolphe (geógrafo francês) registrou, em 1845, que os jesuítas assentaram os Aconan na aldeia de Colégio. Diz que estes pertenciam à nação

¹⁷ Segundo depoimentos de anciãos da Aldeia Mata da Cafurna o frei decidiu transferir a imagem porque não conseguia evitar que os índios a enfeitassem com penas.

Kariri. (SAINT-ADOLPHE, 1845). Ainda do século XIX, 1862, existe o relatório do bacharel Manoel Lourenço da Silveira que descreve a existência de “193 índios em Porto Real do Colégio reconhecidos como Coropotó, Cariri e Acunan” (SILVEIRA, 1862 *apud* ANTUNES 1973, p.20).

Pesquisadores mais recentes como Abelardo Duarte – 1938 e Carlos Estevão – 1935 falam dos índios Waconã em Porto Real do Colégio (DUARTE, 1947, p.36) e (OLIVEIRA, 1941, p 172) e outros escritos vão apresentar argumentos para ligar esses povos aos atuais Xucuru-Kariri. Merece ainda destacar a visita ao nordeste, do zoólogo José Cândido de Melo Carvalho, em 1961, para estudar 18 urnas funerárias encontradas durante a construção de uma estrada, à margem do rio Itiúba. No seu relatório cita que ao chegar a Palmeira dos Índios encontrou aproximadamente 500 a 1000 índios que se autodenominavam Wakoná. (CARVALHO, 1969, p. 70).

Outro fato importante se dá em 1964 quando o Serviço de Proteção ao Índio reconhece, através do seu diretor José da Gama Malcher, os índios de Palmeira como Wakoná (MALCHER, 1964, p.261) afirmando o que Curt Nimuendaju já havia colocado em seu mapa elaborado em 1944 que reconhecia os índios de Penedo como Wakóna. (NIMUENDAJU, 1987, p.62). Os dados ora apresentados tem o intuito de apresentar elementos para justificar a afirmação do porque os índios de Palmeira foram chamados de Wakonã-Xukuru.

Segundo W. D. Hohenthal (1960) “os índios palmeirenses são Kariri oriundos dos cariri da Bahia (as tribos do Médio e Baixo Rio São Francisco)”. Saíram das suas terras fugindo da escravidão que se impunha à medida que a pecuária começava a ser implantada às margens do grande Opara (Rio São Francisco). Acrescenta ainda que “Em fuga, chegaram a Palmeira dos Índios por volta de 1740 quando estas terras ainda faziam parte da Sesmaria de Burgos”.

Dessa forma, os índios de Palmeira conviveram com frei Domingos de São José até quando o rei de Portugal mandou demarcar as terras dos índios fundando as sesmarias indígenas dentro das sesmarias dos brancos, determinando que onde houvesse 100 famílias indígenas fosse fundada uma sesmaria o que assegurou o direito de possuírem duas léguas de terra (TORRES, 1973, p. 62-71). Porém, com a República, o governo considerou extintas todas as aldeias, o que acirrou o conflito territorial que se estende à atualidade.

Os anos seguintes foram marcados por conflitos e lutas pela posse das terras, pela invasão das terras indígenas e pela expulsão dos nativos do vale que atualmente abriga a cidade. Nesse processo, descrito por Dona Salete Santana¹⁸ “as malocas foram queimadas e muitos índios foram mortos pelos posseiros armados com armas de fogo que deixavam os arcos, flechas, lanças e tacapes inúteis”.

Os sobreviventes buscaram refúgio na Serra da Cafurna e na Serra da Capela, passando a conviver com os Wakonãn formando a tribo chamada de Wakonãn-Kariri-Xucuru. Foi nesse contexto de fusão de povos que estes foram encontrados pelo Frei Domingos de São José. A fusão facilitou o trabalho catequese dos aldeados que passaram a viver do cultivo da terra, da manipulação das ervas, dos trabalhos da olaria na fabrica de potes, jarras e igaçabas além de outras atividades como o artesanato e a criação de pequenos animais, enquanto nascia uma nova cidade, uma nova cultura e uma nova civilização. (TORRES, 1973, p.68).

O dia 27 de julho do ano de 1773, data da fundação da cidade de Palmeira dos Índios, quando Frei Domingos de São José recebeu em cartório a doação de um terreno para erigir uma capelinha, a Capela dos Índios Wakonãn-Kariri marca o nascimento da cidade.

2.2 Quem são os Xucuru-Kariri

Os Xucuru-Kariri se organizam em grupos familiares que segundo eles são originários de um tronco comum. São redes de famílias extensas com interações e separações. Atualmente estão distribuídos em sete aldeias existentes em Palmeira dos Índios e uma aldeia em Caldas, Sul de Minas Gerais. As separações se deram a partir de dissidências na Fazenda Canto, oriundas no seio da família Celestino. Tais dissidências originaram a formação da aldeia Mata da Cafurna e a aldeia da Fazenda Pedrosa, na Bahia de onde o grupo liderado por José Sátiro mudou-se para Caldas, no sul de Minas.

Segundo pesquisa realizada pela antropóloga Silvia Martins,

¹⁸ Entrevista realizada em 26 de novembro de 2011 na Aldeia Indígena Mata da Cafurna.

O homicídio de João Celestino cometido por José Sátiro do Nascimento (atual cacique da Al Fazenda Pedrosa) desencadeou a divisão dos Xucuru-Kariri da Fazenda Canto em três facções políticas atualmente localizadas em diferentes áreas. Como consequência, hoje o grupo se encontra em diferentes situações históricas (nas três áreas já mencionadas), em contextos organizacionais (intersocietários) e relacionais, particularmente com o órgão tutor, diferenciados. No entanto, continuam a utilizar o mesmo etnônimo indígena. Sobre a unidade étnica Xucuru-Kariri é suficiente ressaltar alguns dados importantes sobre essa questão que é bastante complexa e relativa. (MARTINS, 1994, p.125)

Na Mata da Cafurna, há um silêncio quando se tenta abordar as origens da dissidência. Os motivos são apresentados em frases curtas, quase monossilábicas e falam apenas que “a disputa pelo poder fez as famílias se separarem”. Quando insisti em obter detalhes sobre tal disputa, ouvi como resposta “conviver com os Celestino não é fácil... Nem eles mesmo se aguentam. A nossa aldeia se formou porque o Antonio Celestino brigou com o irmão Manoel Celestino e saiu da Fazenda Canto e veio morar aqui”. Não consegui mais detalhes. Houve um longo silêncio que foi rompido com a seguinte frase: “melhor deixar esse assunto morto e enterrado.”¹⁹

A comunidade é formada por aproximadamente 120 famílias, com aproximadamente 700 pessoas que se dizem pertencer a um mesmo tronco, conforme pesquisa de Silvia Martins (1994, p.36). As famílias que se estabeleceram na Aldeia Mata da Cafurna vieram a convite do Sr Antonio Celestino e da sua esposa Marlene Santana e são, na sua maioria, descendentes de treze famílias apontadas pelos Xucuru-Kariri como pioneiras formadoras do seu povo na Fazenda Canto.

Atualmente os Santana e os Celestino vivem em conflito, mas a família Celestino é descrita pelos seus pares como detentora de grande poder entre os Xucuru-Kariri, fato que gera problemas de relacionamento nas aldeias, porém mesmo com essa situação tem se registrado momentos de alianças, como foi o caso das retomadas territoriais. Observa-se também que é entre os membros dessa família que figuram os mais famosos personagens da etnia, destacando Maninha Xucuru, filha de Antonio Celestino que chegou a fazer parte da APOINME.

A linhagem dos Celestino tem se sucedido no poder ao longo de gerações, podendo citar o Senhor José Celestino da Silva conhecido como Zé Caboclinho

¹⁹ Trechos da entrevista realizada em 26 de novembro de 2011 com Lenoir Tibiriçá, índio Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio e genro de Dona Salete, laço que lhe permitiu morar na aldeia e ocupar o cargo de pajé por longo período.

(atuou como informante de Carlos Estevão, para quem fez escavações que resultaram na descoberta de urnas funerárias, atividade a ser apresentada no capítulo 4), seus filhos Alfredo e Miguel Celestino, além dos netos Antonio Celestino, Manuel Celestino e do bisneto Purinã Celestino que compõem a lista de membros dessa família a ocupar cargos de cacique ou de pajé Xucuru-Kariri.

Apesar de citarem algumas famílias como formadoras do seu povo e, conseqüentemente detentoras de maior prestígio social na comunidade, os Xucuru-Kariri me apresentaram algumas famílias formadas pela sua fusão através de casamentos com índios Pankararu, Kariri-Xocó e Kalancó, além de outras famílias que se formaram com a união com não índios. Estas últimas, porém, não gozam dos mesmos direitos que os demais no que se refere a voz nos conselhos internos e a participação nos rituais onde os chamados estranhos a cultura são interditados, mesmo sendo casados com Xucuru-Kariri.

2.3 Principais autores e obras

Trabalhos sobre os povos indígenas ou mesmo sobre a história local não são muito frequentes nas listas das obras publicadas em Palmeira dos Índios. Os pioneiros foram Luiz B. Torres e Ivan Barros, cujas obras são comentadas a seguir.

Das obras de Luiz Torres, destaco *A terra de Tilixi e Tixiliá*. Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX (publicada em 1975), composta de duas partes, sendo a primeira bem ampla, com 237 páginas divididas em 29 tópicos que iniciam com a discussão sobre o momento em que as terras que compõem o município de Palmeira dos Índios pertenciam a duas sesmarias e evolui com a descrição da chegada do primeiro branco a região, frei Domingos de São José, e com abordagens superficiais sobre as condições de moradia, organização social e lendas indígenas. A primeira parte é encerrada com abordagens sobre a emancipação política do município, o uso de mão de obra escrava na região e descreve ainda algumas medidas adotadas pela Câmara Municipal de Vereadores com o intuito de normatizar as ações de tributação e funcionamento do comércio. A segunda parte do livro, com um só tópico, ocupa 118 páginas e apresenta uma visão da cidade através das atas, da Câmara de Vereadores, do período de 1870 a 1892.

Esta obra não permite grandes aprofundamentos quanto ao tema, mas essa limitação é fundamental para esta pesquisa por transparecer a forma pouco visível

como o índio é descrito na literatura local que o referencia mais como ícone folclórico do que protagonista da história local.

O autor não usa fotografias, mas apresenta um conjunto de 18 desenhos, de sua própria autoria, sendo um índio sepultado dentro de uma igaçaba, um desenho de uma espingarda no final de um texto sobre a participação dos Xucuru-Kariri na Guerra do Paraguai, um desenho de índio vestido como praiá, um de colar feito de caramujos, um pote de barro no final de uma descrição de comidas típicas, um instrumento de pesca chamado puçá, uma rede de dormir, um índio com arco e flecha, um maracá, cinco instrumentos de pedra (cachimbos, panela e machado) quatro igaçabas. Em nenhum dos desenhos o autor faz comentários sobre eles, coloca apenas o nome de cada elemento.

Outra obra que ajuda a recriar a história de Palmeira dos Índios foi também produzida por Luiz B. Torres “Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios²⁰”. Neste livro o autor apresenta a história dos índios Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios, descrevendo o processo de fixação dos mesmos nessas terras e os conflitos que viveram desde a chegada do beato Frei Domingos de São José, a criação do diretório e da missão indígena e a luta pela posse e propriedade da terra. Para isso, Luiz Torres utiliza desenhos (produzidos por ele mesmo) de peças em barro, palha e madeira confeccionadas para fins domésticos, ritualísticos e funerários. Apresenta, ainda algumas considerações sobre o papel do pajé, os rituais de cura, o papel da bebida nos rituais e cita algumas lendas locais sobre lutas contra ciganos, doenças e cura com ervas associadas à ação de espíritos encantados e finaliza com uma breve abordagem sobre as pesquisas arqueológicas que realizou quando encontrou as pedras demarcatórias dos limites territoriais e os cemitérios indígenas.

O autor repete os mesmos desenhos que usou na obra *A terra de Tilixi e Tixiliá*, já descritas anteriormente, porém acrescenta a imagem da bandeira do município e as fotografias das escavações por ele realizadas e que são apresentadas nas pranchas do capítulo 4.

Dentre os trabalhos de Luiz Torres foi o mais difundido em Palmeira dos Índios sobre os povos indígenas do lugar. Foi editado quatro (04) vezes e amplamente divulgado nas escolas à época do seu lançamento.

²⁰ Publicada em 1972, 1973, 1974 e finalmente reeditada e ampliada em 1984.

De autoria de Ivan Barros, publicado em 1969, o livro *Palmeira dos Índios, Terra e Gente* em suas 131 páginas trata de apresentar um panorama da cidade e dos seus habitantes, o que o leva a citar os Xucuru-Kariri logo no primeiro capítulo, quando descreve a chegada do Frei Domingos de São José, a criação da missão indígena e ao longo da obra esses nativos praticamente não aparecem mais, com exceção da descrição do teor da escritura da carta de doação das terras da Sesmaria de Burgos²¹.

O livro traz nas suas páginas finais um conjunto de 48 fotografias de personagens da história local, políticos, festas, feira, encontros de família e apenas 01 (uma) foto de índios (três caciques). No conjunto de imagens que compõem esta obra há uma breve nota abaixo de cada foto descrevendo os personagens que a compõem. Na foto dos Caciques aparece a seguinte descrição: “Os três derradeiros caciques Xucurús. Estaturas baixas, morenos, braços musculosos, pés achatados, largos. Fabricavam chapéus, jarras, potes e plantavam ervas medicinais”. A descrição refere-se aos índios como pessoas do passado, pois indica que à época da publicação do livro se pensava em índio como não mais existente nessa região.

Luiz Sávio de Almeida, professor da Universidade Federal de Alagoas, criador de um grupo de estudos intitulado Índios do Nordeste, vem se dedicando ao longo de 11 anos do grupo estudos a publicar a história dos nativos alagoanos. Como organizador, publicou em 1999, o livro *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas*, publicizando, a partir de documentos do arquivo público, da FUNAI, do CIMI e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) os documentos oficiais e correspondências particulares que abordam a situação e as questões indígenas em Alagoas. O trabalho não traz discussões dos documentos expostos, apenas os divulga obedecendo a uma ordem cronológica, mas permite ao leitor entender o processo de luta pela posse e propriedade da terra indígena em Alagoas.

Esse mesmo autor publica nos anos seguintes a coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, com 12 volumes, dedicando um espaço em cada volume para registrar as pesquisas de estudiosos alagoanos sobre os Xucuru-Kariri. Cada volume é composto de um conjunto de artigos produzidos por pesquisadores alagoanos e de outros estados como Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. Sobre os Xucuru-Kariri a coleção traz um artigo da Professora Maria Ester

²¹ A cópia do documento da doação das terras da Sesmaria de Burgos encontra-se no anexo 02.

Ferreira (UFAL) sobre a luta por demarcação de terras em Palmeira dos Índios no início do Século XXI, do Professor Ademir Barros Junior (UFAL) é publicado um artigo sobre o processo de retomada de terras no Sítio Macaco em Palmeira dos Índios e outro sobre as visões do Pajé Miguel Celestino, abordando a importância dos sonhos como canal de comunicação do pajé com os espíritos encantados. Os demais artigos discorrem sobre índios do sertão alagoano e sobre povos de outros Estados do nordeste, destacando-se os Fulni-ô de Águas Belas e os Xucuru de Pesqueira – PE.

A maioria dos trabalhos apresentados versa sobre o povo Kariri-Xocó da divisa de Alagoas com Sergipe e é resultado de pesquisas de um grupo de professores do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e da Secretaria Estadual de Educação, membros do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e pesquisadores do Grupo de Estudos coordenado por Luiz Sávio de Almeida.

2.4 Imagem do índio nas obras de Luiz Torres e Ivan Barros

Luiz Torres e Ivan Barros são conhecidos em Palmeira dos Índios como pioneiros no trabalho com indígenas. O primeiro, não tinha formação acadêmica, mas atuou em várias áreas como jornalismo, teatro, literatura, política e tantas outras áreas²² que lhe conferiu notoriedade na pequena cidade. O segundo é advogado, promotor público (aposentado) e proprietário de um jornal local “Tribuna do Sertão” que circula nas principais cidades alagoanas, inclusive na capital. Suas obras foram publicadas na segunda metade do século XX e tinham, a época, o caráter de detentoras de uma verdade inquestionável. Atualmente, essas obras são vistas como importantes por oferecer um referencial inicial para as pesquisas sobre a temática local, mas não aprofundam os temas que apresentam.

Os dois autores são convergentes na descrição dos índios como primeiros habitantes da localidade, detentores das melhores terras da região com água em abundância e solo fértil, além de ricos em caça e pesca, elementos que converteram estas terras em alvo da disputa com o colonizador. Os Xucuru e Kariri, segundo Torres e Barros, já haviam abandonado outras áreas anteriormente (em

²² Uma tabela com uma breve cronologia de Luiz Torres é apresentada no apêndice 01.

Pernambuco e Sergipe, respectivamente) fugindo do processo de povoamento e implantação da pecuária no interior deixando suas posses para o novo dono da terra, mas mesmo assim não conseguiram livrar-se da ação de ocupação do interior que os reencontrou nas terras de Palmeira dos Índios.

A caça ao índio foi, segundo Luiz Torres (1973, p.105-6), iniciada em 1537, através de Carta Régia do rei D. João III que concedeu expressa autorização para escravizar membros da “raça guerreira dos caetés” como retaliação ao suposto banquete com a carne do Bispo Sardinha. Em 1549, os jesuítas iniciaram à catequese dos nativos, mostrando-se tão zelosos que em 1558 a regente D. Catarina, sensibilizada com a causa, encarregou-os da pacificação e conversão daquelas almas.

Ivan Barros ao falar do início da colonização em Palmeira dos Índios, descreve que “Palmeira dos Índios, portanto se originou da necessidade dos índios fugirem das entradas e bandeiras, cujas funções contrárias às dos portugueses, era abrir caminho, descobrir minas, e comércio de braços humanos” (BARROS, 1969, p.20). Acrescenta que sob a égide da colonização os portugueses se apropriaram das terras, escravizaram o índio, abusaram sexualmente das mulheres, impuseram a língua, a crença e vários costumes da civilização europeia, contribuindo para que as aldeias presenciassem o nascimento de uma gama de cachaceiros criando problemas ao desenvolvimento da Colônia. (p. 21-27)

Sobre o Diretório os dois autores se repetem. Observando as datas de suas publicações, pode-se inferir que Torres transcreveu Barros, porém não fez referência ao seu trabalho. Abordam a questão do diretório indígena a partir da publicação, em 1758 (pelo Rei D. José I) de uma Ordenação Real criando o Diretório Indígena que determinava que os índios passassem a ser dirigidos por um diretor, até que adquirissem a capacidade de si governarem. Com esse ato, afirmam que o Diretório Indígena iniciou o processo de integração do índio à civilização europeia sob a égide de um só governo, o Rei; um só Deus, o dos cristãos; um só chefe espiritual, o Papa; uma só lei, a dos portugueses, rompendo, dessa forma, com a tradição nativa. (BARROS, 1969 p. 29-32; TORRES, 1973, p.107-110)

O documento é composto de 95 artigos, dos quais Luiz Torres destaca a substituição da língua geral pela língua portuguesa (artigo 6), a abolição do uso de nomes indígenas e a adoção de nomes e sobrenomes portugueses (artigo 11), a proibição do uso do termo negro (artigo 10), o incentivo ao casamento de colonos

brancos com indígenas (artigos 88 a 91) e punição contra discriminações (84 a 86) como principais nortes do Diretório em Palmeira dos Índios. Até este ponto, os dois autores apresentam o mesmo discurso. No restante das obras eles se separam em abordagem de temas distintos.

Nos escritos de Luiz Torres consta que os Diretores eram escolhidos pelos Presidentes da Província das Alagoas entre os nomes de uma lista tríplice encaminhada por indicação da Câmara de Vereadores. Ao Diretor, autoridade máxima na Missão, cabia à função de coordenar os trabalhos de catequese dos índios e a integração destes como força de trabalho no desenvolvimento da economia.

A falta de investimentos em conservação de prédios históricos em Palmeira dos Índios fez com que a ação do tempo promovesse o desabamento do prédio que abrigou a Missão Indígena e junto com os escombros se perderam os documentos da sua instalação e os registros da data da sua criação. Supõe-se que sua instalação seja posterior a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, em 1798.

A forma como os escritores abordam os Xucuru-Kariri os colocam numa condição de observadores passivos dos acontecimentos. Nessa primeira parte das obras não há referência a nenhum tipo de reação contrária aos processos de redução, catequese ou dominação a que foram submetidos. Com a ausência de referência a qualquer reação, começa, nessas obras, a criação da imagem do índio ingênuo, talvez aos moldes do nativo descrito na Carta de Caminha.

Luiz Torres contradiz a imagem do nativo ingênuo quando em uma seção destinada a abordar a extinção da Missão Indígena em 1872 (fato também citado por Sávio Almeida, 1999) escreve que se efetivou uma disputa em torno das terras palmeirenses e esta situação ganhou impulso quando o governo declarou extintos os aldeamentos de Alagoas em 17 de junho de 1872 e, em 1874 a Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios solicitou, ao Governo, as terras para constituírem o patrimônio municipal²³.

²³ O pedido estava embasado no artigo 12 da Lei de Terras de 1850, preconizando que “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval”.

A imagem do índio pacífico é ratificada por Luiz Torres na abordagem sobre o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (documento regulamentador da Lei de Terras), que destina o Capítulo VI a discussão “das Terras Reservadas” e, dispõe no artigo 72 que “Serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas nos distritos onde existirem hordas selvagens”. Com tal artigo ficava assegurado o direito à posse da terra apenas para os índios considerados selvagens, o que excluía, segundo o escrito, os Xucuru-Kariri que tinham passado pelo processo de moldagem cultural imposto na Missão e enquadravam-se no que João Pacheco de Oliveira denomina hoje de ‘índios misturados’. Nesse contexto, (SILVA, 2005, p. 123-4) coloca que:

O drama de identificação ou reconhecimento oficial vivido pelos “índios misturados” não deveria ser reduzido a um questionamento sobre serem eles indígenas ou não, uma vez que foram submetidos a processos de integração nacional (aldeamento, acamponesamento e proletarização são apenas alguns desses processos), mas em como reconhecer a permanência de suas identidades indígenas particulares a despeito das transfigurações étnicas a que foram submetidos (RIBEIRO, 1970). Nesse sentido, a questão não é saber quanto de “índio” sobrou na mistura, mas saber como elaborar um modelo de interpretação para múltiplos processos de mistura conformadores de múltiplas indianidades ou modos de ser índio.

A imagem do índio pacífico vai sendo substituída, na literatura de Luiz Torres, pela imagem do índio excluído. O processo de exclusão é descrito como acelerado a partir do momento em que a presidência da província foi encarregada de informar ao Governo Imperial sobre o número de índios e a extensão e valor das propriedades das aldeias existentes nas províncias. Segundo rege o artigo 73 da Lei de Terras de 1850, a partir dessas informações os inspetores e agrimensores se encarregariam de encaminhar os estudos para a regularização do aldeamento destes grupos em local apropriado, que poderia ser, ou não, no lugar de origem.

Com a efetivação desta lei, as terras indígenas, notadamente as do Nordeste, foram classificadas devolutas, loteadas e transferidas através de título de compra a terceiros. São esses terceiros que os Xucuru-Kariri denominam de posseiros e é contra eles que se desenvolve desde então o conflito citado por Luiz Torres o que tem gerado sérios problemas políticos, econômicos e culturais na região do entorno da cidade de Palmeira dos Índios.

O documento expedido em 1874 pela Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios fazia uma denúncia de apropriação irregular dessas terras. A Ata da

sessão da Câmara do dia 29 de outubro do mesmo ano registra que o então vereador Manuel Marques de Oliveira se apropriou indevidamente das melhores terras que pertenciam ao extinto aldeamento. A denúncia feita pelo vereador Julio Gomes Correia diz que “o usurpador” fez o que quis; derrubou o travessão existente construiu açude e ocupou enfim o que havia de melhor. O seu gado invadiu roças, agora sem proteção alguma”.

A ata não registra qualquer reação da Câmara. Luiz Torres deduz e registra em seu livro que tal atitude deve-se ao fato de o “usurpador” se tratar de uma pessoa de renome econômico e político, e as terras em questão eram consideradas terras públicas sob a responsabilidade do governo provincial, por isso foi enviada uma cópia do requerimento ao referido governo.

Em 17 de julho de 1879 na ata da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios consta o registro de que aquela casa recebeu um ofício da Presidência da província, datado de 10 de dezembro de 1878, solicitando toda a documentação referente às terras e ao patrimônio do extinto aldeamento.

Uma nova ata de 1890 transcreve a solicitação da Câmara ao Governador do Estado para que este a represente junto ao Governo Federal sobre os aforamentos das terras dos antigos aldeamentos. Destaca que tal solicitação está ancorada na Lei de 20 de outubro de 1887, parágrafo terceiro, que lhe concedeu o direito sobre as terras em questão, enquanto que uma Circular do Ministério da Fazenda suspendera tal aquisição, deixando a câmara, segundo os reclamantes, privada de seus direitos.

Observa-se que a partir daí os documentos da Câmara de vereadores, citados por Luiz Torres e Ivan Barros, não fazem menção a reivindicação dos índios. Relatos sobre as vozes dos índios só vão reaparecer após 1920 com a presença do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Nordeste.

Os índios voltaram a ter o direito a uma propriedade denominada Fazenda Canto adquirida pelo Serviço de Proteção ao Índio, em 1952, com área de 372 hectares, considerada insuficiente para atender às necessidades básicas de moradia e produção agrícola, o que demandou a organização do grupo para atuar em duas frentes, uma de reivindicação junto aos poderes públicos e outra de retomada das

áreas²⁴ que fazem parte do território inicialmente doado em 1773 pela sesmeira D. Maria Pereira Gonçalves.

Dessa forma, Luiz Torres apresenta uma imagem do índio pacífico, apenas partícipe no processo histórico que se desenvolveu em torno da posse das terras, assumido uma imagem de excluído até a segunda metade do século XX quando desperta para as reivindicações em torno das retomadas territoriais.

Ivan Barros, por sua vez não centra sua narrativa aos Xucuru-Kariri, apresenta as mesmas questões discutidas por Luiz Torres, acrescentando apenas uma breve descrição sobre a obra catequética de Frei Domingos de São José, onde afirma que

A obra catequética do Frade, foi empolgante. Dezenas de núcleos onde reuniam a indiada, pacificando-a, incorporando-a a um novo sistema de vida, surgiram por diligências do intrépido missionário. A dinâmica da conquista se fazia sentir por todos. Criou-se uma aldeia maior: casebres mal equilibrados, cobertos de ramos de palmeiras, em torno da igreja, situada no chapadão da serra das palmeiras, que passou a denominar-se “Capela”. E felizes, os nativos passaram a dominar a caça, a pesca nos riachos. Rasgaram o ventre da terra e fecundaram-na com sementes de algodão, feijão e mandioca. Faziam a colheita de poucos vegetais. E muitas vezes tomavam o “grulijó” (bebida de mandioca) e baforando “canabis-sative” em quakis, enebriados, dançavam o tore, invocando, em trajes bizarros, altas horas da noite, o Rikukilhiá (deus da floresta), num estranho culto. (BARROS, 1969, p. 22)

Além dessa referência, índios são descritos em outro trecho da obra que juntamente com os escritos de Luiz Torres vão compor a imagem dos índios na cidade de Palmeira dos Índios. Descreve que

Os xucurus são nômades, por excelência. Andarilhos, conforme a etimologia da palavra “xuxurús”. Baixos de estatura, musculosos, pés largos, muitos de pernas bambas. Mas ágeis. Trepavam com facilidades às árvores, de cujos frutos silvestres viviam. Não tinham casas, se abrigavam em grotas oiúocas, sob ramagens de ouricury ou palmeiras. Eram sobretudo sentimentais. (BARROS, 1969, p. 23).

Apresenta como anexo no final do livro a única foto de índios entre quarenta e oito que compõem a obra e que retratam personalidades da cidade, a catedral e inaugurações de obras como a estrada de ferro e desfiles escolares de 7 de

²⁴ O processo de retomadas territoriais é apresentado no capítulo 3, item 3.2.

setembro. Nessa foto²⁵, refe-se a eles como “os três derradeiros caciques xucurús. Estaturas baixas, morenos, braços musculosos, pés achatados, largos. Fabricavam chapéus de palha, jarras, potes e plantavam ervas medicinais”. (p.117) mostrando com isso a sua impressão do índio como ser do passado.

Luiz Torres apresenta fotos de índios, de utensílios como arco e flecha, cachimbo e roupas ritualísticas usadas no toré, reforçando a imagem, descrita por Ivan Barros, do índio como ser que no passado vivia da subsistência e fabricando suas próprias armas e utensílios. Essas imagens produzidas e usadas no livro de Luiz Torres são apresentadas no capítulo 4.

²⁵ A foto não foi copiada para compor esta dissertação, porque a qualidade da impressão da mesma, no livro, não permite uma boa visualização.

CAPÍTULO 3

A ALDEIA INDÍGENA MATA DA CAFURNA E OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DOS XUCURU-KARIRI

3.1 A Aldeia Indígena Mata da Cafurna

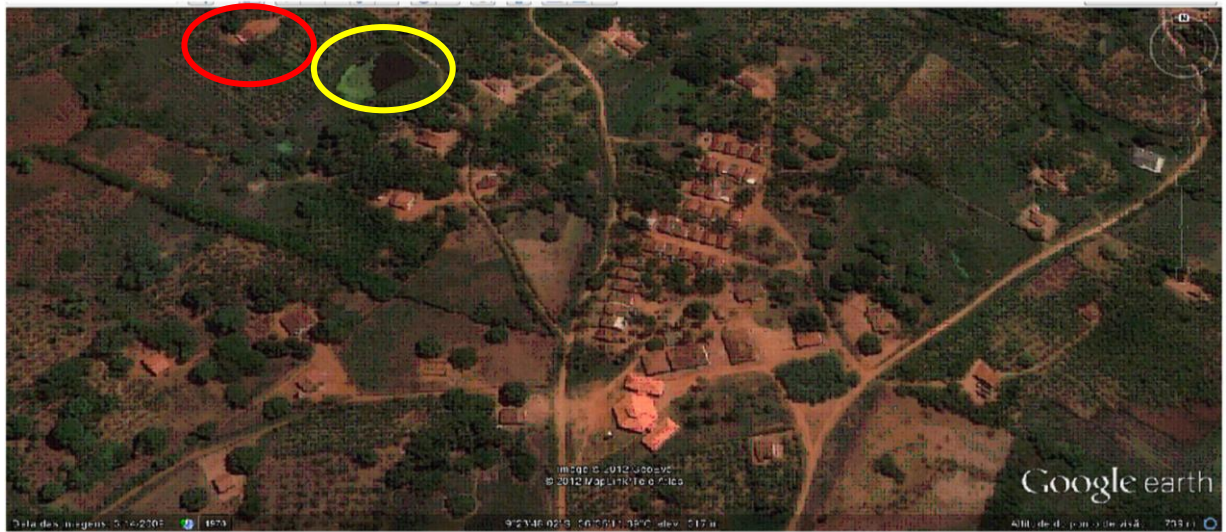
A aldeia indígena Mata da Cafurna, lócus desta pesquisa é composta, atualmente por uma área de 275,6 ha, terras adquiridas através da FUNAI como resultado de um longo processo de retomada do antigo território tradicional indígena. Situa-se a seis (06) km da sede da cidade de Palmeira dos Índios. Até 1979, este território estava ocupado por vários proprietários ou posseiros não índios. Neste território, uma área de 117,6 hectares é coberta pela mata da Cafurna, último refúgio da mata Atlântica no estado de Alagoas, estava sob a posse da Prefeitura de Palmeira dos Índios que estava em processo de doação das mesmas para a construção de uma faculdade, o que gerou o processo de retomadas que será apresentado no item 3.2.

O território da Mata da Cafurna é visto como especial para os Xucuru-Kariri porque a floresta em si possui significado religioso, uma vez que a cerimônia do "ouricuri" deve ser realizada no interior de uma floresta, onde os índios acreditam viver os "encantados".

A retomada da área se deu por índios oriundos da Aldeia da Fazenda Canto que já tinha seu espaço comprometido pelo excesso populacional. Essa conquista, porém não representou a satisfação dos anseios do povo Xucuru-Kariri que continuaram reivindicando um quantitativo maior de terras para assegurar o desenvolvimento de atividades agrícolas que por sua vez permitem o sustento das famílias ali residentes.

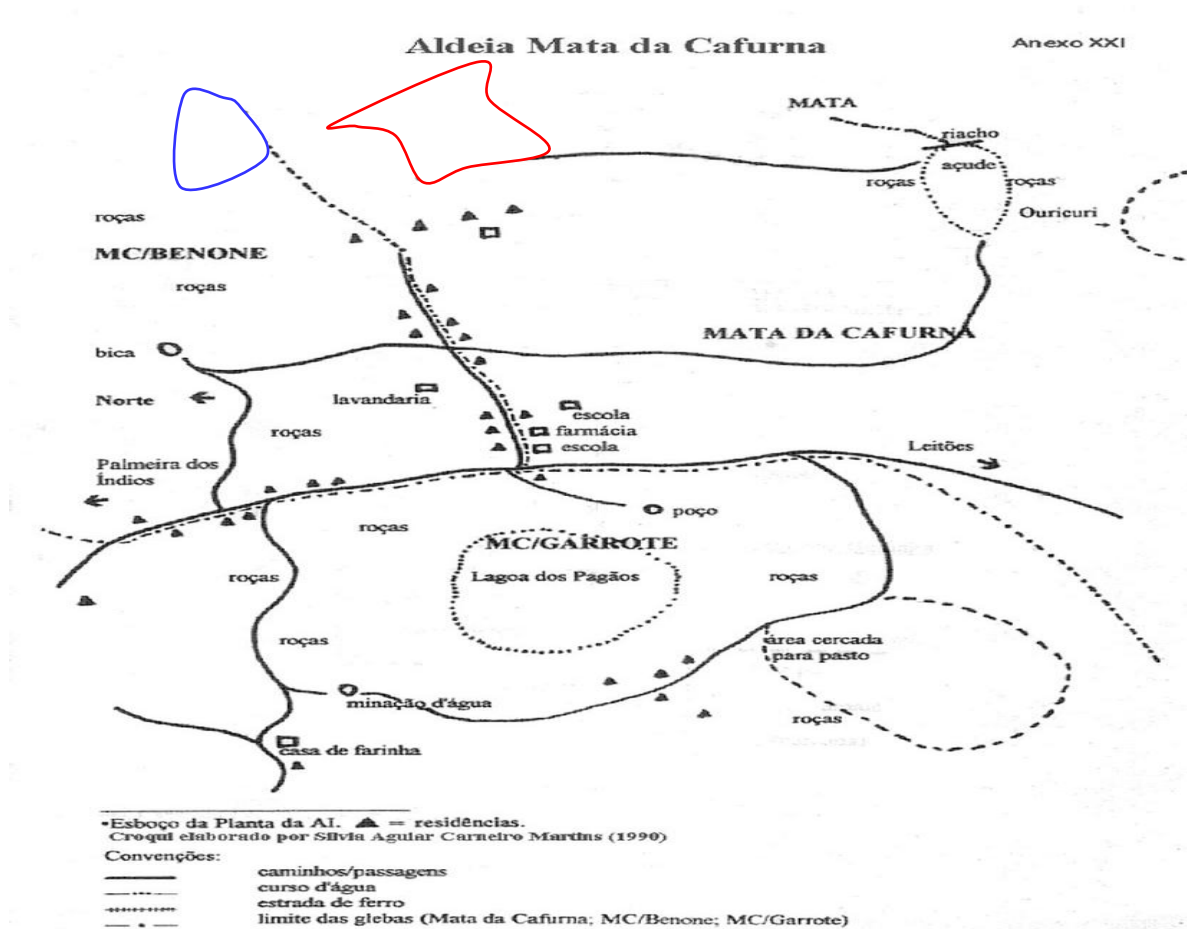
Com a efetivação da aldeia, o espaço de mata continuou intacto e em seu entorno desenvolveu-se a aldeia, conforme apresentado na figura a seguir.

Imagem aérea da aldeia Indígena Mata da Cafurna



Fonte: Google Earth

Na imagem acima, o destaque em vermelho apresenta o espaço denominado terreiro, onde ocorre o ritual religioso denominado ouricuri. Neste espaço os não índios não tem permissão para entrar, mesmo aqueles que são casados com índios são interditados neste espaço. Em amarelo, está destacado o açude que abastecia a cidade de Palmeira dos Índios até a década de 60 do século XX quando se iniciou o processo de abastecimento d'água por uma empresa estatal. Abaixo, na mesma imagem aparece o aglomerado de casas que compõem a aldeia. A área é apresentada com detalhes dos seus limites no croqui desenhado pela pesquisadora Silvia Martins em 1990. Este croqui faz parte dos anexos do Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xukuru-Kariri/AL.



A área de terras que compõe a aldeia Mata da Cafurna sofreu apenas uma alteração desde a elaboração do croqui acima, com o acréscimo de 23 hectares adquiridos com uma retomada territorial ocorrida em 2008²⁶.

3.1.1 O processo de retomadas

No ano de 1979 o prefeito Enéias Simplício colocou a venda as terras da Mata da Cafurna que estavam sob a posse do município. O Pajé Miguel Celestino e o cacique Manoel Celestino decidiram se antecipar aos fatos e retomar as terras que apesar de pertencerem a Prefeitura estavam ocupadas por posseiros. (MOREIRA et al, 2010. p 39).

²⁶ No croqui acrescentei em vermelho a uma área de 17 hectares comprados pela FUNAI ao Senhor Geraldo C. Fernandes e em azul a área de 6 hectares adquiridos, também pela FUNAI, da Senhora Vandete. Imagens desta e de outra retomada anterior serão apresentadas no capítulo 5.

O processo de retomada foi pacífico e registrou grande articulação entre índios da cidade, da Fazenda Canto e da Cafurna de Baixo. Passados dois dias, sem reação dos posseiros ou do governo municipal, o cacique Celestino foi à cidade e divulgou a retomada da terra em um programa de uma rádio local.

Como ato contínuo a FUNAI, enviou o seu administrador, Sr. Eudes e o chefe do posto Gilvan Luna para iniciar as negociações com o prefeito. Na ocasião, o prefeito informou que estava em negociações do terreno com uma faculdade japonesa, mas fechou a venda dos 117 hectares de terra com a FUNAI por Cr\$: 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros).

Concluída a transação, os Xucuru-Kariri iniciaram a construção de casas e o povoamento legal da mata. Em 1986, como resultado de uma negociação entre os índios e um posseiro de nome Pedro Benone houve uma ampliação do território em 6,6 hectares pelo valor de Cr\$: 6.000,00 (seis mil cruzeiros), totalizando 123,6 hectares de área.

A conquista nessa primeira retomada fortaleceu os indígenas que continuaram as reivindicações e as retomadas. Com a primeira vitória o grupo de entusiastas cresceu e promoveu uma segunda ação em 1986, numa área de 154 ha. que se encontrava dominada por um empresário chamado Everaldo Garrote. O processo foi lento e o comerciante conseguiu reintegração de posse através de liminar judicial. Os índios recorreram e ganharam a causa um ano depois, incorporando tal área, definitivamente, ao seu território. (MOREIRA *et al*, 2010, p 40)

Um ponto que gerou muita polêmica foi a falta de acordo quanto ao valor a ser pago. O comerciante considerava irrisório o valor de Cr\$: 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) que a FUNAI depositou no Banco do Brasil, em seu nome. A batalha judicial sobre o valor e o pagamento se estendeu por três anos e dividiu opinião na cidade. Os que defendiam o posseiro taxavam os índios de aproveitadores, vagabundos, ladrões e vários outros adjetivos pejorativos. Os poucos que defendiam os índios, o faziam sem muito alarde por temer represálias. A situação se agravou com um infarto que levou o fazendeiro a óbito. Mais uma vez os índios voltaram a ser o centro dos falatórios na região, eram citados nas rodas de conversas como culpados pela morte do fazendeiro.²⁷ O período foi marcado por

²⁷ Informações verbais obtidas durante a pesquisa de campo, quando realizei entrevistas com o Cacique, Sr. Heleno Manuel, e com o casal Antonio e Salete Santana.

angústia, incerteza, medo, ira e tantos outros sentimentos, até que a viúva, Sra. Vanderlene Duarte Garrote recebeu o dinheiro e efetivou a transação.

Após essa retomada houve um intervalo sem discutir retomadas, demarcação ou posse de terras no município, mas aos poucos os índios foram resurgindo nos espaços e nos discursos, até que em 1994 aconteceu à terceira retomada territorial envolvendo 154 hectares de terra na localidade denominada Mata da Jiboia (localidade onde frei Domingos de São José tinha edificado a primeira igreja em 1773). A propriedade estava de posse do Sr. Hélio Alves (proprietário da casa Agropecuária Purina).

Devido ao problema ocorrido na segunda retomada, os índios da Mata da Cafurna se articularam em busca de apoio dos parentes alagoanos Xucuru-Kariri da Fazenda Canto, dos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, Tingui-Botó de Feira Grande, Karapotó de São Sebastião e dos pernambucanos Pankararu de Brejo dos Padres e Xucuru de Pesqueira.

O processo congregou um número considerável de índios nas Matas da Cafurna, pintados com urucum e jenipapo, cores que usavam no passado para caracterizar estado de guerra, mas o fazendeiro decidiu negociar com a FUNAI e a transação foi rápida e pacífica²⁸.

Após a terceira retomada houve um período marcado pelas negociações da FUNAI para compra de terras que o órgão classificou como área emergencial nas localidades Boqueirão (355,17 hectares) de posse do Deputado Estadual Gervásio Raimundo, uma parte da Serra do Capela (8,48 hectares) de posse de Luis Leônidas e a Cafurna de Baixo (372 hectares) de posse de Willian Araújo²⁹.

A quarta retomada aconteceu em 2002 envolvendo a disputa por uma área que se encontrava de posse do vereador Rui Guimarães. Nessa retomada a articulação envolveu apenas algumas comunidades indígenas de Palmeira dos Índios (da Fazenda Canto, Serra do Coité e Cafurna de Baixo). Nessa ação aconteceram conflitos internos que provocaram saída da família Celestino da Mata da Cafurna, fato que desarticulou o grupo e fez com que a FUNAI não desse acompanhamento e apoio a causa. Diante da fragilidade da ação, do cansaço do

²⁸ Síntese das informações colhidas nas entrevistas realizadas com lideranças do conselho da Mata da Cafurna, no início de 2012.

²⁹ Idem.

grupo, o vereador usou o apoio da Câmara de Vereadores e conseguiu reintegração de posse em menos de um ano.

A retomada fracassada teve repercussão fora do Estado e atraiu o apoio do Conselho Indigenista Missionária - CIMI, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, de pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Alagoas, além da visita de procuradores da República. A retomada fracassou do ponto de vista de conquista territorial imediata, mas serviu para dar visibilidade ao movimento indígena e de eco para a voz dos moradores da Mata da Cafurna que passaram a ser colocados como referência no movimento e a ocupar espaço na Academia, tornando-se tema de pesquisa de Trabalhos de Conclusão de Cursos nas Universidades e Faculdades de Alagoas.

O dia 23 de fevereiro de 2008 torna-se um marco importante para a história dos Xucuru-Kariri quando pela primeira vez os jovens assumem o comando e promovem a quinta retomada. A ação, coordenada por Tanawy, (filho do ex-pajé Lenoir Tibiriçá) Idiarony e Kawyanã, entre outros jovens, recebeu o apoio das lideranças tribais e retomaram duas pequenas propriedades na entrada da Mata da Cafurna 6 hectares que estavam de posse da Sr^a Vandete e 17 hectares que estavam com o Sr. Geraldo Cavalcanti Fernandes.

Esses dois lotes, considerado pequenos em extensão foram negociados rapidamente, pois estavam localizados na entrada da aldeia, o que deixava os posseiros em situação de desconforto pela presença constante dos índios, enquanto para estes representava retirar o não índio da entrada da sua aldeia. A efetivação da compra da terra em apenas 04 dias representou um negócio satisfatório para ambos os lados.³⁰

Para os Xucuru-Kariri essa área representou um espaço para construir casas para as novas famílias que se formam e o fim do avanço das construções em direção à mata. A propriedade possui casa de alvenaria, mas os Xucuru-Kariri não a ocuparam, se abrigaram à sombra de árvores e em uma barraca que armaram improvisadamente, conforme pode ser visto na prancha 12, p.102.

Depois dessa retomada não houve registro de nenhuma outra envolvendo o povo da Mata da Cafurna, pois os índios esperam a demarcação de uma área

³⁰ Os dados referentes a essa retomada foram presenciados por mim que acompanhei cada etapa das negociações. Na ocasião, estive na aldeia de 2 a 4 vezes por semana durante pesquisas que resultaram na coautoria do livro Mata da Cafurna, ouvir memória, contar história: tradição e cultura do povo xucuru-Kariri, publicado em 2008 e reeditado em 2010.

superior a 7.000 (sete mil) hectares de terra nos arredores da cidade. Essa demarcação tão esperada já teve o ato publicado no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2010 e vem fazendo renascer as discussões na cidade, dividindo opiniões sobre o direito a tal demarcação.

Os discursos giram em torno de questionamentos como: para que tanta terra para aqueles preguiçosos? O que vai acontecer com as famílias desapropriadas? O comércio vai resistir ao impacto de mais de 200 famílias que perderão seus bens e sua renda? É claro que existem os discursos favoráveis a demarcação, mas estes são mais tímidos na cidade e, muitas vezes limitam-se ao espaço físico das Universidades.

Palmeira dos Índios tem sido palco de uma discussão que se arrasta desde a segunda metade do século XX sobre demarcação de terras indígenas reivindicadas pelo povo Xucuru Kariri. Apesar da publicação autorizando a demarcação ter sido publicada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010, não houve nenhum avanço posterior a tal publicação.

O movimento denominado articulação do povo Xukuru-Kariri conseguiu levar a discussão para a plenária da Assembleia Legislativa de Alagoas em 28 de março de 2012³¹. Durante a exposição do processo, pelas lideranças indígenas, um representante do Ministério Público explicou que há cerca de 15 anos vem atuando nessa causa e que já possui um canal de comunicação direta com um procurador da República e com um antropólogo e analista pericial Sr. Ivan Farias.

A área em litígio é de 7.073 hectares, considerada inferior à área dominial dos índios à época da chegada de Frei Domingos de São José, em 1770. Os índios aceitam esse quantitativo de terras, mas o processo não avança porque não há consenso quanto à avaliação das benfeitorias existentes na área. O valor das indenizações é considerado acima dos recursos disponíveis no orçamento da FUNAI. Outro elemento que tem sido entrave no processo é a falta de perspectivas para a maioria das 463 famílias não índias que ocupam a área atualmente.

Durante o seu pronunciamento, o procurador José Godoy Bezerra destacou que o direito dos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas está previsto mais especificamente no art. 231 da Constituição Federal. "A devolução das terras é uma

³¹ A audiência foi amplamente noticiada pela imprensa alagoana, principalmente pelos blogueiros dos jornais: alagoas24horas.com.br; alagoasemtemporeal.com.br, mas as transcrições das falas encontram-se no site <http://www.almanaquealagoas.com.br/noticias/?vCod=4958>

dívida da sociedade brasileira para com esta comunidade³²". Enalteceu ainda a preocupação do Governo Federal em resolver o caso de maneira a garantir a tranquilidade e evitar conflitos entre as partes.

Quanto aos argumentos de um deputado (latifundiário na área do conflito) de que essa demarcação significa a falência do setor agrícola no município e o caos na cidade, os líderes indígenas rebateram com exemplos concretos de crescimento econômico de dois municípios alagoanos que passaram pelo processo de demarcação de terras: os índios Tingui-Botó do município de Feira Grande que são os maiores produtores de batata doce do Estado e o caso dos Wassu-Cocal da cidade de Joaquim Gomes, onde a produção de mel é reconhecida nacionalmente e gera emprego e renda para índios e não índios. Tais argumentos foram confirmados pelo antropólogo Ivan Farias

O cacique Antonio Celestino, de 74 anos, fez um pronunciamento lembrando que, quando criança, foi obrigado a roubar peixes e mangas nas terras que um dia foram de seus antepassados. "Para não morrer de fome, eu me vi obrigado, ainda menino, a 'roubar' peixe nos rios que eram do meu povo, a pegar manga escondido. Não quero isso para esse menino!", falou apontando para um neto que se encontrava no colo de uma das suas filhas³³.

Este ato na Assembleia Legislativa de Alagoas foi o último encontro oficial reunindo índios, Ministério Público, FUNAI, representantes do Governo Federal, INCRA e Deputados para discutir o problema. Como encaminhamentos, ficou acertada a criação de um grupo de trabalho permanente para tratar sobre a demarcação e traçar o perfil dos posseiros da terra. Desde então, a temática não tem ocupado espaço na mídia nem o grupo de trabalho apresentou qualquer resultado dos estudos. Vale salientar que sessão da Assembleia só contou com a presença de quatro dos vinte e dois deputados estaduais. Os índios têm promovido passeatas em Palmeira dos Índios e na capital do Estado, mas as ações não aparecem. O cacique da Mata da Cafurna fez um pronunciamento em abril de 2012,

³² Os discursos foram disponibilizados no site da FUNAI-AL, INCRA e nas páginas das redes sociais de alguns índios.

³³ Pronunciamento feito pelo Cacique Antonio Celestino durante a reunião para discutir a demarcação das terras indígenas de Palmeira. A cobertura completa da reunião está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: <http://www.almanaquealagoas.com.br/noticias/?vCod=4958>. Acesso em 17 de maio de 2012.

nas comemorações do dia do índio, enfocando a necessidade de organização para realizar retomadas como forma de cobrar celeridade no processo.

3.2 Pesquisas de Clóvis Antunes, Sílvia Martins, Siloé Amorim.

Para a composição de uma visão sociocultural dos Xucuru-Kariri como uma comunidade etnicamente diferenciada, detive-me em estudos antropológicos sobre o referido povo. O primeiro de autoria de Clóvis Antunes, produzido em 1965 como tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército³⁴, com o título “Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas ‘os Chucurus de Palmeira dos Índios’.” descreve em 20 tópicos distribuídos em 78 páginas a situação social, política, econômica e religiosa da aldeia do povo indígena em Palmeira dos Índios.

Não define a questão étnica e não aprofunda discussões sobre a questão territorial. Apresenta 12 fotografias em preto e branco, distribuídas no corpo do trabalho. As três primeiras (p.7) trazem as seguintes legendas: “O velho cacique José Francelino sempre lembrado entre os Chucurus. Já falecido. Foto em 1936.”. “Alfredo Celestino que se diz ‘chefe da tribo’ ‘porque trabalhou para a fundação do aldeamento’”. E “Chucurus do Posto Indígena ‘Irineu dos Santos’ – Fazenda Canto”. Apesar das legendas abaixo das três fotos, o texto da tese não apresenta descrição ou referência a elas.

Na página 18, o autor usa mais 4 fotos com as seguintes legendas: “capela e Escola dos Chucurus Palmeirenses.”; “Mulher indígena da “Fazenda Canto.”; “Interior de uma casa de taipa vendo-se utensílios domésticos.” e abaixo da fotografia de uma casa, a legenda é: “Neste mocambo mora uma família com seis filhos.”

Na página 26 são reproduzidas 3 fotos, seguindo o mesmo padrão das anteriores, com as inscrições abaixo de cada uma: “cantores solistas do Toré na foto: Pedro Urbano (com o maracá), Antonio Urbano e Miguel Celestino.”, “Crianças chucurus com indumentária da Dança do Toré. Os adultos nas festas folclóricas

³⁴ Um exemplar datilografado, com 74 páginas, faz parte do acervo que recebi da família de Luiz Torres e encontra-se sob minha guarda no Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosófico (NEPEF) no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas em Palmeira dos Índios – AL.

dançam com esses trajes típicos de palha de coqueiro” e “caboclo da Fazenda Canto” com o ‘quaki’, o arco e flecha, a bolsa e o maracá na mão”.

As duas últimas fotos são apresentadas na página 36 e assim como as demais trazem legendas curtas abaixo de cada uma, onde se lê: “Alfredo Celestino com igaçaba encontrada no Serrote do Goiti na Cafurna. 1963” e “Lenda da Índia encantada: A tripa que virou Índia.”. Esta última imagem é de um desenho, sem identificação de autoria, que se reporta a lenda de que um índio que fora ferido em confronto com os ciganos foi operado no hospital da cidade e o médico retirou um pedaço de sua tripa e colocou em um recipiente de vidro, para estudos posteriores, mas a tripa passou por um processo de transformação, assumindo o formato de uma Índia. A lenda é muito divulgada na cidade e um desenhista local fez um esboço a partir da descrição. A imagem foi reproduzida para a tese de Clóvis Antunes e uma cópia se encontra no Museu Xucurus, em um pequeno quadro com moldura de madeira e tampo de vidro, medindo 15X20 centímetros.

As fotografias servem de ilustração, mas não são discutidas na obra, trazem apenas uma breve legenda na parte inferior de cada uma. Não reproduzi as imagens porque são pouco legíveis, devido a ação do tempo sobre o papel e também a baixa capacidade de resolução das máquinas que as produziram.

A tese apresenta um mapa de Alagoas (sem indicação de autoria) com a localização de Palmeira dos Índios, Arapiraca, Olho D’água das Flores, Porto Real do Colégio, Penedo e Maceió, mas não traz análise do mesmo. Um desenho de uma peça de barro usada como cachimbo, denominada quakí, completa a parte figurativa da obra.

A tese foi produzida a partir de pesquisas de campo na Aldeia Indígena Fazenda Canto (primeira aldeia a ser reconhecida no século XX em Palmeira dos Índios) e pesquisa bibliográfica e documental em obras de Adriano Jorge, Ayres de Casal, Estevão Pinto, além de consulta a documentos do Posto Indígena Irineu dos Santos (Fazenda Canto) e Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

O segundo trabalho que li foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação (mestrado) em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco em 1994 por Silvia Aguiar Carneiro Martins com o título “Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais”. Esse trabalho apresenta dados etnográficos sobre os Xucuru-Kariri relacionados com as situações históricas em que esses índios estão inseridos e foi produzido a partir de pesquisa de campo com

observação participativa e levantamento histórico-documental. São quatro (04) capítulos distribuídos em 154 páginas que articulam a pesquisa com os teóricos da Antropologia. A autora não utilizou fotografias nessa dissertação.

Na introdução, a autora tece algumas considerações sobre os índios do nordeste, destacando os conceitos de indianidade e etnicidade, além de destacar a situação de tutela a que estão submetidos e de abordar a forma como são classificados segundo os movimentos étnicos e o processo de reconhecimento.

Os quatro capítulos que compõem a dissertação permitem vislumbrar a presença indígena na região, discute questões de terra e territorialidade indígena em Palmeira dos Índios, apresenta informações coletadas sobre o processo de reconhecimento oficial do grupo pelo SPI, identifica agentes históricos do processo e cita as mobilizações dos nativos para conseguir assistência do SPI. Aborda ainda, ações indigenistas em Palmeira dos Índios através dos órgãos de proteção e tutela. Utiliza a história oral para citar a percepção dos índios sobre esse processo. A descrição se completa com uma abordagem sobre os conflitos existentes entre os Xucuru-Kariri e que contribuíram para a diáspora daquele povo, originando a criação da Aldeia Mata da Cafurna e o estabelecimento de um grupo, liderado por José Sátiro na Bahia³⁵.

A dissertação não traz fotografias, mas discute com muita propriedade a imagem do povo Xucuru-Kariri e os conceitos teóricos necessários a construção de um panorama da realidade pesquisada.

Outro trabalho que serviu de impulso para esta pesquisa foi o trabalho de conclusão da Licenciatura em Antropologia Social, em 1996 na Escuela Nacional de Antropologia e História no México, intitulado *Reintegración de la Identidad Del Grupo Étnico Xucuru-Kariri* de autoria de Siloé Soares de Amorim. O referido trabalho é dividido em quatro (04) capítulos distribuídos em 190 páginas que discutem o indigenismo brasileiro abordando conceitos como grupo étnico, famílias linguísticas e distribuição étnica, enfocando as características da política indigenista desde a época colonial até o período republicano. A discussão vai da implantação das missões jesuíticas e o regime de proteção nas aldeias ao fim do diretório pombalino, abordando o papel da FUNAI e a discussão acerca de aculturação, integração e

³⁵ Este grupo saiu da Bahia em 2002 mudou-se para Caldas em Minas Gerais.

reintegração. Esses conceitos foram fundamentais para instrumentalizar o entendimento da situação vivida pelos Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

O trabalho de Siloé Amorim apresenta ainda o histórico dos Xucuru e dos Kariri desde antes da junção desse povo em terras palmeirenses e finaliza com uma discussão sobre a divisão do povo Xucuru-Kariri originando novas aldeias, por volta de 1986.

A pesquisa desse autor foi resultado de pesquisa documental junto aos órgãos de tutela indígena e de pesquisa de campo junto ao povo Xucuru-Kariri e reúne além de depoimentos um conjunto de 20 fotografias, 01 documento de identidade indígena expedido pela FUNAI, 09 mapas e 01 tabela com a distribuição da população indígena de Alagoas. São imagens que dialogam com o texto possibilitando um maior entendimento do contexto da pesquisa realizada.

Apesar das fotografias serem apresentadas como anexos o texto faz referências a elas e remete o leitor a sua visualização. Ao descrever a fazenda Canto, o autor cita a estrutura física do lugar e indica as fotografias correspondentes. O mesmo se observa na descrição das condições de moradia e dos aspectos físicos dos moradores. Igual metodologia é empregada no texto que descreve a aldeia Mata da Cafurna, o terreiro onde é praticado o ritual do Ouricuri, além de citar e apresentar foto de uma mesa de orações no interior de uma casa indígena.

A perspectiva metodológica utilizada nos trabalhos acima citados possibilitou o entendimento mais claro de como se constitui um grupo etnicamente diferenciado que passa por problemas de afirmação apesar de ter a proteção jurídica do Estado, através da Constituição Federal de 1988, além de encontrar as explicações e fundamentações necessárias sobre o processo de ocupação das terras pelos Xucuru-Kariri e como se fragmentaram em sete aldeias distintas. Tais informações permitem vislumbrar um caminho a seguir na tarefa de discutir os acervos fotográficos e as imagens dos índios hoje.

CAPÍTULO 4

PALMEIRA DOS ÍNDIOS E SUAS IMAGENS

4.1 Arquivos e imagens de Luíz de Barros Torres

Luíz de Barros Torres nasceu em 04 de abril de 1926 na cidade interiorana de Quebrangulo – Alagoas. Durante a sua infância viveu em Maceió (capital do Estado) de 1937 a 1943, nesse período foi seminarista e escreveu um romance sobre as Cruzadas da Idade Média (usou uma criptografia pessoal³⁶). A obra foi confiscada pela Direção do Seminário porque feria as regras disciplinares daquela instituição.³⁷

Após esse fato, desencantado com o seminário, Luiz foi morar em Palmeira dos Índios em 1943 e no Rio de Janeiro de 1944 a 1947 quando retornou em definitivo para Palmeira dos Índios, iniciando sua vida de escritor, jornalista e colecionador. As atividades desenvolvidas em vários setores da sua vida política e cultural³⁸ são suficientes para apresentar Luiz Torres ao leitor dessa dissertação.

No dia 24 de maio de 1992 Luiz B. Torres faleceu no Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, de edema pulmonar, seguido de uma parada cardíaca, e foi sepultado no dia 26 no cemitério São Gonçalo, na cidade de Palmeira dos Índios.

Durante o tempo em que viveu em Palmeira dos Índios, de 1943 a 1992, Luiz Torres se dedicou a colecionar fotografias, documentos e recortes de jornal sobre a história da cidade. Deixando um acervo considerável em posse do seu filho Luiz Byron Passos Torres³⁹, além de ter fundado o Museu Xucurus de História Arte e Costumes onde expôs muitos dos artefatos que conseguiu arrecadar nos mais variados pontos do município.

³⁶ Para evitar que a direção do Seminário tivesse acesso aos textos, Luiz Torres criou uma escrita própria substituindo a escrita alfabética por uma escrita com códigos próprios.

³⁷ A biografia de Luiz Torres foi escrita pelo seu filho Byron Torres e faz parte do acervo que se encontra sob minha guarda. Esta biografia não foi publicada, pois faria parte de uma obra destinada a apresentar as biografias dos escritores de Palmeira dos Índios, porém Byron morreu sem concluir.

³⁸ A cronologia de Luiz de Barros Torres é apresentada em forma de tabela no Apêndice 01.

³⁹ Byron é o filho mais velho de Luiz B. Torres, nasceu em 15 de dezembro de 1951 e faleceu em 2006. Não deixou publicações. Seu trabalho consistiu em escrever a biografia do pai e continuou arrecadando fotografias e documentos para o acervo. Não publicou, mas deixou o acervo organizado por eixos temáticos, porém com a sua morte a família desfez a organização e acondicionou o material aleatoriamente em caixas de papelão, perdendo com isso muitas informações.

Com a sua morte, o filho Byron deu continuidade ao trabalho de colecionar itens para a coleção e a escrever as histórias que Luiz Torres tinha iniciado, porém em 2006 Byron faleceu e o acervo foi distribuído pela família. Uma parte ficou com a Escola Técnica Federal de Alagoas – Unidade Palmeira dos Índios (posteriormente se perdeu⁴⁰) e outra parte me foi doada pela sua viúva, Sra. Ivanir Torres.

O acervo, sob a minha guarda no Núcleo de Estudos Políticos Estratégicos e Filosóficos (NEPEF) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) é composto por mais de 10 mil fotografias (produzidas entre 1910 e 2000), sendo 975 fotos de festas típicas (carnaval, bailes no clube, festa junina, casamentos e aniversários), 576 fotos de personalidades (prefeitos locais, Jofre Soares atuando em teatro em Palmeira dos Índios, Visitas de políticos estaduais e nacionais, como governadores, ministros, presidentes em campanha, como Fernando Collor, Jogadores de futebol e artistas de televisão que participavam de bailes de debutantes), 491 fotos de eventos políticos (comícios, reuniões de partidos políticos, construções e inaugurações de obras públicas) 725 fotos de ruas e praças, 127 fotos das igrejas do município, 346 fotos de cenas do cotidiano da feira livre e de curiosidades gerais (pessoas altas, anões, muito gordas, muito feias, bonitas, tatuadas, hippes, fantasiadas) 398 fotos de paisagens urbanas e rurais (destacando cachoeiras, barragens e açudes), 3613 fotos da sua família (desde o casamento dos seus pais, fotos da sua infância com os seus irmãos, recordações escolares, seu casamento, nascimento dos seus filhos e netos, festas que participou, lançamentos de livros, viagens de negócios e de lazer com a esposa), 1412 fotos de cidades alagoanas, 28 fotos do Museu (inauguração, fachada do prédio e parte do acervo) 25 fotos das suas escavações arqueológicas⁴¹ e 1287 fotos de um baile organizado por Byron no ano de 2000, com o título de Baile das Personalidades, onde representantes dos vários setores das atividades realizadas no município foram homenageados com a entrega de um certificado.

As fotografias, na sua maioria, encontravam-se coladas em folhas de papel sem legenda, datação ou qualquer comentário que possibilitasse sua identificação,

⁴⁰ Procurei a Direção da instituição que não soube responder sobre a existência do acervo. Fui encaminhado ao chefe do Setor de Patrimônio que me informou que o material ficou jogado em um depósito por alguns anos e depois deve ter sido jogado fora (no lixo) porque a sala tinha problemas de infiltração e deve ter mofado e destruído tudo.

⁴¹ Estas serão utilizadas e apresentadas em forma de pranchas para dialogar com a memória nessa pesquisa.

como também não apresentam referência ao fotógrafo. Apenas as que se referem a inaugurações de obras públicas, festividades tradicionais da cidade ou personalidades locais possuíam alguma identificação e poucas são as que possuem data de produção. Estavam acondicionadas em caixa de papelão, algumas separadas por tema, sem nenhum inventário ou lista que referenciasse sua organização. Atualmente estão em arquivo de aço, em pastas de papel neutro (mais apropriadas para sua conservação), separadas por tema, obedecendo uma categorização que definimos no NEPEF, para facilitar o manuseio das mesmas, assim, categorizamos em ruas, praças, igrejas, eventos religiosos, festas particulares, inaugurações de obras públicas, personalidades locais e regionais, índios, museus, gestores municipais, desfiles cívicos, fotos familiares. Tal categorização seguiu a linha já usada por Byron, mas já refletem o nosso olhar sobre tal acervo.

Essa ausência de informações não tem permitido descortinar muitos dos acontecimentos do passado, mas eventos marcantes da história dessa cidade ou dos seus moradores têm sido descritos a partir dos relatos das pessoas que visualizam o acervo nas exposições que temos realizado. Com isso, o que nos limita pela falta de legendas e de anotações de Luiz Torres tem apresentado avanços graças ao trabalho com história oral e memória à medida que as exposições fotográficas vêm se multiplicado, principalmente com o uso de redes sociais como o facebook, numa página criada com o título de *Palmeira dos Índios das antigas* onde fotos são postadas pedindo que os visitantes da página se pronunciem à medida que se reconhecem ou identificam alguém na foto.

Além das fotografias, o acervo também se compõe de 80 unidades de CD-R contendo cópias do jornal “A Tribuna do Sertão” que circulou em Palmeira dos Índios e região na última década do século XX, quando se tornou um jornal de médio porte. Os CDs, quando da doação, encontravam-se sem capa protetora, o que deixou 17 deles sem possibilidade de leitura devido a vários arranhões na sua superfície. Os 63 que estavam intactos foram colocados em capas protetoras, identificadas com título e número do volume correspondente ao jornal impresso (alguns CDs trazem mais de uma edição do jornal) e em seguida foram feitas cópias dos mesmos para disponibilizar para pesquisadores interessados, além de uma cópia extra para arquivo. Esse jornal tinha tiragem mensal e se apresentava como um noticiário dos aspectos sociais, políticos e esportivos da cidade, trazendo uma seção de crônicas e

textos de escritores locais, dentre eles Luiz Byron Passos Torres, filho de Luiz de Barros Torres.

Um terceiro tipo de fonte que compõe o acervo é uma coleção de 20 fitas VHS contendo entrevistas gravadas com antigos moradores da cidade⁴². A coleção é denominada de História Oral de Palmeira dos Índios, foi convertida recentemente em DVD onde cada um contém uma entrevista sobre o passado de Palmeira dos Índios. O tema das entrevistas varia de política, festas, crimes políticos, eleições, crescimento da cidade, cotidiano dos moradores em determinadas épocas. As entrevistas não foram editadas, mas na fala de abertura o entrevistador apresenta os envolvidos na empreitada. O trabalho envolveu Luiz Byron Passos Torres, como Câmera e José Ronaldo Batista (professor aposentado de História) como entrevistador.

Observa-se que as entrevistas não seguem um roteiro. O entrevistador pede que o entrevistado fale livremente sobre um fato que presenciou e que considera marcante. As entrevistas variam de 20 a 90 minutos, conforme a desenvoltura do entrevistado e em poucas vezes o Professor José Ronaldo faz alguma interferência pedindo mais detalhes ou nomes de pessoas relacionadas às narrativas. Não há nessas entrevistas qualquer menção aos Xucuru-Kariri

A coleção ainda conta com jornais e folhetos que circularam na cidade entre 1920 e 1970. Nessa parte o acervo tem um valor substancial porque em 1920 Graciliano Ramos passou a colaborar com o jornal semanário intitulado “O Índio”⁴³. A coleção é composta de 05 volumes sendo o primeiro de 1920 e o último de 1925 (ano em que deixou de circular devido a um incêndio criminoso que destruiu a gráfica). Os jornais estão com vários furos produzidos por traças, além de algumas páginas estarem manchadas e outras rasgadas. Esse jornal era impresso em gráfica própria e circulava na região, mas não constam dados sobre a tiragem e equipe envolvida na sua produção. As fotografias que ilustram suas páginas não trazem créditos a seus autores, mas muitas delas foram identificadas entre as que compõem o acervo do NEPEF.

⁴² Nenhuma entrevista aborda os Xucuru-Kariri.

⁴³ Apesar do nome, o jornal não destina um caderno ou seção aos índios. Estes só são citados no referido jornal quando estão envolvidos em alguma desordem ou bebedeira nas ruas da cidade, reforçando a ideia fecunda na cidade de índio marginal, delinquente, preguiçoso e desordeiro.

Numa parceria entre a UNEAL e o Arquivo Público de Pernambuco que nos cedeu o professor Clodomir Campello para ministrar um curso de conservação e recuperação de acervos foi possível avançar no processo de organização do material. O curso foi dividido em duas etapas de 40 horas cada, em 2009 e 2010. Com esse curso, para um pequeno grupo de 20 alunos (10 participantes do grupo de pesquisas com documentos e 10 de um núcleo que pesquisa patrimônio material) foi possível implantar algumas práticas de recuperação e conservação dos materiais que se encontravam em estado mais avançado de desgaste.

Uma parte do acervo, denominamos de documentos diversos por ser composta de uma variedade de temas e documentos. São cópias de escrituras públicas de compra e venda de escravos, carta de alforria, documentos oficiais (movimentação de caixa da prefeitura e de alguns estabelecimentos comerciais) e correspondências particulares (de Luiz Torres, de Padre Cícero, cartas de amor de populares...), desenhos, gravuras, esboços da bandeira do município, manuscritos dos livros escritos por Luiz Torres, atas de eleições para prefeito e vereador, cópia de peças criminais do século XIX, cópia dos documentos da questão política com a vizinha cidade de Papacaça (atual Bom Conselho - PE) na época que Alagoas emancipou-se de Pernambuco.

Só após dois (02) anos de trabalho o acervo (digitalizado) começou a ser disponibilizado para alunos da graduação e especialização que buscam subsídios para os seus Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC.

Conforme pode ser observado no Apêndice 01, Luiz Torres dedicou-se a uma enorme variedade de temas, por isso seu acervo é muito variado, mas nessa pesquisa utilizaremos apenas aqueles relacionados com o povo indígena Xucuru-Kariri, a escavações arqueológicas e a criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costume, num total de 41 fotografias que são apresentadas no capítulo 4.

4.1.1 As escavações de Luiz Torres: a visão arqueológica do índio

Luiz de Barros Torres é considerado um dos fundadores da pesquisa histórica sobre Palmeira dos Índios. Na documentação oficial do município (Atas da Câmara Municipal de Vereadores, Documentos da Prefeitura, Registros paroquiais e cartoriais) ele é referendado como historiador, mas não possuía formação

acadêmica. Era comerciante e entusiasta da história local e como tal, dedicou parte da sua vida a coletar documentos e fotos e a angariar peças de todo o tipo que tivessem relação com as famílias do lugar, atitude que o consagra como fundador do acervo sobre a história local.

Seu trabalho resultou em algumas produções literárias, jornalísticas e históricas, destacando a lenda de fundação da cidade e a história dos Xukuru-Kariri⁴⁴, além de ser o criador da letra do Hino de Palmeira dos Índios e da Bandeira do referido Município. Fundou jornais locais, escreveu para jornais locais e da capital e deixou ainda um legado importantíssimo que foi a fundação (junto com dois amigos) do Museu Xucurus de História, Arte e Costumes.

O trabalho de Luiz Torres, pioneiro também na criação de laços de amizade com os índios, foi importante por trazer certa visibilidade aos mesmos na região, segundo fala de seus familiares que o repetem, mas também contribuiu para lhes dar invisibilidade na atualidade. Visibilidade porque realizou escavações em vários pontos das serras que emolduram a cidade e encontrou diversas urnas funerárias (igaçabas) com esqueletos de índios e esses achados serviram de testemunho da existência de índios nesse território em épocas anteriores a chegada do europeu em 1770.

Após as escavações Luiz Torres foi estreitando laços com os Xucuru-Kariri, ao ponto que suas visitas à aldeia foram se tornando frequentes, assim como os índios passaram a frequentar sua loja sempre que visitavam o comércio local. Esses laços, segundo depoimentos de uma das filhas de Luiz Torres, “fez com que papai deixasse um pouco de lado seu grande objetivo de produzir um livro com a história e as fotografias de Palmeira dos Índios e destinasse um bom tempo a estudar e escrever sobre os índios de Palmeira”. A afirmação da filha responde a uma pergunta que me fiz durante as pesquisas: Luiz escreveu livros, fez desenhos, criou a bandeira do município, tanto trabalho com índio e tão pouca foto sobre essa temática? Com o depoimento da filha, ficou claro que o grande número de fotos da cidade é porque esta era sua meta. As fotos e trabalhos com índios foram consequências da pesquisa principal.

⁴⁴ No apêndice 01 encontra-se a lista de trabalhos realizados por Luiz Torres, incluindo as obras que publicou.

As urnas não foram submetidas a estudos de datação, mas foram vistas por vários estudiosos da área, em épocas diferentes, como Clóvis Antunes que também fez escavações em 1969, encontrando uma urna.

Carlos Estevão⁴⁵ já havia escavado e descrito a existência de uma cerâmica funerária nas serras de Palmeira dos Índios. A escavação da igaçaba por Carlos Estevão em 1936 e seu relato do fato – feito em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano no ano seguinte e publicado na revista da instituição em 1943 - deram conhecimento a um público mais amplo da existência de igaçabas em Palmeira dos Índios. No âmbito do seu valor como patrimônio arqueológico, a divulgação da escavação foi a principal contribuição de Estevão que coloca, inclusive no relatório que essa arte faz parte da tradição Aratu.

Recentemente os achados arqueológicos foram estudados por Luana Teixeira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como aluna do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, em 2011, que assim como Clóvis Antunes e Carlos Estevão atestam serem anteriores ao século XVIII. Além desses estudiosos, existe também o laudo de perícia arqueológica que Jeannete Lima⁴⁶ fez no município em 1989/1990 que afirma as urnas estarem em territórios considerados inabitados pelos colonizadores que deles se apossaram.

A não submissão das peças a um sistema de datação deve-se a falta de apoio do poder público e das instituições presentes na cidade e ao fato do relatório de Carlos Estevão e do posterior envolvimento de Clóvis Antunes nas escavações serem considerados suficientes para as autoridades municipais da época.

Além das igaçabas, outro evento importante se deu em 1971 quando foram encontrados marcos de pedra que tinham sido colocados nos limites das terras

⁴⁵ Carlos Estevão de Oliveira, advogado pernambucano, grande pesquisador da cultura indígena, foi promotor público na cidade de Alenquer, no Pará, onde iniciou seus estudos etnográficos. Também foi membro do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Histórico do Pará e Ceará, da Academia Paraense de Letras e do Instituto de Estudos Brasileiros, com sede em Belém. Escreveu poesias, obras literárias e científicas, além de dedicar-se ao estudo do folclore brasileiro. Aliando sua influência e interesse pela cultura indígena, coletou mais de três mil peças e fotografias retratando o cotidiano de índios brasileiros e da América– Latina, no período de 1908 a 1946. Parte desse acervo pode ser vista no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), e no museu virtual na rede mundial de computadores, no endereço: <http://www.ufpe.br/carlosestevao/index.php>.

⁴⁶ Jeannette Maria Dias de Lima é especialista em Arqueologia pela Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (1976), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1983), concluiu o curso de Métodos e Técnicas em Zooarqueologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1992), o curso técnico em Pesquisa de Campo pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (1976). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Católica de Pernambuco e considerada referência em Arqueologia em Pernambuco e Alagoas dentre outros Estados.

doadas ao Frei Domingos de São José para criação de uma missão indígena em 1770. As terras situadas entre esses marcos⁴⁷ compõem, atualmente, a área que se encontra em litígio entre índios e posseiros.

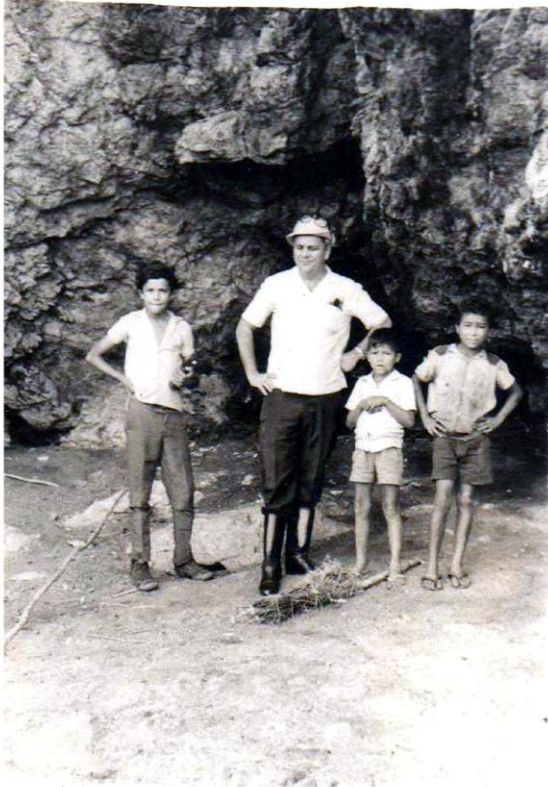
Luiz Torres acreditava ter dado visibilidade aos índios quando encontrou as igaçabas, mas deu invisibilidade quando retirou os marcos demarcatórios do território e os levou para exibição pública na cidade. Tal retirada, segundo os posseiros/fazendeiros faz com que ocorram divergências em discursos sobre a sua real existência ou se não passa de uma “invenção de Luiz Torres para gerar algum benefício aos índios⁴⁸”. A criação de um espaço onde igaçabas e marcos de pedra são expostos aproximou a população da cidade dos elementos do índio, deu-lhes visibilidade à época, mas contribuiu para a dificuldade atual em definir os limites do território indígena.

As fotografias das atividades de Luiz Torres As imagens produzidas por Luiz Torres, apresentadas neste capítulo em forma de pranchas, foram utilizadas para elicitación junto aos Xucuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna e suas impressões compõem a análise das pranchas e a análise que conclui o capítulo 5.

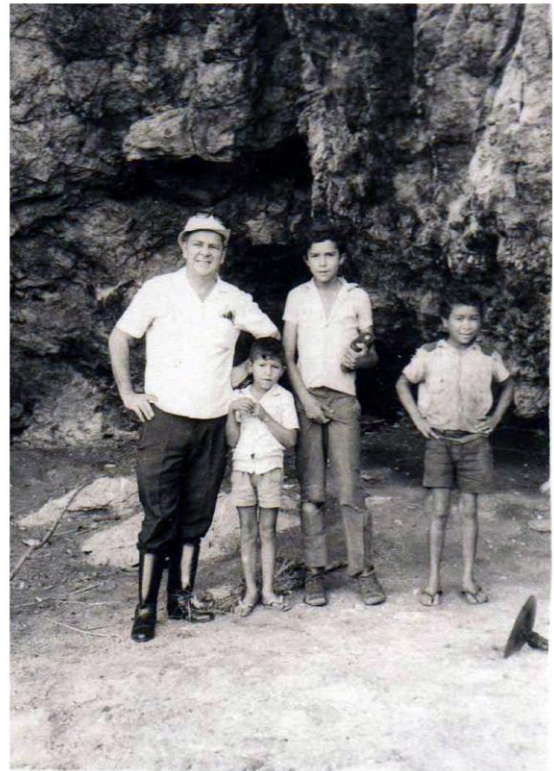
⁴⁷ O mapa com a localização dos marcos encontra-se no anexo 03.

⁴⁸ Fala do Ex Deputado Estadual Gervásio Raimundo (proprietário de terras na área do litígio). Esta fala não está gravada, mas é comum ouvi-la na cidade quando o referido deputado faz algum pronunciamento sobre o processo de demarcação de terras.

Prancha 1 – Escavações realizadas por Luiz Torres em 1970



1



2



3



4

Numa leitura das fotografias apresentadas na Prancha um (1) observa-se o “pesquisador” ao visitar uma região rochosa onde encontrou vários grafismos. Esse evento foi visto, por ele, como impulsionador para a busca de outros vestígios da ocupação indígena no território antes da chegada do colonizador europeu. Essa busca o levou a descobrir 35 (urnas funerárias) igaçabas, algumas das quais compõem o acervo do Museu fundado posteriormente pelo próprio Luiz Torres em Palmeira dos Índios.

As fotos 1 e 2 apresentam o local onde foram encontrados os grafismos e apresentam Luiz Torres ao lado das crianças que lhes serviram de guia. Não encontrei nenhum registro escrito sobre as formas ou cores dos grafismos, nem nomes das crianças. A foto 3 mostra uma cruz que fora fincada no alto da Serra da Boa Vista em 1900 acreditando que essa ação tinha o poder de evitar o fim do mundo na virada do século. Aos pés da cruz iniciou-se o processo de escavações (foto 4) que resultou na descoberta de uma urna funerária indígena, a primeira de uma série de 35 encontradas nas proximidades.

O trabalho de Luiz Torres prosseguiu no ano seguinte ampliando o campo territorial das buscas. No livro *A terra de Tilixi e Txiliá* que publicou posteriormente o autor fala que as buscas aconteciam aleatoriamente, seguindo uma linha imaginária de uma légua em quadra, tendo como marco central a Catedral Diocesana, por ser o marco descrito no documento de doação das terras ao Frei Domingos de São José. O trajeto foi cumprido em quinze (15) dias e é apresentado no mapa⁴⁹ reelaborado por Siloé Soares de Amorim a partir das informações constantes em esboço produzido por Luiz B. Torres.

As pessoas fotografadas residiam nas proximidades e serviram de guia na exploração do lugar, isso foi relatado no livro *Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios* publicado em 1974 por Luiz Torres. Além da referência no livro, não encontrei nenhuma outra menção aos guias, como também não foram reconhecidos pelos índios quando lhes mostrei as fotografias. Nenhuma fotografia possui legenda, apenas ano e evento aparecem escritos no papel onde estavam coladas.

Apresentei as fotos a alguns anciãos Xucuru-kariri com a intenção de provocar alguma reação sobre o evento. Escolhi mostrar as fotos aos mais velhos por acreditar que estes poderiam identificar as pessoas fotografadas, uma vez que

⁴⁹ O mapa encontra-se em Anexo 03.

as fotos foram produzidas há mais de quarenta anos. Esperava discutir com eles o processo de escavações e as concepções sobre essa ação no cotidiano da aldeia, mas não consegui além do seguinte comentário: “essas pinturas que o Luiz Torres disse encontrar, mas nem dá para ver nessa foto, tinha aos montes nessas serras... O tempo fez elas sumirem. Nossos antepassados gostavam de pintar nas pedras.. Acho que deve ter alguma ainda na mata”⁵⁰.

A declaração me confirmou o relato que ouvi (quando expus as fotografias na Universidade durante as comemorações da emancipação política de Palmeira dos Índios, em agosto de 2011) de que apesar de Luiz Torres ter deixado um legado enorme para a história local esse legado não fala por si só e vai ser interpretado na atualidade à luz da ótica de quem o observa, o que conseqüentemente não permitirá compreender vários dos eventos do passado, permitindo apenas reinterpretá-los com o olhar atual.

⁵⁰ Depoimento da Índia Salete Santana em setembro de 2012.

Prancha 2 – Descoberta de marcos definidores de limites territoriais



1



2



3



4



5



6



7



8

A prancha dois (2) apresenta a segunda fase do trabalho de Luiz Torres, realizado em 1971, que resultou na descoberta de marcos de pedra que tinham sido fincados para limitar o território doado por Dona Maria Pereira Gonçalves, herdeira do donatário da Capitania de Burgos, para criação da Missão Indígena em palmeira dos Índios no ano de 1773.

Nessa etapa do trabalho, 4º dia das atividades⁵¹, graças à repercussão do achado do ano anterior, Luiz Torres foi acompanhado de algumas pessoas da cidade e estes serviram de testemunha do achado. Eram pessoas de relativa notoriedade⁵² na cidade, ocupando postos de importância, o que os colocava na posição de testemunhas inquestionáveis.

Na foto número 1 o agricultor José Correia inicia as escavações na propriedade do fazendeiro Leopoldino Virgínio Torres. A foto 2 apresenta o mesmo agricultor na sequência das escavações. A foto 3 apresenta o momento em que Dom Otávio Aguiar, bispo local testemunha o achado. As fotos 4, 5 e 6 apresentam a continuidade das escavações que resultam na descoberta de três (3) pedras fincadas para demarcar o território. A foto 7 testemunha o momento em que o agricultor descobre totalmente a pedra e Luiz Torres se aproxima para limpar o excesso de barro grudado na mesma.

A foto 8 foi produzida em 1976 no Museu Xucurus (fundado por Luiz Torres), apresenta as três pedras que serviram de marco definidor dos limites das terras indígenas. Ao lado das pedras uma pequena placa de metal tem a seguinte inscrição “as medidas do marco descritas pelo escrivão José Antonio de Farias Lobo, em 18 de abril de 1822, quando os mesmos foram afixados, autorizado pelo Juiz das sesmarias e confirmadas mais de cem anos depois pelo historiador, são: Três palmos de altura, palmo e meio de largura e um palmo em cada extremidade (frente a fundo).” A pedra maior é o marco, as duas pedras que o ladeiam são denominadas de testemunhas e são menores, porém apresentam a mesma coloração.

⁵¹ Ver mapa anexo 03.

⁵² Destacando o Bispo Dom Otávio Aguiar, o Comerciante José Mendes Ferreira e o Farmacêutico José Tobias de Almeida, pessoas de grande influência na sociedade da época.

Prancha 3 – Igaçabas são descobertas



1



2



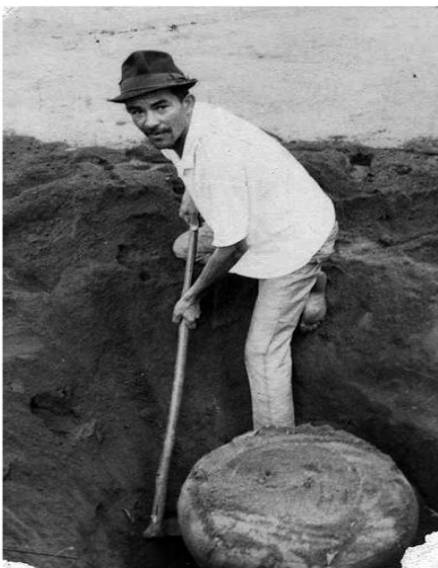
3



4



5



6



7

Na prancha três (3) são apresentadas sete (07) fotografias produzidas também em 1971 na serra da Boa Vista, desta feita nas proximidades de onde hoje se localiza a sede da aldeia indígena Mata da Cafurna, do povo Xukuru-Kariri. Essa localidade era cortada pela estrada⁵³ que ligava Palmeira dos Índios à cidade de Anadia, sede do município do qual Palmeira se emancipou.

Observa-se que há sempre outras pessoas acompanhando Luiz Torres desde a primeira escavação realizada. A foto 1 mostra um comerciante da cidade em visita ao lugar das escavações. Na foto original existe apenas uma observação feita a lápis grafite com a indicação “comerciante visita local das escavações”, porém não indica seu nome. As fotos 2 e 3 foram tiradas durante a exploração da estrada que ligava Palmeira a Anadia. Nessa ocasião foi encontrado o segundo marco de pedra que delimitava as terras indígenas. Não encontrei registros sobre o que fora feito com esse marco, pois no Museu só existe um conjunto em exposição. Na sequência, as fotos 4, 5, 6 e 7 apresentam as escavações em mais um cemitério indígena do qual foi retirada uma urna intacta que se encontra em exposição no museu. Foi a única urna a ser exposta com ossos humanos.⁵⁴

Ao todo, foram encontrados seis (06) cemitérios indígenas escavados, dos quais foram retiradas 35 igaçabas de diferentes tamanhos e formas. Algumas são expostas no museu e não se tem registro sobre o destino das demais. Esse evento ganhou notoriedade no Estado e atraiu pesquisadores renomados como Clóvis Antunes que também escavou uma igaçaba. Há a suposição de que uma (01) igaçaba se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, provavelmente a que fora encontrada por Clóvis Antunes.

⁵³ Esta atividade corresponde ao 11º dia de trabalhos de Luiz Torres. Mapa no anexo 03.

⁵⁴ A foto dessa urna é apresentada na prancha 8 juntamente com fotos dos artefatos indígenas que compõem o acervo do Museu.

Prancha 4 – Índio Francelino participa das escavações



1



2



3



4



5



6

A prancha quatro (4) apresenta uma situação que merece uma atenção especial, pois representa uma escavação inusitada na qual um índio Xucuru-Kariri Sr Francelino, conhecido como Zé Caboclinho, atuou como informante de Carlos Estevão que também o empregou como mão de obra para escavação de um cemitério do seu próprio povo. Esta atitude, incomum por contrariar o discurso de que o índio preserva seus cemitérios como locais sagrados é citada na aldeia Mata da Cafurna como um fato único, pois naquela época “a comunidade Xucuru-Kariri vivia uma briga entre seus membros da Mata da Cafurna com os da Fazenda Canto, por conta dessa briga um não se incomodava de ajudar os estranhos a prejudicar os parentes da outra aldeia”. Acrescentou ainda que “nesse caso aí, pode ter sido por dinheiro mesmo... Minha mãe conta que naquele tempo a situação era difícil e que muito índios passavam fome”⁵⁵.

Aliado a isso, outra indígena⁵⁶ afirmou que “este índio foi usado como mão de obra porque recebeu uma quantia em dinheiro, de Luiz Torres, como pagamento pelo serviço”. Afirmou ainda que na década de 1970 “a situação financeira dos índios era muito precária, o que os deixava vulneráveis a subornos”. Naquela época, segundo ela, “não existiam recursos do governo para esse povo; a agricultura era pouca, não dava para as necessidades do povo e o artesanato era praticado por poucos, não havendo renda na aldeia, muitos índios ocupavam-se em fazer bicos na lavoura dos posseiros ou de trabalhos de ajudante de pedreiro ou de carregador na cidade”. Essa situação fez com que alguns ingressassem no mundo das drogas ou que se submetessem a serviços como esse da escavação.

⁵⁵ Depoimento da índia Hildérica, em dezembro de 2012.

⁵⁶ Pediu para não ser identificada por medo de represálias na comunidade.

4.2 Das fotografias e objetos à criação do museu: a visão do índio no passado formador da nação

Em 1965, o escritor Luiz B. Torres procurou Dom Otávio Barbosa de Aguiar, Bispo Diocesano e o Sr. Alberto Oliveira (funcionário da marinha do Brasil) e lhes disse que pretendia edificar um Museu de História em Palmeira dos Índios. Sensibilizando os amigos, iniciou-se, então, o trabalho de criação do museu⁵⁷.

Tendo a criação de um museu como meta, Luiz Torres se viu diante de alguns impeditivos a serem vencidos. O primeiro deles era a definição de um local viável e que não gerasse custos, o segundo era definir um acervo e conseguir o maior número possível de peças e artefatos, para em seguida resolver o terceiro impeditivo que dizia respeito à manutenção.

A solução ao primeiro desafio veio como sugestão do bispo. O mesmo lembrou que no início do Século XIX, os escravos construíram uma igreja e a dedicaram a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A obra levou setenta e cinco anos para ser edificada e quando foi sagrada, em 1880, não foi utilizada para os cultos religiosos por estar próxima da Igreja Matriz, exceto quando a matriz passava por alguma reforma. Dessa forma, a igreja possuía um espaço pouco ou nada utilizado para fins religiosos e que poderia abrigar o museu.

O segundo desafio foi mais fácil de ser superado. Definiu-se que se trataria de um museu com temática variada desde artes, costumes e artefatos da história local, pois com essa abrangência temática qualquer objeto teria lugar. A participação do bispo na empreitada foi salutar porque a Diocese de Palmeira dos Índios abrange 38 municípios e os seus párocos foram envolvidos no processo de coleta de objetos com os fiéis. Isso se transformou numa grande campanha na região.

O terceiro desafio foi solucionado com uma parceria com o Governo do Estado de Alagoas que assumiu a responsabilidade de ceder o pessoal administrativo e a Prefeitura Municipal que cedeu o pessoal da manutenção. No dia 12 de Dezembro de 1971, na presença do professor Jaime d'Altavila, Secretário de Educação de Alagoas, de autoridades civis e religiosas municipais o Museu foi inaugurado entregue a visitação pública, recebendo o nome de Museu Xucurus de História, Arte

⁵⁷ As informações sobre o processo de criação do museu foram colhidas de manuscritos de Luiz Torres que fazem parte do acervo do NEPEF (material não publicado).

e Costumes, porém na placa acima da porta de entrada consta apenas o nome Museu Xucurus.

Para direção do Museu foi nomeado um Conselho Deliberativo composto de dez membros, cujo presidente seria o Bispo Diocesano assessorado por uma Diretoria Administrativa que foi criada para condução dos trabalhos diários.

Uma ala foi dedicada aos usos e costumes do povo indígena Xucuru-Kariri. Essa ala abriga as urnas funerárias (igaçabas), armas de madeira (arco, flecha e tacape), ferramentas de pedra (machados, e marretas) roupas de caroá (usadas no ritual religioso denominado de Ouricuri) e artesanato indígena (cocás, colares, pulseiras de madeira, sementes e ossos).

Na ala destinada ao povo Xucuru-Kariri existe um expositor com cadernos de registros de Luiz Torres, mas não é permitido abrir a tampa do móvel nem fotografar. Teme-se que o longo tempo fechado já tenha sido suficiente para desgastar o papel e a escrita e, com isso apagar a memória mais detalhada sobre as atividades de pesquisas e criação do museu. Especula-se que pode conter descrição minuciosa das peças do acervo.

O museu fica localizado no centro da cidade e faz parte, juntamente com a praça que o abriga, do conjunto de atrações turísticas do lugar, porém não se observa a presença de pessoas preparadas para receber o turista, há apenas dois funcionários cedidos pela prefeitura para controlar a entrada, vender os ingressos, seguir os visitantes dentro do museu e colher assinaturas à saída. Quem faz a visita orienta-se apenas pelas setas de indicação da sequência dos objetos e pelas poucas informações escritas em pequenos cartões de papel, colocados ao lado de cada peça que compõe o variado acervo, dando ao visitante a ideia de que ali está abrigado um acervo fantástico, mas que não dialoga com o público. As peças estão expostas, mas não tem entre os funcionários do lugar quem explique sua história ou o contexto em que foi produzida ou como ela estabelece alguma ligação do passado com o presente.

Prancha 5 – Museu Xucurus de História, Artes e Costumes.



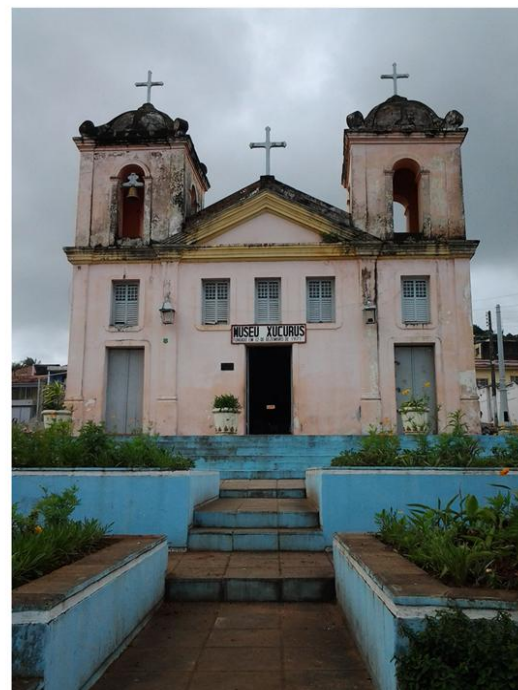
1



2



3



4

A prancha cinco (5) apresenta fotos, em diferentes contextos, da Praça e Igreja do Rosário que abriga o Museu Xucurus. A foto 1 foi produzida em 12 de dezembro de 1971, na festividade de inauguração do museu, quando aconteceu uma pintura interna e externa no prédio (custeada pelos comerciantes da cidade). A frente do prédio está uma locomotiva doada pela Usina Capricho (a mais antiga de Alagoas). Observa-se que o evento repercutiu na cidade pela quantidade de pessoas que aparecem prestigiando o evento.. A foto 2 apresenta o mesmo espaço na década de 80, do século XX, quando o museu começa a fazer parte do circuito de museus do nordeste, projeto financiado pelo Banco do Nordeste.

A foto 3 apresenta a área externa do museu à noite. Em anotações no papel onde esta foto estava colada tem a seguinte frase: “que bela visão, digna de ser guardiã das nossas melhores memórias, pena que vem se convertendo em espaço de desocupados e drogados.” A frase não tem assinatura nem data, mas traduz a situação atual da praça que abriga o museu.

A fotografia 4 apresenta a situação do prédio com problemas de infiltração nas torres, pintura desgastada pelo tempo e o jardim a sua frente necessitando de cuidados.

A secretaria de Educação e Cultura do Município responde pela direção do museu na atualidade, mas não investe na sua conservação nem na formação de profissionais para atuar naquele espaço, normalmente destina funcionários para fazer a limpeza do espaço , receber visitantes e acompanhá-los praticamente em silêncio durante a visita, respondendo com poucas palavras uma ou outra pergunta que lhes é feita. Atualmente, nada mais representa do que um espaço de memória pouco visitado.

Em conversa com um dos funcionários do estabelecimento fui informado que a Secretaria Municipal de Educação Cultura proibiu fotografias do interior, o que é normal em vários museus do país para não danificar peças, mas nesse caso específico à proibição é, segundo o funcionário, para não gerar matéria de denúncias junto à direção do circuito de museus.

Prancha 6– Acervo do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes.



1



2



3



4



5

O museu possui um acervo muito variado, resultado da campanha promovida pelo Bispo Dom Otávio Aguiar, na época da sua fundação e pelas doações constantes de peças de famílias locais que se envaidecem de terem seus nomes expostos em placas junto às doações que fazem.

A prancha seis (6) apresenta um pouco desse variado acervo. Na foto 1 o destaque é para três manequins negros ostentando os ferros utilizados nas fazendas da região para prender fujões ou castigar insubordinados na época da escravidão negra. Os ferros foram doados por um descendente de senhor de escravos e os manequins vieram de uma antiga fábrica de roupas que fechou no final dos anos 80 do século XX.

A foto 2 traz uma galeria de fotos dos três primeiros bispos diocesanos de Palmeira dos Índios e das freiras missionárias que atuaram na cidade durante o século XX. Abaixo da galeria, na mesma foto aparecem vários oratórios em madeira que foram doados por moradores da região.

A foto 3 traz uma miscelânea de temas, são fotos de pessoas da sociedade, mobiliário da primeira intendência municipal e pilões de madeira usados para triturar grãos nas fazendas palmeirenses. Com a mesma ideia de espaço variado a foto 4 apresenta quadros com mapas do município, bandeira de Palmeira dos Índios e do Brasil, escrivania pertencente ao primeiro prefeito local e a máquina de costuras pertencentes a esposa do primeiro médico da cidade.

A foto 5 dá uma ideia do espaço do salão principal do museu, o altar mor da Igreja, com imagens de santos cultuados na cidade e algumas peças do mobiliário sacro.

Esta prancha tem o objetivo de apresentar a variedade de temas expostos no museu, bem como dá uma noção do espaço físico do lugar. Observa-se pelo variado acervo o quanto seu criador se preocupou em criar um espaço de memória, porém cabe questionar se a exposição dos artefatos indígenas cumpriu a intenção citada por Luiz Torres de produzir visibilidade à cultura indígena ou se o seu olhar sobre essas peças não é fruto da imagem que ele mesmo tinha do índio como um ser folclórico, lendário e do passado?

Prancha 7– Acervo composto de artefatos indígenas.



1



2



3

A prancha sete (7) apresenta a ala destinada ao acervo Xucuru-Kariri, se reporta ao ano de 1981, dez anos após a inauguração do museu, quando foi criada uma ala destinada a temática indígena. Esta ala fica no salão principal, na nave da igreja, observa-se o piso de mosaico português, original.

O acervo apresentado nessa prancha é composto de 3 fotos. A foto número 1 retrata roupas ritualísticas dos Xucuru-Kariri (usadas pelos praiás⁵⁸), urnas funerárias, chamadas de igaçabas em tupi, desenterradas nas escavações realizadas por Luiz Torres. Completando a imagem, no alto da parede são expostas algumas lanças e arco e flechas produzidos em madeira (naquela época eram usadas como armas, atualmente são fabricadas como artesanato largamente comercializado com visitantes na aldeia).

Uma peça de madeira com frente de vidro (dando a ideia de armário de parede) repleta com esculturas em barro, feitas pelo pajé Miguel Celestino, um dos primeiros pajés Xucuru-Kariri da época do reconhecimento do povo, em 1956 é o destaque da foto 2, que também capturou um conjunto de igaçabas. Um objeto que não deve passar despercebido no canto esquerdo, inferior, dessa foto é a presença de um pote de barro usado para armazenagem de água (pintado de branco) que foi colocado junto ao acervo para servir de comparação com as igaçabas, quanto à textura do material, as formas e dimensões.

A foto 3 também traz um pote junto às igaçabas (terceiro da esquerda para a direita) também usado, pelos silenciosos funcionários (nas poucas falas que fazem quando alguém lhes faz uma pergunta) que acompanham a visita no museu, para estabelecer comparações entre os tamanhos dos potes e das igaçabas. A direita da janela, em um pequeno quadro de madeira com vidro, repousa um desenho feito por Luiz Torres representando a forma como os índios descreveram um cadáver na igaçaba. Este desenho aparece com mais detalhes na prancha 8.

⁵⁸ A figura dos praiás, espécie de indumentária fabricada com fibras de caroá não é mais vista publicamente nas aldeias Xucuru-Kariri. Faz parte do ritual que só os índios podem ver, mas continuam públicas nos museu como parte de um fragmento da cultura que aquele povo perdeu com o contato com o não índio.

Prancha 8 – Acervo composto de artefatos indígenas.



1



2



3



4



5

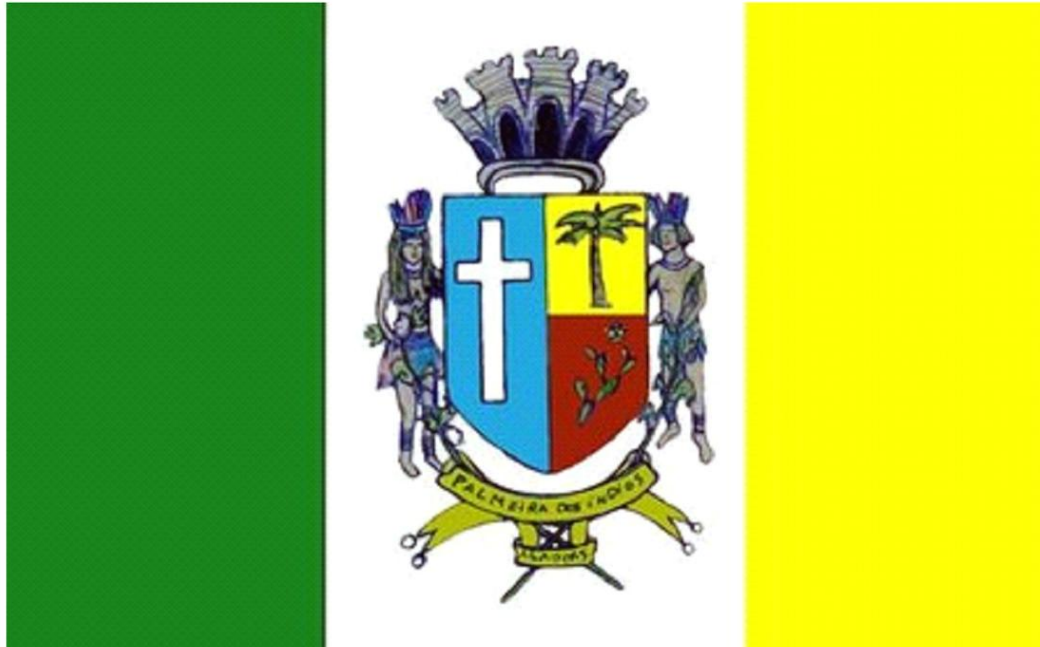
A prancha oito (8) traz o mesmo acervo indígena descrito na prancha 10, porém as fotos foram produzidas dez anos depois, já na ala que se encontra atualmente, nos fundos do primeiro andar do museu. Nessa prancha, destacamos a foto 1 que traz uma imagem ampliada do quadro com o desenho de um índio sepultado na igaçaba. Essa imagem merece um olhar mais atento porque em conversa com o atual cacique da Mata da Cafurna, senhor Heleno Manoel, o mesmo questiona o aspecto físico do índio que é muito distante do tipo físico do povo Xucuru-Kariri e enfatiza que mesmo com a proximidade existente entre Luiz Torres e os índios, na hora de desenhar o autor se deixou levar pela imagem criada do índio em 1500.

A foto 2 também é destacada por apresentar a única urna exposta com ossos indígenas no museu. Segundo o funcionário que acompanha a visita naquele espaço, o fato de estar aberta provoca um desgaste dos ossos que tendem a se decompor em poucos anos. Mais uma vez o cacique foi consultado sobre essa retirada dos artefatos do cemitério e ele disse não saber o motivo da autorização, mas que contam os mais velhos na aldeia que o acordo com Luiz Torres incluía deixar os ossos enterrados no cemitério indígena e que apenas uma urna foi levada com ossos para a cidade.

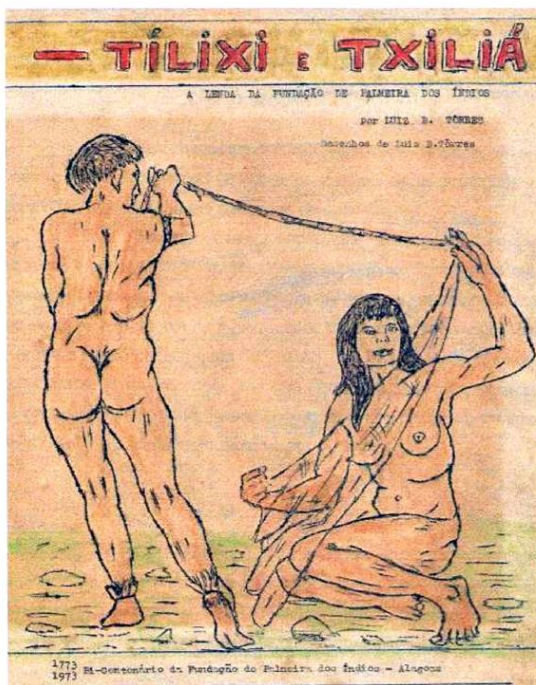
As fotos 3 e 4 trazem um acréscimo ao acervo apresentado na prancha anterior, duas pequenas caixas de madeira com pedras encontradas nas escavações, porém não existe identificação desses artefatos no museu.

A foto 5 traz outros acréscimos ao acervo, utensílios de pedra usados para moer grãos (moinho e pilões), saia e adornos de fibra e palha e um elemento que não é típico dos indígenas nem da região: chifres de veado. A presença de um ou mais elementos que não se enquadram na temática do espaço é comum em todas as alas do museu.

Prancha 9 – Símbolos locais



1



2



3

A bandeira criada por Luiz Torres e pelo advogado José Delfin da Mota Branco (foto 1) em 1966 tornou-se símbolo oficial com a Lei Municipal nº 691, sancionada pelo prefeito José Duarte Marques. Sua composição⁵⁹ traz os elementos que caracterizam o município e marcam a narrativa acerca da sua fundação: o verde das matas que cobrem as serras exuberantes no entorno da cidade; o amarelo das riquezas que deram a cidade o cognome de princesa do sertão na primeira metade do século XX; o casal de índios que segura o escudo são Tilixi e Tixiliá, descritos na lenda sobre a fundação da cidade.

A cruz representa a implantação do cristianismo e a edificação da missão indígena. A palmeira representa a árvore que nasceu sobre o sangue do casal de índios morto em nome do amor proibido. A palma forrageira traduz a redenção assentada na agropecuária que também se faz presente no milho e no algodão cujos ramos tocam as mãos do casal de nativos. Por último, a coroa no alto do escudo simboliza o título de princesa do sertão alagoano que a cidade ostentou até o final dos anos 80 do século XX.

Ainda sobre a imagem dos índios colocada na bandeira, observam-se os desdobramentos da visão que Luiz Torres construiu do índio. Primeiro cria uma lenda romantizada envolvendo esse povo, a seguir, quando tem a oportunidade de criar a bandeira, procura eternizar a lenda nesse símbolo oficial, desse modo fez enraizar no cotidiano local a sua visão sobre os Xucuru-Kariri.

Na imagem 2, foto de um desenho feito por Luiz Torres, em 1973, para a capa do livro que planejava publicar nas festividades do segundo centenário de Palmeira dos Índios em 20 de agosto de 1973. Não chegou a publicar por falta de incentivo financeiro. O original faz parte do acervo que está sob minha guarda na UNEAL.

A imagem 3, traz a fotografia de uma escultura em bronze⁶⁰, colocada na Praça Moreno Brandão, no centro da cidade, faz referência ao povo Xucuru-Kariri, segundo o histórico da praça⁶¹ mas aquele povo não se identifica em tal imagem. Em entrevistas, alguns anciãos e lideranças da Mata da Cafurna, afirmam que o tipo

⁵⁹ O significado da simbologia consta dos escritos de Luiz Torres no projeto de criação da bandeira. Os originais fazem parte dos arquivos da Prefeitura Municipal, mas não me foi dado acesso sob a alegação de que faz muito tempo e os funcionários atuais não sabem onde estão guardados.

⁶⁰ A escultura é obra do escultor Alexandre Tito, da cidade de Arapiraca. Foi produzida em 1988 a pedido do Prefeito Helenildo Ribeiro e causou muita polêmica na cidade porque o escultor a produziu nua com a genitália bem talhada à mostra.

⁶¹ Texto escrito por Luiz Torres. Cópia no acervo da família Torres, no NEPEF.

físico da índia é muito distante do tipo físico do povo nordestino, sobretudo dos indígenas.

Mais uma vez observa-se a concretização da imagem criada por Luiz Torres a partir da lenda e da bandeira, pois a escultura foi criada a partir de um pedido do escritor ao prefeito. Coube ao artista, a partir da leitura da lenda, decidir a posição e os detalhes da imagem.

CAPÍTULO 5

ETNOGRAFIA E IMAGENS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NA MATA DA CAFURNA

5.1 O acervo fotográfico de Lenoir Tibiriçá

Lenoir Tibiriçá⁶² é descendente dos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, Alagoas. Casou-se com a Xucuru-Kariri Tânia e foi morar na Aldeia Indígena Mata da Cafurna onde ocupou a função de pajé, sucedendo o pajé Antonio Celestino. Foi o maior incentivador da confecção de artesanato como fonte de renda na aldeia e também articulava apresentações de toré junto às autoridades do município e diretores das escolas da cidade. A sua gestão como pajé foi marcada por conflitos internos, pois a família Celestino questionava o seu direito com a alegação da sua origem ser externa à etnia.

Além dos conflitos existentes na aldeia, Lenoir convivia com um problema pessoal gerado pelo consumo de bebidas alcoólicas, o que o fez perder o cargo de pajé e, conseqüentemente o respeito e a admiração dos seus pares na aldeia, além do fim do seu casamento e certo distanciamento dos filhos. Esta situação se arrastou por vários anos e, como amigo acompanhei de perto seu sofrimento e angústia que culminaram com a sua decisão de ir embora da aldeia.

O último contato que tive com ele foi em novembro de 2011 quando me procurou para pedir ajuda na compra de uma passagem para Salvador. Na ocasião, me entregou uma caixa de papelão com 287 fotos que fazem parte de um acervo pessoal que vinha colecionando há anos. Disse-me que a sua vontade era criar um museu que contasse a história da Mata da Cafurna, mas sua saída da casa da esposa fez com que desistisse de tal empreitada, bem como deixou muitas fotos lá.

⁶² Lenoir nasceu em 31 de julho de 1962. Filho da índia Roselita Tenório (kariri-Xocó) com um não índio de Porto Real do Colégio – AL (que não o reconheceu) viveu na aldeia do povo da sua mãe até 1979, quando conheceu a índia Xucuru-Kariri Tânia Souza (filha de Salete e Antonio Santana) com quem casou e teve 04 (quatro) filhos. Durante sua estada em Palmeira dos Índios Lenoir concluiu o curso Técnico Agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Satuba –AL. Por possuir habilidade com manipulação de ervas foi conquistando respeito na comunidade, fato que culminou com a sua indicação para o cargo de Pajé, função que exerceu de 1990 a 1994. Apesar do cargo de pajé e de liderar muitos movimentos em defesa da causa indígena não havia consenso quanto à sua função pelo fato de não ser Xucuru-Kariri, o que lhe causou vários aborrecimentos e conflitos internos. A perda do cargo se deu por conta de envolvimento com bebida alcoólica, o que também trouxe problemas familiares que culminaram com a sua separação em 2011 e sua partida para Itaparica, na Bahia, em 2012. (informações verbais de Tânia Souza).

A caixa com as fotos me foi entregue com um pedido para digitalizar e colocar em CD que uma das suas filhas pegaria comigo depois. Convidei-o para olhar as fotos e escrever uma descrição de cada uma, mas ele alegou não ter tempo naquele momento. Foi a última vez que o vi. Quando digitalizei as fotos e entreguei a sua filha, perguntei se ela sabia quem foram os fotógrafos e ela me respondeu que o pai sempre gostou de fotografias, mas nunca teve uma máquina fotográfica, e sempre que aparecia algum visitante na aldeia ele pedia para tirar algumas fotos. Afirmou ainda que algumas fotos foram dadas como presente das instituições onde ele fez apresentações, outras foram feitas na escola da aldeia pelas professoras.

Mesmo sem conhecer a história das fotos, percebi o quanto esse acervo se contrapõe a imagem apresentada dos Xucuru-Kariri no acervo de Luiz Torres e selecionei algumas seguindo o critério de estarem legíveis e em boas condições de conservação (parte do acervo é composto de fotos desfocadas e com danos provocados por mofo) e procurei classificá-las por afinidade com a temática ou o evento que retratam e as apresento nesta dissertação seguindo o mesmo método de apresentação visual em forma de pranchas adotado com o acervo de Luiz Torres.

As fotos selecionadas foram apresentadas na aldeia juntamente com as fotos do acervo de Luiz Torres com o intuito de perceber a forma como os Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna se identificam nelas enquanto protagonistas da sua história e enquanto imagem construída nos acervos, além de incitar lembranças de eventos guardados na memória.

Nessa dinâmica de utilizar fotografias para incitar a memória, foi necessário levar em conta que

Conforme as circunstâncias ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (POLLAK, 1989 *apud* VEILLON, 1987, p. 53)

Assim, as fotografias de um acervo fotográfico criado por um índio podem transmitir uma memória, mas esta é fruto de uma interpretação particular sobre uma memória coletiva de eventos vividos, mas pode não representar uma interação maior com o grupo, nem a sua interpretação. Com a possibilidade de rever e evocar essa memória coletiva as fotos foram apresentadas a alguns índios Xucuru-Kariri e suas impressões são apresentadas nos comentários das pranchas a seguir.

PRANCHA 10 – A Mata da Cafurna

1



2



3



4



5



6



7

A prancha 10 traz um conjunto de sete (07) fotografias agrupadas por apresentarem o espaço da mata que circunda a aldeia.

A foto 1 apresenta uma visão do açude localizado no centro das terras da aldeia. Este açude oferece, nas suas margens um variado conjunto de vegetação que é utilizada para confecção de artesanato. Suas águas profundas e escuras não são propícias à criação de peixes, segundo os próprios índios isso se deve a pouca incidência de luz no local que é circundado por grandes árvores centenárias, mas serve para assegurar irrigação natural para as plantações de fruteiras ao seu redor, além de ser ponto de lazer para a comunidade local e cartão de visitas para o turismo rural que se pratica na região.

As fotos 2 e 3 retratam crianças indígenas em momento de lazer nas árvores do entorno do açude. A foto 2 mostra Tanawy, filho de Leonir em pé sobre o galho. Esta foto retrata uma das brincadeiras mais praticadas na aldeia; saltar da árvore na água. A foto 3 traz Tanawy, anos depois, se preparando para a mesma brincadeira. Enquanto que a foto 4 apresenta outra reserva de água chamada Lagoa dos Pagãos em apologia a uma lenda⁶³ sobre crianças que ainda no primeiro ano de vida são colocadas para nadar, numa espécie de ritual de batismo que representa vida ou morte para os que conseguem ou não nadar. A lenda diz que os que não conseguem nadar é porque os encantados não os escolheram para viver e morrem afogados. Esta prática descrita na lenda já não é mais realizada na aldeia, segundo relatos de Lenoir, mas em noites de chuva ainda se ouve o choro das crianças que morreram afogadas, por isso o nome da lagoa referencia aqueles que morreram sem efetivar o ritual do batismo.

A foto 5, apresenta a trilha que liga a aldeia a mata. Um passeio por esta vereda faz parte da programação apresentada aos turistas que visitam a aldeia. Durante a caminhada, o guia (sempre um dos índios mais velhos) apresenta as árvores que são usadas nas atividades de cura, mas não se aprofunda nos detalhes sobre o seu modo de usar ou a forma como são manipuladas no ritual. A foto 6, retrata Lenoir Tibiriçá em um momento de explanação sobre a história da aldeia para estudantes de Universidade federal de Alagoas. A foto 7 é de uma área usada para

⁶³ O que chamo de lenda é para os Xucuru-Kariri história verídica. Porém os escritores locais ainda não se destinaram a pesquisar e escrever sobre esse rico tema que permeia o cotidiano da aldeia. A única publicação sobre a lenda encontra-se no livro Mata da Cafurna – ouvir memória, contar história: tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri, do qual sou co-autor.

a agricultura, com destaque para a plantação de bananeiras, principal produto explorado na região serrana de Palmeira dos Índios.

Em visita a aldeia, procurei mostrar as fotos a Tanawy que ficou silencioso por um tempo e depois falou “nesse tronco, meu pai me ensinou a nadar e eu estou ensinando meu filho também”. Acrescentou: “não lembrei de tirar foto, mas vou fazer isso”. Finalizou com o comentário “Esse açude é a vida da nossa aldeia, aqui ficamos perto do nosso sagrado e os pássaros que cantam nessas árvores trazem a voz dos que já se foram”. Sua fala aconteceu quando segurava as fotos 2 e 3 e voltou a falar quando pegou a foto 6, dessa vez a emoção que percebi enquanto ele olhava as outras fotos foi substituída por expressão triste e sua voz soou mais baixa do que de costume ao dizer “Leno⁶⁴ fez muito por esse povo, mas foi mais fraco do que o inimigo e deixou se acabar o que tanto lutou para construir.” Deixamos um pouco as fotos de lado e conversamos sobre a participação de Lenoir na lutas do povo da Cafurna, a forma como incentivou a produção de artesanato e o quanto levou os Xucuru-Kariri para além da aldeia, nas várias apresentações que fez com alguns membros do grupo em cidades de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e até no exterior, pois foi levado a França para uma apresentação na Universidade de Lion. Tanawy falou que sua mãe tem muitas fotos dessas apresentações, mas no momento não está mostrando.

⁶⁴ Forma carinhosa como Lenoir é chamado pela família e amigos.

.Prancha 11 - Primeira Retomada Territorial na Mata da Cafurna



1



2



3



4

As fotos da prancha 11 foram mostradas ao cacique Heleno Manuel, sua esposa, a dona Salete e suas filhas Tânia, Eliete e korã. Em suas falas, emocionadas com as lembranças dessa retomada que marca efetivamente o nascimento da Aldeia Mata da Cafurna, foram unânimes ao identificar o homem que aparece de costas na primeira foto como Eudes, representante da FUNAI naquele momento. Dona Salete acrescentou que Eudes foi muito competente ao negociar com o prefeito Enéias Simplício a compra das terras que estavam na posse da prefeitura.

Ouvi expressões como “é a nossa história, a nossa vida que está nessas fotos”, disse a esposa de seu Heleno.

Tânia identificou sua filha Mayra na foto 2. E emocionada falou “quando chegamos aqui só tinha mato e uma casa grande, essa que aparece na foto 4 e que meus pais moram até hoje. Ficamos nessa casa e na sombra das árvores. Ganhamos 13 barracas de lona do exército, mas era tão quente que só dava para ficar de noite... Ai trabalhamos muito cortando palha de coqueiro e madeira na mata para construir essas ocas que aparecem nessa foto (aponta para a foto 3)”. “As ocas serviram de sombra, de abrigo também quando chovia, mas tínhamos medo de que os fazendeiros mandassem tocar fogo”, disse Eliete.

Dona Salete finalizou com a seguinte afirmação “Essa oca da frente da minha casa é essa mesma da foto (mostrando a foto 4). Todo ano troco as palhas, quando não posso, a doença e a idade não deixam, mando um menino trocar, mas enquanto eu viver ela vai estar aí para lembrar a luta para criar essa aldeia.

A exposição dessas fotos foi, para mim, um exercício de aprender a ouvir sem fazer interferências e para eles, foi um rebuscar e reviver um momento marcante da comunidade que estava guardado na memória dos que participaram da construção daquele espaço.

Prancha 12 - Última Retomada Territorial na Mata da Cafurna



1



2



3



4

A prancha 12 apresenta fotografias referentes a última retomada territorial ocorrida em 23 de fevereiro de 2008. Na ocasião acompanhei a ação de perto, pois estava realizando pesquisas na aldeia e pude ver a euforia que tomava conta do momento, por ser uma ação coordenada pelos jovens da aldeia.

Na foto 1, os jovens reunidos durante as discussões sobre a necessidade de ampliar seu espaço territorial. Estão sentados no chão, segundo relatos de Idyarony (aparece ao centro, fumando chanduca⁶⁵) “porque na hora de tomadas de decisão o contato com os elementos da natureza ajuda a fortalecer o grupo e a receber a força dos encantados”. Ao ver a fotografia, lembrou que esse momento foi marcado por medo e ansiedade, porque “se a retomada fracassasse eles iam ouvir muita conversa e chacota na aldeia”. Tanawy observou que aparece uma pessoa em pé, no canto direito da foto. Perguntei quem é e porque participou da reunião. Ele disse não lembrar ao certo, mas acha que “é o nosso cacique que estava passando orientação”. “Não lembro dessa foto, não sei quem tirou, só vi depois porque apareceu no jornal”. A foto 2, de Tanawy, foi tirada na escola depois que retornaram da retomada. O fotografo foi um jornalista que depois mandou essa foto para a aldeia.

As fotos 3 e 4 apresentam as condições do acampamento durante esta retomada e foram produzidas durante a visita que fiz para entrevistar os índios sobre a ocupação e os planos para exploração da área. Estas fotos foram, na ocasião doadas a Lenoir que me apontou quais as cenas que queria registrar.

Tânia (mãe de Tanawy aparece na parte inferior da foto 3, vestida com blusa verde com estampas coloridas), ao ver as fotos falou “mesmo estando perto de casa, resolvemos ficar aqui acampados na sombra das árvores porque assim era que nossos antepassados faziam e não queremos nos separar da tradição” Acrescentou ainda “a terra é a nossa vida, bem diferente do pensamento dos posseiros que só pensam em tirar tudo da terra e não agradecem”.

⁶⁵ A chanduca é uma espécie de cachimbo feito de madeira de angico que o índio utiliza para fumar durante os rituais e as apresentações de toré. Tem o formato triangular e é composto de uma única peça, diferente do cachimbo que possui duas peças (uma para colocar o fumo e outra semelhante a um canudo para conduzir a fumaça à boca).

Prancha 13 – Indianidade: a transmissão da construção?



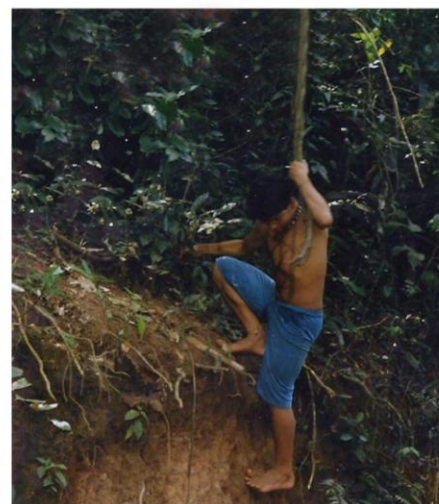
1



2



3



4



5



6

Na aldeia Mata da Cafurna é cada vez mais frequente a participação das crianças nas atividades cotidianas, principalmente nas questões religiosas e de performance, de modo que muitas das apresentações públicas tem sido realizadas apenas por crianças e jovens. Com isso, tem-se observado uma inserção cada vez maior dos mais novos em eventos públicos.

Segundo relatos orais dos jovens, há uma atenção especial para com eles porque são os que desenvolvem contato mais amplo na cidade por conta da aldeia só oferecer educação escolar até o 5º ano do Ensino Fundamental e a partir daí as crianças passam a estudar nas escolas do não índio e, conseqüentemente se afastam dos elementos que marcam sua indianidade.

Na escola da aldeia, as aulas são ministradas por professores indígenas e por anciãos e lideranças que os iniciam no mundo do toré e do ouricuri no intuito de que na transferência para a escola do não índio, as crianças já estejam com certa solidez nos elementos que são específicos da sua cultura.

Na foto 1 temos o flagrante de uma criança em um momento de intervalo entre uma apresentação pública na cidade. A foto chama a atenção pela imagem da criança vestida com tanga (saiote) de palha e da pintura corporal, elementos que vem se tornando rotina nas apresentações públicas. Usar a pintura e roupa de palhas faz parte da imagem que o branco que ver e vem se tornando comum nas apresentações da aldeia como forma de adaptação para que não denote superficialidade, desconforto ou incômodo quando se apresentam em espaços de não índios⁶⁶. A foto 2, apresenta um momento em que um adulto, no caso Lenoir Tibiriçá, coordena uma atividade religiosa no pátio da escola durante uma aula de religião. Exibi esta foto na escola e as crianças disseram que as aulas de toré não acontecem mais. Um aluno do 4º ano se reconheceu na foto e disse que “depois que Leno se mudou, a gente só dança toré dia de festa ou quando tem visita.” Outro acrescentou: “agora é chato pintar no papel, era mais legal quando pintava nas maracá e fazia artesanato na aula”.

A foto 3 traz um pai com 3 filhos numa imagem posada na entrada do terreiro onde acontece o ritual do ouricuri. Observa-se que desde tenra idade os Xucuru-Kariri são introduzidos no mundo religioso da sua comunidade. Sobre a participação

⁶⁶ Prefiro fazer uma análise dos relatos das crianças, para evitar que elas sejam identificadas na aldeia, uma vez que a maior delas me pediu para não divulgar as suas falas, pois se reconhecida pode sofrer punição.

de crianças no ouricuri, os discursos das crianças na escola foram os mesmos dos adultos nas casas que visitei. “O índio que é índio vai para o santo ouricuri desde pequeno, mas lá tem o canto do adulto e o canto da criança”. Outro, completa: “A mulher também fica separada, tem hora”.

Perguntei à professora se ela poderia acrescentar algo. Com a fala bem “policiada”, dando a impressão de procurar as palavras certas, disse: “o nosso ritual é nosso sagrado, nosso deus, nosso segredo. Lá branco não entra e não sabe o que acontece. As crianças aprendem isso muito cedo, mas só podem participar de tudo depois que estão maduros e aprendem a não falar o que não deve ser dito”. Depois de uma pausa retomou: “Vocês brancos ficam imaginando coisas, mas não é nada de mais. O ouricuri é a única coisa só nossa que o branco não se apossou. Só isso”.

As fotos 4, 5 e 6 trazem cenas de crianças em momento de lazer, sem a utilização de brinquedos ou qualquer outro aparato do mundo moderno. Segundo Lenoir⁶⁷ “quando o índio improvisa uma brincadeira, ele está aprendendo a sobreviver, a explorar o espaço a sua volta e a respeitar a natureza”.

⁶⁷ Em uma das muitas conversas que tivemos durante minhas visitas a aldeia, Lenoir falava que procurava incentivar as crianças a criar seus brinquedos e brincadeiras, pois à medida que criavam, aprendiam a improvisar e a sobreviver com o que a natureza podia lhes oferecer.

Prancha 14 – Pintura corporal: traços da indianidade

1



2



3



4



5



6

Nesta prancha, as fotos 1 e 2 trazem uma criança índia fazendo pintura corporal em uma outra índia e em uma adulta visitante da aldeia. A mesma atividade é realizada por adultos nas fotos 3, 4, 5 e 6. A pintura é para o índio uma marca de identidade, tem um significado próprio. Tânia ao se referir a essa atividade na aldeia diz que “o índio quando se pinta está falando com a sua comunidade e um entende o significado da pintura no outro. Tem pintura para tristeza, para alegria e para enfeite, assim como no passado tinha pintura específica para guerra”.

Sobre as fotos, Tânia Souza⁶⁸ disse que “se comparar o desenho nas duas fotos (1 e 2) vai ver que são iguais, mas se perguntar as que se pintaram, vai entender o que eu digo, a criança sabe o que significa, mas a adulta não sabe”. Acrescentou que “nas fotos 5 e 6 a pintura significa nossa cultura, nas outras é só comércio”. Observando as fotos e as falas da índia Tânia percebo que a linguagem expressa nas imagens não está na arte da pintura e sim na significação que essa pintura tem para os Xucuru-Kariri.

Lenoir costumava dizer que “durante o período entre 1960 a 1990 era muito raro encontrar alguém se dizendo índio nessa região”, ⁶⁹. Afirmou ainda que “havia medo e proibição. Hoje, depois de muita luta nosso povo tem orgulho de se pintar, de usar nosso artesanato e os brancos que nos visitam pedem pintura e usam nosso artesanato”.

⁶⁸ Tânia Souza é professora na Escola da aldeia e foi casada com Lenoir Tibiriçá.

⁶⁹ Conversar com Lenoir era uma das minhas atividades mais frequentes quando visitava a aldeia à época do seu exercício como pajé. Com ele colhi muitos depoimentos que ajudaram a entender a luta pela manutenção da sua cultura e a angústia que essa luta causou na maioria das vezes.

Prancha 15 – Plumagem, pintura e nudez



1



2



3



4



5

Nas fotografias exibidas na prancha 15 existe uma fronteira visual entre as pessoas que posaram para o fotografo e as pessoas que encontramos nas ruas das cidades. Tal fronteira está nos adornos que usam nas cabeças ou nos pescoços, bem como nas pinturas que enfeitam seus corpos.

Segundo Nino (a direita na foto 1) essa foto foi tirada em Maceió, por volta de 2005, em uma feira dos municípios que aconteceu em um ginásio de esportes. Cada município alagoano levava uma apresentação típica e tinha um espaço para vender seus produtos. Destacou que “no primeiro dia não vendemos quase nada, mas no segundo dia, pintados e usando cocás vendemos tudo”. As fotos 2 e 4 também são do mesmo evento. Lembrando-se da atividade, Nino disse ter se incomodado muito quando ouviu de alguns visitantes “esses nem parecem índios” e no dia seguinte as pessoas paravam para vê-los e para tirar fotos com eles. Concluiu com uma pergunta: o que será que tão ensinando sobre o índio nas escolas?

Sobre a foto 3, produzida na escola da aldeia, Tanawy disse que a foto fora tirada durante a festa junina da escola e que o calendário das festas da aldeia contempla as mesmas atividades da escola do branco, mas “dançamos toré nessas festas também. Não vivemos num mundo isolado, mas não abrimos mão da nossa cultura”. Já sobre a foto 5 ele falou que posou para um trabalho do colégio sobre o índio que aparece nos livros de História e o índio que vive na aldeia. Foi muito bom porque minha equipe mostrou “que não é a roupa nem a pintura que faz ser mais ou menos índio hoje do que no passado”.

Prancha 16 – Cenas do cotidiano



1



2



3



4

Pensar na Aldeia Mata da Cafurna como lugar de memórias e como patrimônio cultural significa perceber os múltiplos silêncios e discursos que permeiam o cotidiano dos seus moradores. A prancha 16 traz um conjunto de flagrantes do cotidiano dos Xucuru-Kariri na Mata da Cafurna.

A foto 1 apresenta o trabalho de confecção de artesanato, responsável por aproximadamente 50% da renda da comunidade. Esta atividade envolve a maioria dos moradores da aldeia, desde os mais velhos aos mais jovens. Não existem oficinas nem ferramentas apropriadas, de modo que o trabalho é manual e há uma preocupação para que os mais novos aprendam a arte com sementes, madeira, ossos e palhas e assegure a transmissão a cada nova geração.

As fotos 2 e 3 apresentam uma característica cultural da comunidade, o envolvimento da mulher em atividades agrícolas, principalmente na colheita. Essa divisão de tarefas é, segundo as mulheres da aldeia, “uma tradição que passa de mãe para filha desde o tempo dos nossos antepassados”⁷⁰

A foto 4 traduz uma das mais importantes atividades desenvolvidas na aldeia, a manipulação de ervas para produção de xaropes e infusões. Com a vacância do cargo de pajé, apenas três (03) pessoas dominam essa técnica na comunidade, mas o trabalho só se completa com a ação dos encantados, sobre a beberagem, no ritual religioso do ouricuri.

As imagens que compõem a prancha apresentam, no conjunto, uma definição clara de papéis na aldeia, onde algumas funções são inerentes à família, outras exclusivas das mulheres e algumas que envolvem dons especiais, ritualísticos e religiosos são desempenhadas por pessoas que possuem vivência no ritual do ouricuri.

⁷⁰ Informação verbal recebida de Dona Salete, uma das matriarcas da aldeia, em setembro de 2012.

Prancha 17 – Apresentações públicas



1



2



3



4



5



6

Desde a consolidação da Aldeia Indígena Mata da Cafurna que participar de apresentações públicas tem sido uma marca importante para o povo Xucuru-Kariri. Tais apresentações tem se constituído um forte vetor para marcar a sua presença no perfil sociocultural da cidade de Palmeira dos Índios e da região

As fotografias dessa prancha trazem um significado especial por imortalizar momentos ritualísticos do toré de búzios (fotos 1 e 4) e de lança (foto 6) tidos como especiais para os indígenas. Tratam-se de torés que só eram executados na aldeia, por envolver incorporação dos encantados. Apenas o toré de roda (foto 5) era apresentado em público por significar harmonia entre povos e entre culturas.

A ampliação de laços de convivência com os não índios fez com que muitos dos elementos ritualísticos privados viessem a ser abertos ao público. Um exemplo disso está na foto 4 onde aparece uma criança fumando cachimbo enquanto um adulto ao seu lado vende artesanato. A prática de fumar cachimbo, campião ou chanduca é comum entre os Xucuru-Kariri que atribuem poderes mágicos à fumaça que é expelida para “espantar maus espíritos”.

Os Xucuru-Kariri atribuem aos homens uma força religiosa maior do que a das mulheres, na abertura dos torés observa-se que estas só entram na roda depois de alguns versos serem entoados por homens e ocupam posição ao lado do homem, nunca na posição central em relação ao terreiro. (foto1). Dona Salete relatou que “a mulher pode até puxar a toante, mas só se não tiver homem na hora”. Disse ainda que “essas regras valem para o terreiro, fora de lá é festa, fantasia e não precisa seguir a risca, mas nós já temos o costume e não mudamos”.

Prancha 18 – Apresentações e indianidade



1



2



3



4



5

A prancha 18 é composta por fotografias que possuem um valor histórico muito grande para o povo da Mata da Cafurna, pois são fotografias das primeiras apresentações públicas depois da formação da aldeia. Na foto 1 os alunos de uma escola pública participam da roda de toré junto com os índios. A foto 2 traz o então pajé Lenoir Tibiriçá, ao centro, proferindo palestra sobre a vida na aldeia, o que é ser índio e a história da criação da Aldeia Mata da Cafurna. A palestra foi proferida em uma escola da rede privada da cidade de Palmeira dos Índios. Nessa época, final dos anos 80, do século XX, não era comum receber visitas na aldeia, pois como fazia pouco tempo da retomada territorial da Cafurna era muito forte o sentimento e os discursos contrários aos índios.

A foto 3 traz uma apresentação também singular. A secretaria de cultura promoveu um evento que congregava várias culturas num único evento intitulado “Encontro das Culturas”. Nessa foto aparece Lenoir, ao lado de dois violeiros (não índios) usando cocás indígenas. Os demais presentes na fotografia são representantes de uma comunidade quilombola denominada de Tabacaria, situada também na região serrana do município.

A foto 4 traz Lenoir vestido de palhas fazendo uma apresentação para a equipe gestora do município (a prefeita Maria José Carvalho⁷¹ aparece sentada, com a mão no queixo) responsável pelo maior período de visibilidade do índio em Palmeira dos Índios, chegando inclusive a nomear índios para o conselho municipal de educação.

A foto 5 traz um encontro de lideranças indígenas para debater a questão da terra. O evento foi promovido pela FUNAI e teve a participação de não índios. A mulher que aparece na foto fez parte da comissão organizadora do evento.

Em conjunto, essa prancha representa cinco momentos importantes para a aldeia, pois marca o início das apresentações públicas e do diálogo com a sociedade não índia numa série de eventos marcados pelas exibições performáticas de suas danças e pelo fortalecimento da sua identidade enquanto cultura específica e diferenciada.

⁷¹ Maria José de Carvalho foi eleita prefeita de Palmeira dos Índios em 1996 e durante a sua gestão o povo Xucuru-Kariri participou ativamente dos eventos promovidos pela prefeitura. Naquela época, visitas a aldeia se tornaram frequentes sempre que a cidade recebia algum visitante ilustre do cenário político nacional.

Prancha 19 – Passeatas e debates: a luta pelo reconhecimento



1



2



3

A gestão da prefeita Maria José de Carvalho (1997-2000) marcou um período em que o povo Xucuru-Kariri ganhou visibilidade em Palmeira dos Índios e no Estado de Alagoas. Várias apresentações públicas foram promovidas e patrocinadas pela prefeitura que também apoiou eventos como passeatas e debates a favor da demarcação das terras indígenas do município.

As fotos da prancha 20 imortalizam algumas atividades realizadas pelos índios alagoanos com o apoio da Prefeitura de Palmeira dos Índios. Na foto 1, produzida em Maceió⁷², povos indígenas das várias etnias de Alagoas realizaram passeata cobrando celeridade no processo de demarcação das suas terras e da efetivação dos direitos preconizados na Constituição Federal. O evento recebeu apoio financeiro e logístico da Prefeitura de Palmeira dos Índios, ação que não mais se repetiu desde o fim do mandato da prefeita.

A foto 2 traduz um momento impar, um debate sobre a questão fundiária em Alagoas, tendo como foco a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios. O evento foi presidido pela prefeita Maria José e teve como parceiros a Pastoral da Terra, o Ministério Público, a FUNAI, o INCRA e as secretarias municipais e estaduais de agricultura, planejamento e cultura.

Na foto 3 Lenoir Tibiriçá dança toré com a Secretária Municipal de Cultura de Palmeira dos Índios, senhora Mariquinha Ferro, em abril 1998, na abertura da semana dedicada aos povos indígenas no calendário do município. Esta atividade também foi abolida do calendário com o fim daquela gestão municipal. Atualmente, apenas o dia 19 é dedicado ao índio, mas não há participação destes ou qualquer evento oficial promovido pela municipalidade.

Sobre estas fotos convém destacar a fala do Cacique Heleno Manoel: “cada uma dessas fotos traz muitas lembranças. Fazia pouco tempo que tínhamos ocupado a Cafurna e a prefeita abriu muita portas para nós. Não conseguimos nossos direitos, mas aprendemos a não ter medo de lutar pelo que queremos... O pajé Lenoir ajudou muito e continua ajudando com essas fotos que guardou. Olhando para essas fotos agora, eu vejo que elas são incentivo para continuarmos lutando”.

⁷² Há uma discordância quanto ao local da foto, pois o antropólogo e professor Estevão Palitot afirma que as camisetas vestidas pelos índios são semelhantes às usadas em Salvador durante manifestações pela passagem dos 500 anos da chegada do português ao Brasil.

5.2 Diálogos e reflexões compartilhadas na aldeia Mata da Cafurna

A exibição das fotografias dos dois acervos na aldeia foi marcada por certa expectativa, pois enquanto eu estava ansioso com os comentários que poderia ouvir sobre as fotos, os índios por sua vez também estavam apreensivos quanto ao conteúdo das fotografias.

Poucas pessoas estavam presentes, até porque com um grupo grande ficaria difícil captar as falas e observar os semblantes. Por isso, o grupo não ultrapassava 15 pessoas, entre as quais estavam o cacique Heleno Manoel, sua esposa Dona Eleíta, o casal Salete e Antonio Santana, as professoras da Escola Indígena (Tânia, Hildérica e Eliete), os filhos de Lenoir (Tanawy e Suyane), os jovens Idyarony e Kawyanã além das lideranças Nino e korã.

No caso específico das fotografias colecionadas por Luiz Torres, elas apresentam o seu olhar sobre os Xucuru-Kariri, o que é visível nos livros que escreveu e na forma como os apresenta no acervo do museu. Seu trabalho apresenta o índio do passado, com características físicas que já são mais tão visíveis na atualidade, ou seja, uma imagem de índio com pele morena, cabelos lisos e escuros, corpos fortes, ombros largos e pés achatados. Esta forma de pensar e descrever o índio é corroborada por Ivan Barros que se refere aos Xucuru-Kariri como índios que no passado se refugiaram em Palmeira dos Índios e quando usa uma foto deles em seu livro, cita-os como “derradeiros”.

As fotos do acervo de Luiz Torres quando foram apresentadas na aldeia não provocaram discursos ou reações que permitam dizer que eles se identificaram naquelas imagens. Provoquei alguns relatos, mas os poucos que ouvi estavam mais ligados a justificar a participação do índio Francelino nas escavações ou criticar a retirada das igaçabas para exibição como peças desprovidas do significado que elas tem para o povo da Mata da Cafurna e das demais aldeias dos Xucuru-Kariri.

Já o acervo de Lenoir Tibiriçá, colecionado ao longo da sua permanência na Mata da Cafurna foi visto pelos seus pares, durante as entrevistas em que as apresentei, como registro de momentos marcantes da vida da aldeia e dos seus moradores. A classificação quanto ao que era mais ou menos importante registrar coube apenas ao Lenoir, mas a apresentação do acervo provocou lembranças e comentários que me permitem dizer que o acervo se constitui em um fragmento da

história daquele povo e serviu como ferramenta para abrir muitas portas das memórias individuais e coletivas na Aldeia Mata da Cafurna. Dessa forma,

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definido dele... O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem e, portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais (KOSSOY, 2001, p. 161).

Por representar um fragmento de um momento único, as fotografias do acervo permitiram aos mais velhos lembrar a formação da aldeia, os eventos significativos e as apresentações que marcaram a sua trajetória e para os mais novos, possibilitou vislumbrar imagens que ilustram os relatos muitas vezes saudosistas dos mais velhos. A memória fotográfica é apresentada como um quadro pintado no presente, com os traços das imagens vivenciadas que impulsionam a memória na busca de compreender a composição dos diálogos na construção da história de um grupo.

O diálogo na aldeia, a partir da exposição dos acervos de Luiz Torres e de Leonir Tibiriçá, remete às considerações de Pollak (1989) ao enfatizar que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p. 10).

Partindo dessa ideia de Pollak, observa-se o quanto tais acervos associados aos relatos das lembranças dos mais velhos podem contribuir para, na aldeia, reforçar o sentimento de pertencimento dos Xucuru-Kariri a sua comunidade e fortalecer os diacríticos eleitos como fronteira com a sociedade envolvente. Observa-se que ao passo em que incitam a memória e envolvem a comunidade, as fotografias cumprem o papel de auxílio no processo de criação de uma imagem específica do índio da aldeia em contraste com a sua imagem solidificada no Museu e na literatura local.

CONCLUSÃO

Concluir uma pesquisa significa chegar a um ponto onde as respostas surgem, as inquietações desaparecem, porém se isso realmente acontecer é sinal de que a pesquisa foi vã, que as possibilidades se esgotaram e que os caminhos foram todos percorridos, o que não é o caso da pesquisa aqui apresentada.

Estudar a imagem dos Xucuru-kariri da Aldeia Indígena Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios a partir das coleções fotográficas de Luiz Torres e de Lenoir Tibiriçá como instrumentos de guarda da memória e de caracterização do povo pesquisado me levou a leitura de obras de escritores locais e de pesquisadores com larga experiência em pesquisas sobre os Xucuru-kariri. Deparei-me com trabalhos dos mais variados e pude, em cada um deles, encontrar os elementos necessários para desenvolver esta pesquisa.

Os acervos apresentados nesta dissertação não mostram o índio como era no passado, nem tampouco como é no presente. Apresentam indícios e elementos para entendermos as intencionalidades e olhares particulares dos autores de tais acervos formados em diferentes momentos do processo de desenvolvimento da região e aparecem quase que em oposição um ao outro, pois o primeiro vincula-se à criação de uma identidade urbana e outro, por sua vez à reivindicação de direitos constitucionais.

As imagens do acervo de Luiz Torres ganham corpo nas concepções dos seus próprios livros como contributos para a constituição de uma identidade urbana para Palmeira dos Índios em sintonia com o processo de urbanização e nacionalização que vinha tomando curso no Brasil e que se intensificou com a criação de Brasília, com a criação do Parque do Xingu e com as primeiras emissoras de TV que veiculavam imagens de um Brasil nascido da miscigenação de brancos, índios e negros. Nesse contexto, o “índio” que já era um símbolo da nação passa a ser usado também como símbolo em Palmeira dos Índios.

Luiz Torres imortaliza, em seus escritos, a imagem do índio “puro” (antes do contato com Frei Domingos de São José), pelado (na estátua que o prefeito mandou esculpir em homenagem ao trabalho do escritor), esqueleto (enterrado na Igaçaba, o índio arqueológico), romantizado (na lenda e na imagem da bandeira), folclórico

(exibido ou exibindo-se em torés públicos nas festividades da cidade, reforçando a representação como símbolo nacional).

O interesse principal de Luiz Torres centrou-se na cidade de Palmeira, onde os índios aparecem como símbolos da fundação e depois são superados pelo progresso e pela urbanização.

Já o acervo de Lenoir Tibiriçá encontra eco nas concepções de etnólogos como Silvia Martins e Siloé Amorim e traz consigo as características do momento histórico a que pertencem; o momento da abertura que culmina com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Carta onde os direitos indígenas passam a ser reconhecidos por lei.

A imagem captada por Lenoir parte dos próprios índios, cujo líder passa a contar com aliados dentro e fora de Palmeira dos Índios, principalmente outros indígenas e movimentos sociais em busca da efetivação do direito assegurado na Constituição e negado, principalmente pelos fazendeiros locais.

Ainda merece destacar o fato de o índio aparecer muito pouco no acervo de Luiz Torres ao passo que a cidade praticamente não aparece no acervo do Lenoir, assim como nas entrevistas que fiz não obtive nenhum depoimento que me permita afirmar que o índio se reconhece nas imagens da cidade (bandeira, lenda, estátua e exposição do museu), pelo contrário ouvi, com frequência expressões como “cada um cria a imagem que lhe é conveniente”. Tal expressão pode ser aplicada tanto a construção de uma identidade local em sintonia com a identidade nacional (acervo de Luiz Torres) quanto à criação de uma imagem compatível com as reivindicações de direitos (acervo de Lenoir Tibiriçá).

A partir dos discursos na aldeia, sobre os dois acervos, percebi consensos quanto à identificação dos Xucuru-Kariri como partícipes da fundação de Palmeira dos Índios, independente do reconhecimento oficial, unanimidade nos relatos sobre a chegada do Frei Domingos de São José e o processo de catequese que resultou na doação de um lote de terra da Sesmaria de Burgos e na posterior criação da Vila que evoluiu à categoria de cidade. Daí, parti em busca da imagem construída dos indígenas nesse contexto e me detive no trabalho de Luiz Torres, mais especificamente nas fotografias produzidas quando da descoberta de cemitérios indígenas de onde foram desenterradas várias igaçabas, das quais algumas se encontram expostas no Museu Xucurus de História, Arte e Costumes, criado como lugar de guarda e transmissão da memória local.

A análise do acervo fotográfico de Luiz Torres e da coleção de objetos expostos nas vitrines no Museu incitou um questionamento sobre aquele espaço como vitrine para expor a visão do seu criador sobre a imagem dos Xucuru-kariri. Tal questionamento ficou mais sólido com o contraponto com o acervo fotográfico de Lenoir Tibiriçá.

De um lado, um acervo que apresenta um índio morto, enterrado em igaçabas, descrito em uma lenda romantizada e estampado em uma gravura na bandeira do município, validado por discursos nos livros de Luiz Torres e Ivan Barros como alguém que habitou as matas de Palmeira no passado, possuidor de características físicas padrão e que aos pouco vai desaparecendo para reaparecer envolvido em conflitos territoriais, envolvido com bebedeiras e desordens. Em alguns momentos é ingênuo, em outros é revoltado, porém presente como ícone folclórico em eventos públicos e imortalizado ou fossilizado num espaço de pedra e cal que o expõe como artefato em vitrines. Um ser do passado!

De outro lado, um acervo com belas paisagens da região, com pessoas em movimento, algumas vezes vestidos de palha, outras vezes de tecido, pintados com jenipapo ou urucum, dançando toré, trepando em árvores, confeccionando artesanato, proferindo palestras, fazendo passeatas, transmitindo sua memória e sua cultura de geração em geração. Vivo e dinâmico que pouco ou nada se parece com o do primeiro caso. Um ser do presente!

Assim, as fotografias apresentadas nesta pesquisa serviram de instrumentos para estabelecer o diálogo entre passado e presente para apresentar a imagem do índio a partir do olhar dos dois acervos e, dar ao povo pesquisado a possibilidade de se reconhecer nos eventos retratados, trazendo a tona a sua indianidade enquanto indivíduo pertencente à comunidade em questão.

Partindo da ideia de que o homem vive em eterna busca de si mesmo, de suas referências e dos seus laços identificadores, a identidade além do caráter individual que possui apresenta uma dimensão coletiva no que se refere à integração do indivíduo como sujeito do processo histórico. Assim, a construção de identidades é uma dinâmica onde identificação de semelhanças e afirmação de diferenças situa o indivíduo em relação aos grupos sociais a sua volta.

A partir dessa afirmativa esta pesquisa possibilitou um olhar sobre as imagens construídas em dois acervos fotográficos que dialogam com a história dos Xucuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna, à medida que apresenta a percepção destes sobre

tais imagens. Ou ainda, exibe suas imagens fazendo surgir a percepção e a legitimidade de pertencer a etnia Xucuru-Kariri e se identificar nas fotografias dos eventos que marcam a construção da sua história no processo que originou a aldeia Mata da Cafurna.

A publicização dos acervos de Luiz Torres e de Lenoir Tibiriçá e de tantos outros ainda não divulgados, bem como a intensificação de pesquisas, a divulgação das produções acadêmicas e a inserção da temática indígena no cotidiano acadêmico permitirão retirar o índio de uma condição que o limita dentro da sua própria aldeia e o colocar em condição de protagonista da sua própria história e da história do município que abriga as suas terras. Isto será uma tarefa para o futuro.

Diante de tal realidade, esta dissertação não apresenta todas as respostas às inquietações que a motivaram, mas abre alguns caminhos que podem levar a novas pesquisas pela busca da imagem dos Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios, caminhos que passam pela busca de outras fotografias e por releituras das que compõem esta dissertação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO Jane Felipe, ECKERT Cornélia (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. (Associação Brasileira de Antropologia).

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de Antropologia Visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

ALE pode alterar o nome de palmeira dos índios. In **o Jornal – Maceió**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=10174>. Acesso em 21/12/2011.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) **Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: Edufal, 1999.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII**. Editora da UnB, 1997. Disponível em http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em 11/07/2012.

ALVES, André; SAMAIN, Etienne. **Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado**. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AMORIM, Siloé Soares de. **Reintegración de la identidad del grupo étnico Xucuru-Kariri**. 190p. Tese de Licenciado. Escuela Nacional de Antropología e historia. México, D.F, 1996.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xucuru - Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas**. Maceió: Facepe UFAL - Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas ‘os Chucurus de Palmeira dos Índios’**. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965. (datilografado).

ARANTES NETO, Antônio Augusto (org.) **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Tradução: José Fonseca. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Caleb Farias Alves. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Col. Pesquisa qualitativa/coordenada por Uwe Flick).

BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios: terra e gente**. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1979.

BATESON, G.; MEAD, M. **Balinese Character**. A Photographic Analysis. The New Academy of Sciences: USA. 1962.

CARVALHO, José Cândido de Melo. **Notas de Viagem de um Zoólogo à Região das Caatingas e Áreas Limítrofes**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

CASAL, Manuel Ayres de. **Corografia Brasília ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 (II tomos).

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

COSTA Laís de Paula Fiuza; ÁVILA, Rodrigo Viana de. Identidade pela fotografia: construção e resgate da identidade na Comunidade Novo Aarão Reis. In **Rev bras med fam comunidade**. Florianópolis, 2011 Jul-Set, p. 207.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986

_____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com as aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 235-244 ..

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUARTE, Abelardo. Os Primórdios do Povoamento das Alagoas (Penedo e Porto Calvo). In **Revista do Inst. Hist. e Geog. de Alagoas**. Maceió, 1947. Vol. 25.

ESPÍNDOLA, Tomás. Geografia Alagoas. In **Revista do IHGAL** vol. XII 1927.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. **Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção**. Fortaleza: SECULT, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN, 1996.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do toré. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss; LIMA, Jeannette Maria Dias de; MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Lauda Antropológico - Ação de Reintegração de Posse nº 15.626/87**. Maceió: 1ª Vara da Justiça Federal de Alagoas, 1990.

HOHENTHAL JÚNIOR, W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. In **Rev. do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista, v. 12, n.s., 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

JORGE, Adriano Augusto de Araujo. Notícias sobre os Povos Indígenas que Estacionavam no Território do Actual Estado das Alagoas - Costumavam Trazer a suas Plagas Repetidas Correrias. In **Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Alagoas** - Vol. 3 - N. 1. Maceió. p. 67/84 [BCM]. 1901

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAPA político de Alagoas. Disponível em: <http://www.seplande.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2010/abril-2010/novo-mapa-de-alagoas-inclui-centenas-de-povoados>. Acesso em 20/09/2012.

MAPA regional de Alagoas. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/politicas-e-acoaes/mapeamento-cultural/1/mapas/MAPA%20ALAGOAS%20POR%20REGIÃO%20-%203a%20REGIÃO%20-%20AGRESTE%20ALAGOANO%2019%20MUNICIPIOS.jpg>. Acesso em 20/09/2012.

MALCHER, José M. da Gama. **Índios - Conselho Nacional de Proteção de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro, 1964.

MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. 154 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.

MENDONÇA, J. M. de. A tematização das emoções em Balinese Character. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. João Pessoa, v. 3, n. 8, p. 311-14, ago2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%20v,3,n.8%20ago2004.pdf>>. Acesso em: 10/05/2011.

_____. Margaret Mead, Bali e o Atlas do comportamento infantil: apontamentos sobre um estudo fotográfico. IN **Horizontes Antropológicos**. Vol. 16 nº. 34. Porto Alegre July/Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832010000200014. Acesso em 11/05/2011.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna - ouvir memória, contar história:** tradição e cultura do povo Xucuru-kariri. 2 ed. Maceió: Catavento, 2010.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. **Mapa Etno-Histórico** . 2º Impressão. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pro-Memória, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste. In **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro. 1941- Vol. XVII p.184.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, Abr 1998, vol.4, nº. 1, p.47-77.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PETIT, Paul. **História Antiga**. São Paulo: Difel, 1983.

PINSK, J. ; PINSK, Carla (org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Estevão. **Etnologia Brasileira**. (Fulni-ô os Últimos Tapuias). São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1956.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RELATÓRIO Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Xukuru-Kariri/AL. Disponível em <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 10/10/2012.

REUNIÃO discute demarcação das terras indígenas de Palmeira. Disponível em <http://www.almanaquealagoas.com.br/noticias/?vCod=4958>. Acesso em 17/05/2012.

ROCHA, José Maria Tenório. **Os Indígenas Alagoanos**. Maceió: SENEC/DAC/MEC, 1978.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil**. Paris: J.P. Aillaud Ed., 1845 . (2 Tomos)

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, nº. 2, p. 19.

_____. Aby Warburg. Mnemosyne. Constelação de culturas e ampolheta de memórias. In **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 51-80.

SILVA, Crísthian Teófilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. **In Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI. Brasília, v.2, n.1, p.113-140, jul. 2005.

TORRES, Luiz B. **Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4ª Ed. Ampliada e Revisada. Palmeira dos Índios: Ed. do autor, 1974.

_____. Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios. **In Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, 1973. (Vol. 30)

_____. **A terra de Tilixi e Txiliá** – Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **In Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VERNANT, J. P. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. Significado e Efeitos da Publicação do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju para a Antropologia Brasileira. **In Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

ANEXO 01 – LENDA DA FUNDAÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

O povo Xucuru-Kariri era comandado pelo cacique Êtafé, guerreiro alto, forte e imponente que conduzia seu povo com pulso firme e zelava pelo bem-estar da tribo. Era atento e dedicado a sua função e ao sentar-se no lugar reservado à sua posição, em noites de grande festa, era capaz de notar a ausência do mais humilde dos seus irmãos, inquirindo prontamente dos conselheiros a razão da falta de algum guerreiro. Fugindo ao costume e a tradição, o cacique era solteiro e retardava propositadamente a união com uma das muitas donzelas, na ansiosa expectativa de que a bela índia Txiliá filha do velho guerreiro Taci atingisse a puberdade, ocasião em que marcaria o casamento para gerar índios robustos e o legítimo sucessor. A jovem era cobiçada por vários guerreiros da tribo porque era muito dedicada ao pai que ficara cego pela flecha envenenada de um inimigo. Além da devoção ao pai, Txiliá que ficara órfã da mãe que falecera poucos anos depois que a jovem nasceu era excelente nos afazeres domésticos e preenchia seus dias com os cuidados do pai e da oca, o que a tornava muito mais madura das demais moças da aldeia, além de ser possuidora de uma beleza incomum no grupo.

Txiliá atraía olhares disfarçados dos xucuru machos, mas estes eram receosos do ciúme vingativo de Êtafé. Os seios parecidos com duas bandas do maracá sagrado agitando-se em noites de ouricuri. Seus cabelos, sedosos e longos, caíam em castanha caudal por sobre os ombros, e as pontas mais atrevidas de sua vasta cabeleira vinham beijar maliciosamente o começo torneado de suas nádegas, onde uma tanga de penas multicores velava o recanto feminino.

Txiliá, mesmo jovem, já sabia preparar os mais gostosos manjares para o pai cego, transformando a caça que Tilixi, seu primo, trazia para o sustento da família. Todos gostavam dela. Até os animais queriam comer de suas mãos. Seu canto era sonoro e divinal. Sua voz dava expressão e graça às canções que falavam das glórias e história de seu povo. Muitas vezes, as outras mulheres de sua tribo choravam copiosamente ao ouvi-la rememorar velhas baladas.

Txiliá sabia que estava destinada a ser esposa do cacique, pois seu pai já lhe havia notificado, mas a jovem preferiria cuidar de Taci até que este repousasse na igaçaba funerária e pedia fervorosamente aos céus que retardassem sua menstruação a fim de permanecer mais tempo ao lado do pai. Havia, porém, bem escondido no coração da índia outra razão para desejar que seu casamento com o

cacique fosse sendo retardado um amor que nutria em segredo pelo seu primo Tilixi, com quem convivia desde pequena, ajudava-o na caça e com ele aprendia os segredos da mata.

Tilixi era ágil e sabia manejar o arco e a flecha como um privilegiado e, mesmo em tempos de escassez trazia algo para alimentação dos seus familiares, o que causava a inveja de muitos. Algumas vezes, percorriam os dois, longe dos olhares curiosos os lugares bonitos das terras da Cafurna, onde se miravam de rostos colados nas águas límpidas de um regato.

Um dia, (em 1773) um guerreiro que ficava de guarda na entrada do aldeamento avisou ao chefe que um homem branco, de veste talar e barba longa aproximava-se. A notícia gerou alvoroço na tribo.

O velho feiticeiro, guardião das histórias de seu povo, agitava nervosamente maracás sagrados, repetindo, para lembrar, trechos de uma antiga profecia que falava de um forasteiro que tornaria os Xucuru num grande povo e faria do aldeamento a concretização da grandeza sonhada pelos antepassados.

Esse estranho que se aproximava era frei Domingos de São José, capuchinho, que no afã de ampliar as fronteiras do cristianismo, percorreu muitas léguas em busca dos selvagens dos quais tivera notícia pela informação de outros índios civilizados. Parado na entrada da aldeia saudou os nativos numa língua estranha e incompreensível para os índios. Entretanto, se lia na face do desconhecido uma expressão de paz e amor.

Poucos meses depois, a tribo já havia edificado uma grande cruz no alto da Serra do Capela e sob a coordenação do frei começava a trilhar os caminhos do cristianismo. A adoração de um novo Deus – um Deus desconhecido – ou o mesmo deles talvez, só que com outro nome era o início de um processo de empréstimos culturais que culminou na perda de vários aspectos da cultura nativa.

Txiliá cantava hinos religiosos nas reuniões do catecismo. O cacique Êtafé entusiasmado com as novidades que aprendera, fez ver ao frade seu desejo de também se unir em casamento sob os olhares e benção do Deus branco.

Com o passar dos dias um ciúme doentio apoderava-se do grande cacique, receoso de que um mais jovem conseguisse vencê-lo na conquista da escolhida. Tilixi era vigiado constantemente. Todos pressentiam uma desgraça... Que veio quando se festejava o dia da colheita.

A tribo, em torno da enorme fogueira, cantava e dançava o toré em homenagem ao Senhor da Terra (Ei-U-Ká). As mulheres, de vez em quando, levavam à boca dos suados guerreiros o pote com a bebida fermentada sagrada (jurema). Tilixi, neste momento, trajava uma tanga belíssima confeccionada pela prima. O rosto pintado de branco e vermelho, sobressaía majestoso de um cocar de penas multicores. O índio destacava-se dos demais pela coreografia elegante de sua dança e pela estrutura física do seu corpo.

Txiliá, sentada entre o pai e o cacique, acompanhava o primo com olhar de fêmea verdadeiramente apaixonada. Algum tempo depois, levantando-se pegou um caneco e foi até Tilixi para lhe dar de beber. O índio, ao sentir a bebida nos lábios e contemplando a formosura da prima refulgindo à luz do luar, não se conteve, segurou as mãos da morena virgem e beijou-lhe a testa. Tal ato foi considerado um sacrilégio e o castigo pela profanação da eleita do cacique veio cruel e desumano. Tilixi foi sentenciado a morrer de fome e sede, amarrado pelos pés e pelas mãos deitado no solo, distante do aldeamento. Quem socorresse também receberia igual castigo.

De nada valeram os apelos de frei Domingos. A lei e o ciúme do chefe estavam irredutíveis. Durou quase três dias o sofrimento do jovem guerreiro. Seus gemidos suplicantes e desesperados, ecoavam terrivelmente pela serra. Txiliá ouvia-os distantes, com o coração despedaçado, vigiada na sua maloca. Aflita e desesperada, beirava as raias da loucura de tanto ouvir os gritos do primo clamando por ela.

Durante dois dias a jovem ouvia seu nome ser chamado constantemente, até que conseguiu burlar a vigilância da guarda e, sorrateiramente, foi ao encontro de Tilixi, e lá, carinhosamente, limpou com seus cabelos o suor que escorria do corpo do infeliz castigado, inteiramente picado por formigas e queimado pelo sol inclemente. Debruçou-se sobre ele para desviar com seu corpo os raios solares que tostavam o corpo do amado, cujos olhos já não viam de tanto fitarem o sol. A língua roçava os lábios na desesperada tentativa de encontrarem umidade.

Desesperada, a jovem índia lembrou-se da cruz que pendia do peito de frei Domingos. O Deus branco – segundo aprendera – dissera certo dia que a fé tinha poder de remover montanhas. E, crente na verdade da frase, foi buscá-la. Contou ao frade seu desejo de plantá-la ao lado do moribundo para dela nascer uma palmeira, debaixo da qual pudesse ele sofrer menos à sombra das palmas acolhedoras e

refrescantes. O religioso quis demovê-la da ideia absurda, mas a fé da jovem era mais firme que a descrença do capuchinho.

A mentalidade da lei estava tão enraizada no espírito da índia que ela não pedia para que ele fosse salvo, mas que sofresse menos. Txiliá correu com a pequenina cruz nas mãos. Ajoelhou-se ao lado de Tilixi, fez uma prece e fincou a pequenina cruz ao lado dele. Neste instante, o cacique que os vigiava por entre as folhagens, possesso de ciúme, disparou uma certa flecha que atravessou o seio de Txiliá, e um filete de sangue escorreu sobre o corpo de Tilixi. A morena virgem tombou, e os dois exalaram o último suspiro unido na morte.

Morreram, mas o amor foi mais forte e mais poderoso que as leis: juntou na morte aquilo que a vida recusou unir.

No outro dia frei Domingos foi ver os cadáveres, cujos corpos marcados pelo castigo não poderiam repousar nas igaçabas funerárias, tinham que ser devorados pelas aves de rapina, para que a terra não acolhesse em seu ventre as carnes dos que infringiram a lei.

Ao lado deles erguia-se uma palmeira frondosa, que depois crescera muito, até ultrapassar as outras existentes até então nas redondezas. Foi esta palmeira que emprestou a cidade, o seu nome.

Por causa dessa lenda é que Palmeira dos Índios é conhecida pelo nome de cidade do amor. O lugar em que se assentou a base dessa cidade é sagrado, e o material usado na sua construção foi o amor heroico de dois jovens.

Luiz B. Torres.

**ANEXO 02 – ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRAS AO FREI DOMINGOS DE
SÃO JOSÉ.**

Instrumento em publico forma comethor de uma escriptura de puaque que fazem Maria Pereira Gonçalves e seus filhos e Juvenal João Pereira Villela, Yese Pereira Villela, Francisco Xavier da Cruz Villela e seu marido Manuel Pinto Teixeira, Helena Pereira, mulher do dito João Pereira Villela, do Padre Frei Domingos de São José como abaixo melhor se declara. Francisco Yosef Hordure dos Santos, escrivão intorino do Juiz Municipal no cível e crime desta Villa de Georgetown, e seu feirno comarca de mesmo nome, nomeado competentemente na forma da Lei e Aldeas esenhores a quem credinhamente desta pertencer. Certifica que, revendo e meue Cartorio nelle em um dos livros de notas antigo as folhas quarenta e duas achou a escriptura de Sabidores da Sabidores dos Indios de theor e memoria seguinte: Sabido, quantos este publico instrumento de escriptura de doação se comeu melhor para sua validade, melhor nome, lugar, hora, e data se possa virer que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos setenta e tres, aos vinte e sete dias do mez de Julho do dito anno nesta Paroquia de Santa e Justina de Georgetown, Capitania de Pernambuco, no Escritorio de meu Tabelião de direito nomeado, appareceram partes havidas, e contrahidas a saber d'uma como duadores a viua e Maria Pereira Gonçalves e seus filhos João Pereira Villela, como catões de uma mulher Helena e Juvenal Yese Pereira Villela, meadores por São Gonçalo e Benjido, e Francisco Xavier da Cruz Villela, e seu marido o Capitão Manuel Pinto Teixeira, meadores neste mesmo sitio chamado de Sambucto e tudo neste termo, e de outa como duado Frei Domingos de São José, posses de meu Tabelião contrahida pelos propios de que se trata e deu minha fe e pelos ditos duadores fei esta em minha presença e das testemunhas de direito nomeadas e obtive assignadas que elles são senhores e possuidores de uma

terras na serra da Taboaria com seus bejos, que lhes pertencem
 por titulo de sesmarias como de tudo se declara e da mes-
 ma sesmaria consta que em seu poder se acham nas graças
 das terras se acham um lugar onde os Indios povoaram e
 fizeram uma Capella e um bejo chamado Capella no
 mesmo lugar disserão elles duadores que de suas lres rectas
 das terras duação de meia legua de terras a Frei Domingos
 do São José para deão das ditas terras levantar uma
 Capella do Senhor Bom Jesus da Boa e Melhor, com
 completo administrador e por elles foi dito que por satisfação
 eu presencia a elles duadores, eu a seus herdeiros, e senhores e a
 administração das ditas terras e Capella e se em sua vida e quando
 duados se poderia authorizar de que fosse nas ditas terras sendo
 a dita meia legua de terras duada para Património da mesma
 Capella que elle duado pretende criar, fazendo-se no dito
 lugar chamado Capella, ouia duado fazerão elles duadores por
 escritura e minto de suas lres remidas, sem constrangimento
 e sem respeito de pessoa alguma, mais se por por para
 obra tão pia e christã como se ha de levantar um templo pa-
 nello se honrar a Deus Nosso Senhor e assim poderá fazer
 a dita Capella dentro da dita meia legua de terras duada onde
 melhor lhe parecer, ouia duado fazeremos nesta forma para
 nos entre nossos quintões sem falta dos herdeiros ditas duadores
 por lhes entre nas suas terras e assim se obriga a fazer esta du-
 acão em todo tempo firme e valida por suas pessoas e lres por
 que se deram a de toda lei que a seu favor allega possa qu-
 da nada queira tirar e logo pelo dito primeiro Frei Domingos
 do São José, foi dito que elle approvava esta escriptura de
 duado como nella se contém e declara e de como assim o disse-
 ra autorizar e poder e necessariamente: Eu Testado como pessoa
 publica legada e necessitante publico e crente em nome dos interpon-
 tos em presença dos testemunhas a baixo assignadas. Eu. Ma-
 nuel Pereira que Procha Testado do Capella e escrevi como pre-

ANEXO 04 – PALMEIRA DOS ÍNDIOS PODE MUDAR DE NOME

Notícias > ALE pode alterar nome de Palmeira dos Índios - Windows Internet Explorer

http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=10174

Favoritos | Sites Sugeridos | Galeria do Web Slice

Notícias > ALE pode alterar nome de Palmeira do...

Google Personalized search

These days in Brazil Indigenous policies Rights Indigenous initiative Indigenous Lands Table of the Indigenous peoples News

News

Translate this using google

ALE pode alterar nome de Palmeira dos Índios

07/11/2003

Fonte: O Jornal-Maceió-AL

Depois de perder uma fazenda de 35 hectares para os índios Xucuru-Kanri, das Cafumas, em Palmeira dos Índios, o deputado estadual Gervásio Raimundo (PTB) decidiu radicalizar na sua luta contra a raça indígena. Ele vai apresentar um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, na próxima terça-feira, propondo a redução do nome de sua cidade. "Meu projeto estabelece que Palmeira dos Índios será só Palmeira, por que lá não é terra de índio. É de homens, empresários, comerciantes, fazendeiros e gente trabalhadora que fazem o progresso da região", declarou.

Durante uma discussão em plenário, o deputado disse que os índios que estão em Palmeira não são de lá. Segundo ele, a maioria veio dos municípios de Porto Real do Colégio, em Alagoas, e outros de Aguas Belas, em Pernambuco. Para ele, os índios de Palmeira não passam de 40 ou 50, "mas hoje estão aos montes esperando as terras dos fazendeiros que fazem aquela cidade progredir".

Ele disse que não admite mais que a sua cidade continue a ser chamada de Palmeira dos Índios. "Eles são preguiçosos, só vivem bebendo cachaca e a fazenda que praticamente me tomaram vive lá abandonada sem produção alguma", reagiu. Além disso, observou que não há mais nada que justifique a manutenção do nome atual. Segundo afirmou, o nome foi colocado por que havia um pé de palmeira no município, onde dois índios namoravam. "So que um dia um outro índio com glúmes matou os dois. Isso já passou há muito tempo e não é coisa para a gente ficar lembrando. Então é hora de mudar o nome: risca índios e deixa só para Palmeira", arrematou.

Print | Send | Save to Delicious | Report errors

TOP 20 VERBETES

Kayapó	Yanomami	Xingu
Araweté		Bororo
Etnias do Rio Negro	Kaingang	
Ticuna	Guarani	Katowá
Asurini do Xingu	Karajá	
Guarani Nandeva	Nambikwara	
Guarani Mbya	Canela Ramkokamekrá	
Kadiwéu	Canela Apanyekrá	Matis
Sateré Maiké	Xavante	

SPECIALS

Especial Belo Monte

Terra Indígena Raposa-Serra do Sol

Consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da OIT

Internet | Modo Protegido: Ativado

PT 11:44 25/05/2012

APÊNDICE 01 - CRONOLOGIA DE LUIZ DE BARROS TORRES

ANO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ATIVIDADE
Jornalismo		
1947		Fundou o Centro Literário Palmeirense.
1948		Cronista no jornal Correio do Nordeste.
1952		Participou da fundação do grupo Os Cruzados Pró-Pacificação e Progresso de Palmeira dos Índios.
1952		Passou a escrever para o jornal O Boletim, de propriedade do grupo Os Cruzados.
1952		Passou a escrever para o jornal Opinião Pública, de propriedade do Centro Literário Palmeirense.
1953		Responsável pela coluna do Rotary no jornal Correio Palmeirense. Meses depois, sua coluna passou a se chamar de O meu assunto de Hoje.
1967		Passou a escrever a coluna Opinião de L. B. Torres no jornal Correio do Sertão. (circulação local)
1989		Colaborador do jornal “Gerse”, da Associação dos Funcionários da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas – CASAL.
Teatro		
1959		Dirigiu, no Teatro Deodoro, em Maceió, sua primeira peça teatral intitulada Morre um gato na China, tendo entre o elenco o palmeirense Jofre Soares.
1960		Escreveu e dirigiu a peça Chuvas de Verão tendo Jofre Soares no elenco.
1960		Criou, com um grupo de amigos, o Teatro Amador de Palmeira dos Índios – TAPI.
1960		Dirigiu Jofre Soares no monólogo As mãos de Eurides.
1961		Dirigiu Jofre Soares no monólogo O Marido da Deputada.
Política e Obras Sociais		
1950		Fundou o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em Palmeira dos Índios. Concorreu a uma vaga da Câmara de Vereadores (não foi eleito)
1952		Elaborou o projeto para criação da Diocese de Palmeira dos Índios.
1953		Fundou o PDC. (Partido Democrático Cristão) na cidade e se tornou seu primeiro Presidente.

1962		Fundou a Companhia Telefônica de Palmeira dos Índios – TELASA.
1962		Fundou o Lions Clube de Palmeira dos Índios – Distrito L-14 (foi seu presidente no biênio 65/66)
1963		Criou, junto com amigos, o Movimento Renovador que derrotou as oligarquias políticas da cidade.
1963		Compôs, com o maestro José Gonçalves, a letra e a música do Hino do Movimento Renovador.
1963		Ajudou a criar o Sindicato Rural de Palmeira dos Índios.
1966		Sancionada, pelo prefeito José Duarte Marques, a lei Nº 691, que determinava como símbolos oficiais da cidade a Bandeira e o Hino, criados por Luiz B. Torres, em parceria com José Delfim da Mota Branco (Bandeira), José Rebelo Torres (Letra do Hino) e o maestro José Gonçalves (Música do Hino).
Literatura		
1970		Lançou seu primeiro romance “Procissão dos Miseráveis” (reeditado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em 1971).
1971		Recebeu o prêmio Moinho Nordeste da Academia Alagoana de Letras como o melhor livro do ano em 1971.
1972		Publicou o ensaio “Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios”.
1973		Relançou o ensaio “Os índios xucuru e kariri em Palmeira dos Índios”. (mais ilustrado).
1973		Produziu e desenhou uma revista em quadrinhos sobre a lenda de fundação da cidade. Não foi publicada.
1974		Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
1974		Voltou a lançar o ensaio “Os índios xucuru e kariri em Palmeira dos Índios”, uma edição melhorada.
1975		Publicou o livro A terra de Tilixi e Txiliá – Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX.
1976		Recebeu Menção Honrosa do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
1984		Recebeu a “Medalha do Mérito” da Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco, por seus relevantes serviços prestados à cultura nordestina e brasileira.
1984		Lançou livro Os índios xucuru e kariri em Palmeira dos Índios. (4ª edição melhorada e ampliada).

1984		Concluiu mais um livro, o único de poesias, Eu e o Amor. (não publicado).
1987		Concluiu um livro sobre suas memórias: “Socorro, não quero ser padre” (não publicado).
1987		Concluiu outro livro intitulado “O Catolicismo e sua Influência em Palmeira dos Índios”. (não publicado)
1989		Conclui mais uma obra: “Roteiro Histórico e Turístico das Ruas Antigas de Palmeira dos Índios” (não publicado)
1989		Escreveu o livro: “Jornais palmeirenses desde 1865”. (não publicado).
1991		Concluiu os livros: “Vereadores e Prefeitos Palmeirenses, desde 1838”, “Estou Baleado, me acudam” e “Jesus, o impostor?”. Só último foi publicado, como presente à família do escritor, pelo governador Divaldo Suruagy, em 1995.
1991		Lançou o livro “Visão Social do Evangelho” e recebeu o título de “Escritor do Ano”, numa homenagem do Rotary Clube.
1992		Publicação em coautoria com Ivan Bezerra de Barros: do livro “Roteiro Sentimental de Graciliano Ramos”, por ocasião do centenário de nascimento do romancista brasileiro.
Atividades arqueológicas		
1971		Descobriu alguns marcos que serviram de limites fronteiros das terras doadas aos índios Xucuru-kariri.
1971		Fundou o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes.
1973		Descobriu seis cemitérios indígenas e neles desenterrou 36 igaçabas (urnas funerárias)
Filme e documentário em VHS		
1988		Roteirizou, produziu e dirigiu um documentário em VHS sobre a lenda da cidade de Palmeira dos Índios, utilizando para filmagens a própria reserva indígena e os Xukuru-Kariri. Esta obra não foi recuperada, pois a ação do tempo a desgastou impossibilitando sua conversão para outro tipo de mídia.
1989		Roteirizou, produziu e dirigiu o longa metragem em VHS, “O Interesse Público”, contando a vida do primeiro tipógrafo e da fundação do seu jornal, o primeiro do gênero em Palmeira dos Índios. Este também não pode ser recuperado.